

FACULDADE DE CIÊNCIAS – CAMPUS DE BAURU

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA

**As ações em Educação Ambiental realizadas por
Organizações Não-Governamentais no estado de São
Paulo: alcances e limitações**

André Santachiara Fossaluza

Bauru
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS – CAMPUS DE BAURU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA

**As ações em Educação Ambiental realizadas por Organizações Não-
Governamentais no estado de São Paulo: alcances e limitações**

André Santachiara Fossaluza

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marília Freitas de Campos Tozoni Reis

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência, Faculdade de Ciências da Unesp, campus de Bauru, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre

Bauru
2015

Fossaluzza. André Santachiara.

As ações em Educação Ambiental realizadas por Organizações Não-Governamentais no estado de São Paulo: alcances e limitações/ André Santachiara Fossaluzza, 2015.

205 f. ilustrado

Orientadora: Marília Freitas de Campos Tozoni Reis

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2015.

Educação ambiental. 2. Organização não-governamental. 3. Processo Educativo. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ANDRÉ SANTACHIARA FOSSALUZA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA, DO(A) FACULDADE DE CIÊNCIAS DE BAURU.

Aos 12 dias do mês de fevereiro do ano de 2015, às 09:30 horas, no(a) Anfiteatro do prédio da Pós-graduação da Faculdade de Ciências, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. MARILIA FREITAS DE CAMPOS TOZONI REIS do(a) Departamento de Educação / Instituto de Biociências de Botucatu, Prof. Dr. IRINEU TAMAIO do(a) Faculdade Unb Planaltina / Universidade de Brasília, Prof. Dr. RENATO EUGENIO DA SILVA DINIZ do(a) Departamento de Educação / Instituto de Biociências de Botucatu, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ANDRÉ SANTACHIARA FOSSALUZA, intitulado "As ações em Educação Ambiental realizadas por Organizações Não-Governamentais no estado de São Paulo: alcances e limitações". Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. MARILIA FREITAS DE CAMPOS TOZONI REIS

Prof. Dr. IRINEU TAMAIO

Prof. Dr. RENATO EUGENIO DA SILVA DINIZ

Dedico este trabalho a todas as pessoas que lutam diariamente pela promoção da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória, e que não se deixam acostumar com a rotina de desigualdades deste pequeno-grande mundo onde vivemos.

AGRADECIMENTOS

Às agências financiadoras deste trabalho: CAPES, no período de março de 2013 a julho de 2014, e FAPESP (Processo 2014/08084-1), no período de agosto de 2014 a março de 2015, pelo financiamento necessário a minha manutenção e realização deste trabalho de pesquisa.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Marília Freitas de Campos Tozoni Reis, pela intensa convivência, conselhos, formação teórica e companheirismo ao longo de quase quatro anos de trabalhos conjuntos.

À banca examinadora, composta pelos Prof. Dr. Renato Eugênio da Silva Diniz e Prof. Dr. Irineu Tamaio como membros titulares, além da Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Spazziani e do Prof. Dr. Jorge Sobral da Silva Maia como membros suplentes, pelas essenciais críticas e comentários durante os exames de qualificação e defesa da dissertação.

Às ONG ambientalistas do estado de São Paulo, que me receberam muito bem e permitiram a realização desta pesquisa. Em especial às ONGs nas quais tive a oportunidade de atuar em Botucatu (Instituto Giramundo Mutuando, SOS Cuesta de Botucatu e Ação da Cidadania – Projeto Preservando o Futuro) e que foram parte da motivação para este trabalho.

Ao Prof. Dr. Carlos Roberto Padovani e à mestrandia em Biometria Maria Cecília Evangelista, pelo grande auxílio no tratamento estatístico dos dados coletados.

Ao Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental (GPEA) da Unesp, campus de Bauru, pelo grande aprendizado durante as reuniões e trabalhos coletivos.

À Unesp, que apesar dos diversos ataques que tem sofrido, juntamente às outras universidades públicas estaduais paulistas nos últimos anos, continua uma universidade pública gratuita de qualidade, a qual pude acompanhar em dez anos de vida estudantil. Um agradecimento especial às servidoras técnico-administrativos (Maria Augusta Paulino Leite, Denise Barbosa Felipe e Fernanda Helena Palermo) e servidores/as docentes do Departamento de Educação do Instituto de Biociências de Botucatu e da Faculdade de Ciências de Bauru.

A minha família, em especial a meus pais Otávio Donizetti Fossaluzza e Maria Aparecida Santachiara Fossaluzza e meu irmão Ricardo Santachiara Fossaluzza, pelo total apoio às crenças e posicionamentos que levo comigo.

À Botucatu, terra dos bons ares, por ter me recebido tão bem nos últimos dez anos.

À minha segunda família, que nessa cidade tive o prazer de criar e que agora começam a se espalhar pelo mundo: Raquel de Arruda Santos, Janete Ferreira de Andrade, Camila Vaz de Souza, Ellen Cristina Francisco, Laís Augusti, Enio Yoshinori Hayasaka, Fernanda Helena Palermo, Sérgio Akira Adachi, Suelyn da Luz, João Arthur Pompeu Pavanelli, Paulo Roberto Amaral Lencioni, Rafael Guerreiro Seraphim, Fernando Soriano, Maria Eugênia Lopes Navarro, Marcelo Santos da Silva, Vanessa Rodrigues Pereira, Emerssom Massa Simidu, Guilherme Augusto Fernandes, Guilherme Gama, Thiago Silva de Carvalho, Vivian Tiemi Hamamoto Cypriano, César Claro Trevelin, à saudosa 41ª turma de Ciências Biológicas da Unesp, campus de Botucatu e muitos outros amigos e amigas não menos importantes, mas que por algum motivo me esqueço neste momento. Gratidão por todos os encontros, conversas, alegrias e angústias compartilhadas.

A toda a equipe de funcionárias/os, diretoras, coordenadoras, professoras/es e, especialmente às/aos alunas/os da Centro Educacional SESI-300, em Avaré/SP, onde pude atuar como professor antes do início da Pós-Graduação. Minha gratidão pela curta, mas intensa experiência dentro da sala de aula.

A todos os companheiros e companheiras que a Educação, a Permacultura e Agroecologia me trouxeram nestes últimos 8 anos, especialmente ao pessoal do Sítio Beira Serra, Grupo Curare de Permacultura, Cursinho Pré-Vestibular do IBB e Grupo Timbó de Agroecologia.

Ao movimento estudantil, por ter revolucionado minha forma de ver o mundo e me permitir sair da zona de conforto que me encontrava.

Quadro 1. Correntes em educação ambiental	25
Tabela 1. ONGs Ambientalistas encontradas nas bases de dados consultadas	45
Quadro 2. Disposição territorial e densidade de ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo em razão da população de cada município	51
Quadro 3. Organizações Não-Governamentais Ambientalistas do estado de São Paulo	57
Quadro 4. ONGs Ambientalistas que não puderam ser contatadas (sem contatos válidos)	68
Quadro 5. ONGs Ambientalistas encontradas em outras bases de dados ou que foram citadas por outras ONGs e que desenvolvem ações em educação ambiental	70
Quadro 6. ONGs Ambientalistas que desenvolvem ações em educação ambiental entrevistadas	74
Quadro 7. Macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental e objetivos das ações em educação ambiental realizados pelas ONGs Ambientalistas	95
Quadro 8. Continuidade das ações em educação ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo	108

Tabela 2. Associação entre a macrotendência político-pedagógica de educação ambiental e continuidade das ações em educação ambiental desenvolvidas pelas ONGs Ambientalistas	112
Quadro 9. Fontes de financiamentos das Organizações Não-Governamentais	117
Tabela 3. Associação entre a macrotendência político-pedagógica de educação ambiental e a fonte de financiamento das ONGs Ambientalistas	124
Tabela 4. Associação entre a fonte de financiamento das ONGs Ambientalistas e a influência dessa nas ações em educação ambiental	125
Tabela 5. Associação entre macrotendência político-pedagógica de educação ambiental e a estrutura organizacional das ONGs Ambientalistas	134
Quadro 10. Características predominantes na ONGs Ambientalistas de acordo com sua orientação político-pedagógica de educação ambiental	143

Figura 1. Disposição territorial e densidade de ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo de acordo com a população de cada município	50
Figura 2. Disposição territorial das ONGs Ambientalistas que desenvolvem ações em educação ambiental entrevistadas no estado de São Paulo	76
Figura 3. Fluxograma do processo de determinação do universo de pesquisa e ONGs entrevistadas na pesquisa	77
Figura 4. Objetivos das ações em educação ambiental realizados pelas ONGs Ambientalistas	96
Figura 5. Macrotendências político-pedagógicas constatadas nos objetivos das ações em educação ambiental citados pelas ONGs Ambientalistas	97
Figura 6. Macrotendências político-pedagógicas predominantes nas ONGs Ambientalistas	98
Figura 7. Distribuição das citações das ONGs sobre a continuidade das ações em educação ambiental desenvolvidas de acordo com os agrupamentos estabelecidos no trabalho	109
Figura 8. Caracterização das ações em educação ambiental realizadas pelas ONGs Ambientalistas quanto a sua continuidade	110
Figura 9. Gráfico que representa a forma de atuação predominante nas ONGs Ambientalistas do estado de São Paulo	111

Figura 10. Citações de cada setor da sociedade como fonte de financiamento das ações em educação desenvolvidas pelas ONGs Ambientalistas	118
Figura 11. Quantidade de fontes de financiamento citadas pelas ONGs Ambientalistas, sem considerar a qual setor da sociedade pertencem os financiadores.	119
Figura 12. Proveniência (quanto aos setores da sociedade) do financiamento das ações em educação ambiental das ONGs Ambientalistas	120
Figura 13. Influência das fontes de financiamento nas ações em educação ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas	121
Figura 14. Estrutura organizacional das ONGs Ambientalistas	133
Figura 15. Universo de pesquisa do trabalho: as ONGs Ambientalistas do estado de São Paulo e quais delas atuam em educação ambiental	139

*“Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
Que não são, embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.”*

FOSSALUZA, André Santachiara. **As ações em educação ambiental desenvolvidas por Organizações Não-Governamentais no estado de São Paulo: alcances e limitações.** 2015. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2015.

RESUMO

A atuação de Organizações Não-Governamentais, especialmente na área ambiental e educacional, tem crescido e se tornado mais emblemática nos últimos anos. Apesar de diversos esforços para analisar a qualidade das ações em educação ambiental por elas desenvolvidas, ainda é necessária a realização de trabalhos que as analisem de forma ampla e aprofundada. Por essa razão, o presente trabalho teve como objetivos mapear as Organizações Não-Governamentais (ONGs) Ambientalistas do estado de São Paulo, identificar quais delas realizam ações em educação ambiental e analisar essas ações em sob o prisma das concepções críticas da educação ambiental e da Pedagogia Histórico-Crítica. Como procedimentos de pesquisa, coletamos documentos e realizamos entrevistas semiestruturadas, ambos analisados com base na Análise de Conteúdo. Encontramos 276 ONGs Ambientalistas no estado, das quais 175 realizam ações em educação ambiental; 44 dessas organizações foram entrevistadas para coleta de dados de ordem quantitativa e qualitativa. Os resultados mostraram que as atividades em educação ambiental realizadas por ONG ambientalistas no estado de São Paulo tendem a ser conservadoras e pontuais. Além disso, são majoritariamente financiadas pelos chamados 1º e 2º setores da sociedade. Sobre a organização estrutural das ONGs Ambientalistas, os dados mostram que elas tendem a ter gestão democrática e autogestionária. Nossos resultados corroboram com o debate trazido em trabalhos anteriores e fornece dados empíricos para sugerir que o trabalho educacional desenvolvido pelas ONGs tende a ser, apesar de amplo, limitado, e, segundo os referenciais críticos de educação e educação ambiental adotados, tendem a contribuir pouco para a criação de uma sociedade ecologicamente equilibrada e socialmente justa, na perspectiva de sua transformação.

Palavras-chave: Educação ambiental, Organização Não-Governamental, Processo Educativo.

FOSSALUZA, André Santachiara. **The actions on Environmental Education conducted by Non-Governmental Organizations in São Paulo State: reaches and limits**. 2015. 205 p. Master's thesis. (Master in Education for Science) – Universidade Estadual Paulista, School of Sciences, Bauru, 2015.

ABSTRACT

The acting of Non-Governmental Organizations (NGOs) especially on environmental and educational fields have grown and become more emblematic during the last decades. Despite the several efforts to analyze the quality of the actions on environmental education developed by them, there is not a relevant amount of researches that broadly and deeply analyze these issues. Thus, this work aimed to identify and list the Environmental Non-Governmental Organizations (ENGOS) in São Paulo state, identify which of them develop actions on environmental education and analyze those actions based on the Historical-Critical Pedagogy and critical conceptions of environmental education. As research methods, we collected and analyzed documents and conducted semi-structured interviews based on Content Analysis. We found 276 ENGOS in São Paulo state, among which 175 perform environmental education actions; 44 of these acting ENGOS were interviewed to collect quantitative and qualitative data. The results show the environmental education activities performed by ENGOS in São Paulo state tend to be conservative, isolated and supported by the 1st and 2nd sectors of society. The organization of the ENGOS tends to be democratic. Our results agree with the debate which has been brought by other studies and provide empirical data to suggest that the educational work developed by the ENGOS is wide. However, it tends to be qualitatively limited and bring small contribution to create and ecologically balanced and socially fair society when we consider the critical theoretical framework we take for education and environmental education.

Keywords: Environmental Education, Non-Governmental Organization, Educational Process.

Introdução	17
Material e métodos	34
Capítulo 1: Quais são as ONGs Ambientalistas que trabalham com educação ambiental no estado de São Paulo: o árduo trabalho de contatá-las e identificá-las	47
Capítulo 2: O que fazem e como são as ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo: da ingenuidade à coerência das ações	79
2.1. Os objetivos das ações em educação ambiental: aonde as ONGs Ambientalistas querem chegar?	80
2.2. A continuidade das ações em educação ambiental realizadas por ONGs Ambientalistas: das campanhas aos programas	100
2.3. O financiamento das ONGs Ambientalistas e sua influência nas ações em educação ambiental: das “vaquinhas” às megacorporações	114
2.4. A estrutura organizacional das ONGs Ambientalistas: como elas funcionam na realidade?	126
Conclusão	136
Referências	145
Anexos	151

"...si usted es capaz de temblar de indignación cada vez que se comete una injusticia en el mundo, somos compañeros, que es más importante."

GUEVARA, E. **Carta a María Rosario Guevara**, 1964.

É quase clichê iniciar um trabalho de pesquisa em educação ambiental com a exposição de que nosso planeta passa por uma crise... Ainda assim, é necessário lembrar que a atual crise é sem precedentes na história e ultrapassa os limites da esfera ambiental, tendo impactos sociais, econômicos, culturais e políticos. Se formos além do senso comum, compreendemos também que essa crise não existe da mesma forma para todos; podemos, inclusive, dizer que ela não existe para uma pequena camada da população mundial – enquanto o planeta definha, seus privilégios e confortos continuam a se expandir.

Porém, é essa constatação de que o planeta como um todo se afunda numa crise ambiental, social, econômica, cultural e política que nos motiva a buscar formas de superação. As contradições cada vez mais evidentes da nossa sociedade mostram que a tecnologia e a informação não são capazes, por si só, de fornecer os subsídios para a construção de “sociedades ecologicamente equilibradas e socialmente justas” (FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGS, 1995, p. 1) e uma abordagem mais crítica frente aos problemas ambientais precisa ser tomada. Tozoni-Reis (2007) traz a reflexão de que, ao contrário do imaginado pela ciência cartesiana, os conhecimentos científicos e técnicos não têm sido suficientes para alterar a relação homem-ambiente, mesmo ao assumirmos que nunca se conheceu tanto o funcionamento dos processos naturais e artificiais como hoje.

A partir do século XX, principalmente, a preocupação com as questões ambientais ganhou corpo em consequência das transformações que a Revolução Industrial trouxe para a organização da produção e da reprodução da vida. Esse novo sistema de produção, unido à ciência, promoveu o desenvolvimento econômico e científico num ritmo espantosamente acelerado. A humanidade entrou na modernidade com novas estruturas de poder, e, dessa forma, com novos problemas políticos e sociais, entre eles, o ambiental (TOZONI-REIS, 2004). É a partir dessas preocupações que notamos o surgimento das ações em educação ambiental.

Entretanto, para falarmos com mais profundidade sobre educação ambiental, devemos, antes, recorrer à sua dimensão educacional, muitas vezes negligenciada na área, e discorrer sobre as diferentes concepções aí envolvidas. Sabemos que existem muitas e diferentes formas de pensar e agir em educação e em educação ambiental. Vejamos, neste sentido, como Saviani (2000), num dos trabalhos mais importantes da área da educação no Brasil, apresenta essas diferenças. Para esse autor, são pelo menos três as correntes que diferenciam as teorias pedagógicas predominantes, que brevemente podemos considerar aqui.

A primeira dessas correntes se refere às chamadas Teorias Não-Críticas da Educação. Nelas, foram incluídas a pedagogia tradicional, pedagogia nova e a pedagogia tecnicista, as quais têm em comum o fato de considerarem a educação como um fenômeno neutro e, por isso, não criticarem o modo de produção vigente. Além disso, seus objetivos são semelhantes, ao almejarem a adaptação do sujeito à sociedade tal como ela é. Podemos dizer que, consideradas as devidas diferenças, elas buscam a formação de um sujeito passivo, obediente, que não questiona a organização das estruturas sociais, mas que consegue se inserir bem na sociedade, tal como ela hoje se apresenta, adaptando-se a ela.

O segundo agrupamento proposto por Saviani (2000) engloba as Teorias Crítico-Reprodutivistas da Educação. Essas concepções educacionais estabelecem “não ser possível compreender a educação senão a partir de seus condicionantes sociais” (SAVIANI, 2000, p.16). Elas buscam criticar a sociedade existente, mas chegam à conclusão de que a função da escola, invariavelmente, é manter o *status quo*. Em análise posterior, o autor traz a ideia de que essas são, na verdade, teorias sobre a educação, e não teorias da educação, pois têm como objetivo “compreender e explicar o modo de funcionamento da educação e não orientar a forma de realização da prática educativa” (SAVIANI, 2012, p.115). Três teorias são apontadas como parte desse grupo: a Teoria do Sistema de Ensino Enquanto Violência

Simbólica, de Bourdieu e Passeron, a Teoria da Escola Enquanto Aparelho Ideológico de Estado, defendida por Althusser, e a Teoria da Escola Dualista, de Baudelot e Establet (SAVIANI, 2000).

Na última corrente apresentada, o autor propõe a Pedagogia Histórico-Crítica, que, em última instância tem como objetivo a transformação social. Isto é, uma teoria da educação que, reconhecendo os profundos problemas na organização social que vivemos, vê a educação voltada para a superação dessa organização social. A Pedagogia Histórico-Crítica tem como fundamentação a ação no mundo dos homens, no mundo da cultura, e o analisa de forma histórica, considerando a superação da organização da sociedade sob o modo capitalista de produção.

Partimos, aqui, da premissa discutida por Saviani (2012) que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, é importante compreender a natureza humana em si, ou seja, o que nos diferencia dos outros seres vivos. Sabe-se que, em vez de se adaptar à natureza como os outros animais fazem, o homem busca transformá-la a seu favor, para lhe garantir sua sobrevivência. A esse processo de intervenção e transformação da natureza de forma intencional, dá-se o nome de trabalho. É, portanto, o trabalho que nos diferencia dos outros seres vivos. Assim, se a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, é correto afirmar que ela é um processo de trabalho, além de ser uma exigência de e para ele.

Esse autor considera que há duas formas de trabalho: material e não material. A forma material faz referência à produção de bens materiais, ou seja, aqueles necessários à nossa subsistência material, como alimentos, abrigo, meios de transporte e comunicação. Anteriormente a ela, porém, faz-se necessária a antecipação dos objetivos materiais em ideias, ou seja, há uma produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes,

habilidades, processo ao qual podemos chamar de forma não material de trabalho. A educação, pois, se encontra nessa forma de trabalho.

Ressalta-se ainda que, dentro do trabalho não material, há duas categorias distintas: atividades que o produto se separa do produtor (como livros, filmes e outros objetos artísticos) e atividades que o produto não se separa do produtor, ou seja, não há intervalo entre o ato de produção e de consumo. A educação se situa nessa segunda categoria, e é aí que se começa a entender sua natureza:

“(…) se a educação não se reduz ao ensino, é certo, entretanto, que ensino é educação e, como tal, participa da natureza própria do fenômeno educativo. Assim, a atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo (produzida pelo professor e consumida pelos alunos)” (SAVIANI, 2012, p. 12).

Ao se entender sua natureza enquanto trabalho não material onde não há separação entre o produto e o ato de produção, podemos avançar à compreensão de sua especificidade.

Nesse sentido, podemos iniciar a linha de pensamento com a compreensão de que a educação faz parte das chamadas ciências humanas, e não das ciências da natureza, uma vez que garante ao homem aquilo que não é oferecido pela natureza, ou seja, cria nele uma chamada segunda natureza:

“(…) a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo” (SAVIANI, 2012, p. 13).

O homem, portanto, só se faz homem ao desenvolver sua segunda natureza, a qual é construída historicamente pelos seres humanos, que vivem em sociedade. A natureza “biológica” nesse sentido, não é suficiente para caracterizar-nos enquanto seres humanos, já que possuímos uma natureza “cultural” somente adquirida e desenvolvida no contato com o outro, através do ato de aprender:

“(...) só se aprende, de fato, quando se adquire um habitus, isto é, uma disposição permanente, ou, dito de outra forma, quando o objeto de aprendizagem se converte numa espécie de segunda natureza. E isso exige tempo e esforços por vezes ingentes. A expressão segunda natureza parece-me sugestiva justamente porque nós, que sabemos ler e escrever, tendemos a considerar esses atos como naturais. Nós os praticamos com tamanha naturalidade que sequer conseguimos nos imaginar desprovidos dessas características. Temos mesmo dificuldade em nos recordar do período em que éramos analfabetos. As coisas acontecem como se se tratasse de uma habilidade natural e espontânea. E, no entanto, trata-se de uma habilidade adquirida e, frisa-se, não de modo espontâneo. A essa habilidade só se pode chegar por um processo deliberado e sistemático” (SAVIANI, 2012, p. 19).

É importante, aqui, deixar claro que neutralidade é uma questão ideológica que está relacionada à intenção que o sujeito tem com relação ao conhecimento. Todo tipo de conhecimento é interessado, ou seja, é interpretado de acordo com as concepções do sujeito que o produz, transmite ou assimila. Dessa forma, nunca há neutralidade. Por outro lado, a objetividade é uma questão gnosiológica, isto é, “diz respeito à correspondência ou não do conhecimento com a realidade à qual se refere” (SAVIANI, 2012, p. 50). Por isso, há interesses (não neutralidade) que se opõe ou não a ela. No atual modo de produção, é mais sensato entender que a busca pela objetividade é contrária aos interesses da burguesia, pois esta não pretende escancarar as condições de exploração a que submete o proletariado.

Entretanto, a universalidade do saber não carrega, por si só, a concepção historicizada de educação proposta pela Pedagogia Histórico-Crítica. Para tal, ela traz como referencial teórico o materialismo histórico-dialético, elaborado por Marx. Tozoni-Reis e Saviani resumem essa natureza de forma clara:

“O método materialista histórico-dialético é método de interpretação da realidade, visão de mundo e práxis. Marx buscou dar-lhe caráter material (os homens organizam-se em sociedade para a produção e a reprodução da vida) e histórico (como eles vêm se organizando através da história)” (TOZONI-REIS, 2007, p. 13).

“Portanto, trata-se de uma dialética histórica expressa no materialismo histórico, que é justamente a concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo” (SAVIANI, 2012, p. 120).

Assim sendo, a Pedagogia Histórico-Crítica tem como fundamentação a ação no mundo dos homens, no mundo da cultura, e o analisa de forma histórica, considerando a evolução da organização da sociedade. Há, ainda, o caráter dialético, ou seja, a busca pela compreensão das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Intimamente relacionado ao materialismo histórico-crítico está o conceito de práxis: “O conceito de práxis de Marx pode ser entendido como prática articulada à teoria, prática desenvolvida com e por meio de abstrações do pensamento, como busca de compreensão mais consistente e consequente da atividade prática – é prática eivada de teoria” (SAVIANI, 2012, p. 13). Em outras palavras, a práxis é a prática fundamentada teoricamente, sendo que ela sempre tem primado sobre a teoria, por ser, sempre, o ponto de partida. Assim, prática desvinculada de teoria se torna mero ativismo, o fazer pelo fazer, enquanto teoria isolada de prática significa contemplação, um devaneio desvinculado da realidade.

A partir da apresentação dos conceitos que fundamentam a Pedagogia Histórico-Crítica, temos uma síntese da concepção de educação que orienta este trabalho:

“Em conclusão: a compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não material, cujo produto não se separa do ato de produção, permite-nos situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através das relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens” (Saviani, 2012, p. 20).

Assim, a Pedagogia histórico-crítica, portanto, surge como uma proposta pedagógica que visa, em última instância, a transformação social, a superação do modo capitalista de produção, indo além das propostas Não-Críticas e Crítico-Reprodutivistas.

Consideramos também, na linha do pensamento crítico, Paulo Freire (1996), que mostra que a educação, como experiência especificamente humana, aparece como forma de intervenção no mundo. Como atividade não neutra e praticada por seres humanos que sofrem condicionantes biológicos, culturais, sociais, políticos e históricos, a educação pode capacitá-los a investigar, desvendar e compreender as contradições da sociedade na perspectiva de sua transformação. Lombardi (2008), tomando como base os estudos de Suchodolski, Manacorda e Dangeville, traz à tona a concepção educacional marxiana-engelsiana, a qual tem como ponto de partida a crítica da sociedade burguesa, a proclamação da necessária superação dessa mesma sociedade e como ponto de chegada a constituição do reino da liberdade.

Com essas diferentes teorias de educação em mente, podemos avançar, agora, à compreensão da educação ambiental. Como foi possível observar na discussão acima apresentada, é essencial, também, destacar de qual das educações ambientais estamos falando, já que diferentes referenciais teóricos, muitas vezes conflitantes, compõem-na.

Inicialmente, ao consultarmos a legislação federal, encontramos, na Lei Federal nº 9.795, de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), em seu artigo 5º, que são objetivos fundamentais da educação ambiental, entre outros: “I – O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos” (BRASIL, 1999, p. 1). No entanto, cada corrente ou tendência da educação ambiental vai interpretar diferentemente estes objetivos.

Sauvé (2005a) nos traz que, apesar de todas as ações em educação ambiental compartilharem a preocupação com o ambiente e o reconhecimento do papel central da educação na melhoria das relações entre seres humanos e ambientes, podemos identificar, atualmente, quinze correntes em educação ambiental (Quadro 1), as quais são divididas em correntes com maior e menor tradição no campo:

Quadro 1. Correntes em educação ambiental (SAUVÉ, 2005b)¹

Correntes com maior tradição na educação ambiental	Correntes mais recentes na educação ambiental
Corrente naturalista	Corrente holística
Corrente conservacionista/recursista	Corrente biorregionalista
Corrente resolutiva	Corrente praxica
Corrente sistêmica	Corrente crítica
Corrente científica	Corrente feminista
Corrente humanista	Corrente etnográfica
Corrente moral/ética	Corrente da eco-educação
	Corrente da sustentabilidade

Essa constatação, porém, não implica que elas sejam excludentes entre si, ou seja, pode haver zonas de intersecção entre elas. Em seu trabalho, Sauvé apresenta a caracterização dessas correntes de acordo com alguns parâmetros¹:

- *“Dominant conceptions of environment and education it conveys;*
- *Primary aim of environmental education, as explicitly or implicitly expressed;*
- *Main approaches and strategies;*
- *Examples of activities or pedagogical models that illustrate the current, or illustrate more specific trends within it. The representativeness of such examples as regards the range of diverse propositions associated with each current is nonetheless limited. Furthermore, the choice of examples reflects elements of my own exploration of the field of environmental education, based on my culture of reference and my practical experiences; they include propositions stemming from francophone, anglophone, and latino-american contexts; and*

¹ Para elaboração do quadro, tal como publicado em Sauvé (2005a), optamos pela utilização dos termos em língua portuguesa utilizados na tradução do capítulo da mesma autora na publicação Educação Ambiental, de Sato e Carvalho (2005). Apesar de darmos preferência à tradução direta dos originais da autora, cremos que a utilização dos termos já traduzidos e publicados seja mais interessante no caso da nomeação das correntes em educação ambiental.

- *Some questions or assertions designed to stimulate critical analysis of the advantages, limitations, and issues associated with each current.*”(SAUVÉ, 2005, p. 13).²

Layrargues e Lima (2014) aprofundam a questão e trazem importante contribuição ao observar a educação ambiental como Campo Social, sendo composta por “diversos atores, grupos e instituições sociais” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 26). Esses, apesar de compartilharem um núcleo comum de normas e valores, assim como apontado anteriormente por Sauvé (2005), diferem em suas “concepções sobre meio ambiente e questão ambiental, e nas suas propostas políticas, pedagógicas e epistemológicas que defendem para abordar os problemas ambientais” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 26). A educação é vista, aqui, como um campo de disputa política em busca da hegemonia do campo, com tendências que variam da conservação à transformação da sociedade e das relações que ela estabelece com o ambiente.

Tozoni-Reis (2005), nesse sentido, trabalha com a concepção de três grandes grupos de práticas em educação ambiental, já que os princípios, objetivos e estratégias educativas não são iguais para todos que a praticam. Um primeiro agrupamento identifica o chamado “adestramento ambiental” (conceito amplamente discutido por Brügger, 2004 apud Tozoni-Reis, 2005) e visa à alteração de comportamentos ambientalmente inadequados, especialmente em nível individual: são as constantes campanhas pela redução do desperdício de água, diminuição do uso de papel, entre outras; busca-se aqui, criar um

² Em tradução livre para a língua portuguesa:

- Concepções dominantes de ambiente e educação;
- Objetivos primários da educação ambiental, explicitamente ou implicitamente expressados;
- Principais abordagens e estratégias;
- Exemplos de atividades ou modelos pedagógicos que ilustram a corrente ou ilustram tendências mais específicos dentro dela. A representatividade de tais exemplos em relação ao rol de diversas proposições associadas a cada corrente é, no entanto, limitada. Além disso, a escolha dos exemplos reflete os elementos da minha própria pesquisa no campo da educação ambiental, baseada na minha cultura de referência e minhas experiências práticas; elas incluem propostas que derivam de contextos francófonos, anglófonos e latino-americanos; e
- Algumas questões ou afirmações pensadas para estimular análises críticas das vantagens, limitações e questões associadas a cada corrente.

“sentimento de culpa” no sujeito pela realização de atos impactantes ambientalmente e, assim, estimular sua mudança. O segundo agrupamento identificado abarca aqueles grupos de educadores que acreditam na transmissão de conhecimentos técnico-científicos sobre o ambiente como função da educação ambiental, fato que traria uma relação mais adequada com o ambiente. Num terceiro grupo, a autora elenca as práticas que veem a educação ambiental como processo político, o qual visa à transformação da sociedade em busca de outra que seja realmente sustentável social e ambientalmente. É a chamada “educação ambiental transformadora e emancipatória” (TOZONI-REIS, 2005, p. 269).

Numa mesma linha de pensamento crítico, Layrargues e Lima (2014) mapeiam três macrotendências que abrigam as correntes político-pedagógicas da educação ambiental no Brasil: Conservacionista, Pragmática e Crítica.

A primeira delas, chamada de Conservacionista, se apoia nos “princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança dos comportamentos individuais em relação ao ambiente” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 30) e não questiona a estrutura social vigente. A corrente chamada de Pragmática, por sua vez, “percebe o meio ambiente destituído de componentes humanos, como uma mera coleção de recursos naturais em processo de esgotamento” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 31), mas “deixa à margem das considerações a questão da distribuição desigual dos custos e benefícios da apropriação dos bens ambientais pelos processos desenvolvimentistas, e resulta na promoção de reformas setoriais na sociedade sem questionar seus fundamentos de base” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 31). É a ação educativa ambiental ativista, a ação pela ação, reflexão teoria e prática. A última macrotendência é chamada de Crítica e dá “ênfase na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 33), ou seja, visa

à transformação social. A educação ambiental fundamentada nessa proposta pedagógica tem um caráter crítico, transformador e emancipatório. Ou então, a educação ambiental é uma dimensão da educação, vista como:

“(...) uma atividade intencional da prática social que extrapola o desenvolvimento individual, alcançando um caráter social na relação do indivíduo com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental” (TOZONI-REIS, 2007).

Percebemos, aqui, a forte relação entre a concepção Crítica de educação ambiental apresentada por Layrargues e Lima (2014) e a Pedagogia Histórico-Crítica descrita por Saviani (2000). Acreditamos ser essa a concepção teórica que nos traz melhor referencial para compreender a educação ambiental, portanto será essa a teoria que norteará este trabalho. Sem este escopo de bases conceituais e epistemológicas, correríamos o risco apresentado por Grün (2012), de não conseguir abordar as várias dimensões da crise ecológica e analisar como a educação ambiental realmente se dá.

Com as diferentes concepções de educação ambiental em mente, e posicionando-se sobre nosso referencial teórico, podemos, agora, trabalhar com um dos atores mais importantes na promoção de ações em educação ambiental mundialmente: as Organizações Não-Governamentais (ONGs), organizações que fazem parte do chamado terceiro setor ou da sociedade civil.

Mas, o que são as ONGs? Muitos estudos sobre a atuação dessas organizações já foram desenvolvidos no Brasil e no mundo. Eles apontam, em geral, que elas tiveram um grande crescimento a partir da segunda metade do século XX: no Brasil, existem entre 6 mil e 23 mil organizações classificadas como do terceiro setor (ALBUQUERQUE, 2006); Diegues (2008) aponta que esse crescimento pode ser notado pelo aumento de sua participação em

conferências internacionais oficiais indica sua relevância nas questões ambientais contemporâneas.

As ONGs são comumente definidas como instituições que não visam à obtenção de lucro a partir das atividades que desenvolvem: nisso elas diferem radicalmente das organizações empresariais. Além disso, elas têm em comum o fato de fazerem contraponto às ações do governo e do mercado, realçarem a importância de ações sem fins lucrativos e projetarem uma integração entre as ações públicas e privadas na sociedade (ALBUQUERQUE, 2006).

O autor, com no *Handbook on nonprofit institutions in the system of national accounts*, documento técnico produzido pela Organização das Nações Unidas em parceria com a John Hopkins University (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2003), classifica como entidades que compõem o terceiro setor aquelas que atendem simultaneamente às cinco seguintes categorias:

- “Devem estar organizadas formalmente, ou seja, com estrutura interna, com estabilidade relativa de objetivos formais, distinguindo sócios de não-sócios.
- São privadas, ou seja, separadas institucionalmente do governo.
- São autoadministradas ou capazes de administrar as próprias atividades.
- Não distribuem lucros a seus proprietários ou administradores.
- Têm alto grau de participação cidadã ou do voluntariado, isto é, podem ser livremente constituídas por qualquer grupo de pessoas, sendo a atividade da entidade livremente decidida por seus membros.” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 19-20).

Outros autores, alertam para a tendência à simplificação da caracterização das entidades do terceiro setor. Nesse sentido, Ghames (2012) traz que:

“É indispensável a advertência de que fixar para as ONGs apenas uma característica, não ter fins lucrativos, mantém a confusão da multiplicidade de propósitos que podem assumir (OLIVEIRA & HADDAD, 2001, p. 63). Confusão agravada pelo difundido uso da expressão “terceiro setor”, uma suposta interseção entre o espaço público e o privado que reuniria virtudes de ambos. Se as ONGs passaram por crescente aumento de importância e visibilidade, acompanhando processo semelhante do conjunto da sociedade civil, houve também a sua

valorização ingênua, atribuindo-lhes responsabilidades e a realização de trabalhos que caberiam ao poder público. Assim, mesclam-se prestações filantrópicas diretas a estratos desfavorecidos e colaborações com escolas públicas. Entrelaçamentos pelos quais se sedimenta o terceiro setor, em arranjos incertos que não conferem plenitude e sustentabilidade ao direito à educação.” (GHAMES, 2012, p. 62).

Outra autora, Pinto (2006), discute como no Brasil a participação da sociedade civil passou se expandir a partir das últimas décadas do século XX, após o término do período ditatorial militar ao qual o país foi submetido entre as décadas de 1960 e 1980. As ONGs, como parte das Organizações da Sociedade Civil (OSC), são apresentadas como instituições que “não são governamentais, não são lucrativas, não fazem parte de estruturas maiores, não são representativas, não financiam” (FERNANDES, 1994, p. 25) e, ainda, que se apresentam como não partidárias (PINTO, 2006).

Ao dar continuidade à definição de ONG, essa última autora estabelece as diferenças entre essas e os movimentos sociais, definições que geram confusões entre si. Pode-se dizer que as ONGs representam certa profissionalização da militância dos movimentos sociais, dada a origem de muitas delas; apesar disso, essa não é sua única origem: observamos ONGs que surgiram, por exemplo, de “grupos de profissionais envolvidos com causas específicas, de ex-militantes políticos” (PINTO, 2006, p. 657) e grupos de amigos com causas em comum. Temos, ainda, que as ONGs, apesar de compartilharem demandas, temas e ações com os movimentos sociais, possuem funcionamentos distintos:

“Uma ONG só existe por intermédio de projetos que a sustentem, ela é pró-ativa, tem metas a cumprir, programas preestabelecidos e financiados. Os movimentos sociais são menos estruturados, não prestam contas, nem têm um grupo de profissionais para sustentar. As ONGs formalizam-se, possuem diretorias, conselhos e corpo de funcionários. Isto pode levar, pelo menos em tese, a um processo de autorreferência muito grande, no qual sua reprodução como organização tenha quase tanta centralidade como a causa que defende.” (PINTO, 2006, p. 656).

No campo ambiental, as ONGs tem desempenhado um papel relevante na sociedade.

Almeida-Júnior & Gomes (2012) discutem os fatores que levaram ao crescimento da sua participação nas questões ambientais:

“Entre outros fatores, a falta de credibilidade das corporações nas questões ambientais abriu espaço para que outros agentes, supostamente mais confiáveis, fossem chamados a atestar suas ações. Assim, surgiram empresas de certificação ambiental, organizações que patrocinam prêmios por ações ambientais, ONGs que executam projetos socioambientais com recursos das empresas, instituições que publicam índices socioambientais e outros agentes que testemunham sobre as ações, os produtos, os projetos e as tecnologias de produção empregadas pelas corporações.” (ALMEIDA-JUNIOR & GOMES, 2012, p. 168-169).

Para termos uma ideia da abrangência de sua atuação, podemos consultar o levantamento conduzido pela empresa jornalística Análise Editorial (2013) sobre o perfil das ONGs Ambientalistas brasileiras. Na publicação, foram consultadas 327 ONGs Ambientalistas (aproximadamente metade das ONGs Ambientalistas cadastradas junto ao Governo Federal), das quais 93,9% relataram realizar atividades em educação ambiental e trabalhar em diversas áreas temáticas, majoritariamente em fauna e flora (biodiversidade), unidades de conservação, legislação ambiental e políticas públicas, água doce, florestas, meio ambiente urbano (habitação, transporte, arborização, etc.) e lixo (resíduos).

Rodrigues e Loureiro (2012) trazem importante contribuição sobre a atuação de ONGs Ambientalistas em atividades educacionais. No trabalho, os autores questionam a atuação legitimada dessas organizações em situações onde deveria haver a presença do estado e a sua promoção como entidades que surgem para resolver problemas sociais imediatos de forma ética e compromissada, não considerando as relações entre essas organizações e seus financiadores, muitas vezes bancos, empresas e outras instituições que atuam em prol da manutenção do atual sistema produtivo. Diegues (2008, p. 160), aponta ainda que, “apesar do aumento do poder das ONGs para influenciar as políticas ambientais nacionais e

internacionais, a cooptação crescente de muitas delas pela esfera governamental tem enfraquecido sua ação”.

Apesar desse rico debate produzido, não encontramos na bibliografia acadêmica trabalhos que façam uma análise mais ampla e aprofundada das ações desenvolvidas por ONGs Ambientalistas. Os estudos encontrados durante a revisão bibliográfica têm como foco análises nas ações de uma ou duas entidades ambientalistas para, então, discutir o papel da ONGs na promoção da educação ambiental (SILVA, 2012; TEIXEIRA; TALAMONI; TOZONI-REIS, 2013). Outros trabalhos buscam apresentar critérios para avaliação de projetos e ações em educação ambiental (EAMES; COWIE; BOLSTAD, 2008; SAITO, 2011; CARLETON-HUG; HUG, 2010; GUANABARA; GAMA; EIGENHEER, 2009); porém, eles não foram utilizados em análises posteriores mais amplas ou ficaram restritos a certa localidade.

Percebemos, assim, a necessidade de estudos que aprofundem as análises acerca da atuação das ONGs Ambientalistas em educação ambiental, especialmente com ênfase na função educacional da educação ambiental e fundamentados em referenciais teóricos claros. Notamos, ainda, que é necessário partir de uma fonte de dados mais ampla, que possa basear as discussões e compreender esse complexo setor de nossas sociedades hoje.

Portanto, este trabalho traz como objetivos:

1. Mapear as Organizações Não-Governamentais (ONGs) Ambientalistas que atuam no estado de São Paulo;
2. Identificar, dentre essas ONGs, quais delas realizam ações em educação ambiental;
3. Analisar as ações em educação ambiental realizadas pelas ONGs Ambientalistas quanto a seus alcances e limitações.

Com essas preocupações em mente e para atingir esses objetivos, este estudo foi desenvolvido a partir de uma coleta inicial de dados, estritamente de ordem quantitativa, que buscou listar as ONGs Ambientalistas paulistas por consultas a bancos de dados, contatos diretos e pesquisas digitais. Num segundo momento, partindo de uma amostra estatisticamente representativa do universo de pesquisa selecionado, realizamos entrevistas semiestruturadas, as quais forneceram dados de ordem quantitativa e qualitativa, os quais serão discutidos nos dois capítulos deste estudo.

No primeiro capítulo, apresentamos os resultados das análises realizadas sobre os dados de ordem quantitativa: quantas e quais são as ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo e como se distribuem territorialmente, quando, então, podemos visualizar a abrangência das práticas educacionais ambientais por elas desenvolvidas. O segundo capítulo analisa qualitativamente e com profundidade tanto os dados de ordem quantitativa quanto os de ordem qualitativa, esses últimos coletados durante as entrevistas realizadas com membros das ONGs sorteadas para esse fim.

Na conclusão do estudo, verificamos se os objetivos propostos inicialmente foram atingidos, seu significado para a educação ambiental no estado de São Paulo e quais os apontamentos futuros podemos inferir da pesquisa já concluída.

MATERIAL E MÉTODOS



Sob o referencial histórico-crítico, esse trabalho foi desenvolvido levando em conta as condições históricas determinantes da vida dos sujeitos na sociedade capitalista, isto é, levando em conta a formação econômica (TOZONI-REIS, 2007), não se excluindo outros determinantes que influenciam no processo de ordem cultural, biológica, política, religiosa e outras.

Este trabalho parte da constatação que, apesar da existência de levantamentos quantitativos mais amplos, apresentados durante a introdução, poucos se debruçaram especificamente sobre a atuação em educação ambiental das ONGs Ambientalistas. Assim, buscamos contribuir nesse sentido representando todo o universo de pesquisa escolhido, apesar de estarmos cientes das limitações da representatividade estatística no universo das Ciências Sociais. Como discutido por Guerra (2006), mais do que a referida representatividade estatística, é essencial conferir representatividade social ao trabalho de pesquisa e, por isso, buscamos conferir diversidade e saturação ao universo de pesquisa.

Nesse sentido e, ao entendermos a educação ambiental como um estudo das relações entre seres humanos e desses com a natureza, é necessário compreendê-la pela superação da lógica formal cartesiana (MINAYO et al., 1998), exigindo, nesse contexto, uma abordagem qualitativa. Isso significa dizer que este estudo tem como referência a pesquisa qualitativa, mas não exclui os dados quantitativos que serão interpretados sob a luz dos estudos qualitativos.

A pesquisa qualitativa surgiu nas pesquisas antropológicas e sociológicas no início do século XIX e, ao longo de seu desenvolvimento, aproximou-se das pesquisas quantitativas mais utilizadas na pesquisa científica, assim como, nos estudos dos fenômenos educacionais, que por muito tempo seguiram o modelo quantitativo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Esse, porém, não foi suficiente e adequado para dar respostas aos problemas dos fenômenos educacionais, dada a sua complexidade. Por muito tempo, a pesquisa em educação foi

realizada de forma isolada do contexto histórico, político e social da realidade que pretendia investigar e foi tratada “como se fosse um fenômeno físico, para uma análise acurada, se possível feita em um laboratório, onde as variáveis que o compõem pudessem também ser isoladas, a fim de se constatar a influência que cada uma delas exercia sobre o fenômeno em questão” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 3), o que sugeria neutralidade científica.

Minayo et al. (1998) lembra-nos que ambas as modalidades não se excluem, mas que a pesquisa em educação, por ser prática social do conhecimento, exige a contextualização social e histórica, além de tomada de posições pois a neutralidade é impossível. A pesquisa qualitativa se fundamenta, assim, na explicação interpretativa dos dados e descrições de determinados fatos ou situações.

Para realizar essa interpretação dos dados, diversos métodos são possíveis. Neste estudo, optamos pela Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1979), que pode ser definida como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1979, p. 31). Segundo a autora, o campo de aplicação desse método é muito vasto e se encaixa em qualquer tipo de comunicação, ou seja, “qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este” (BARDIN, 1979, p. 32).

Ela apresenta, também, que a análise de conteúdo possui duas funções, as quais podem ou não se dissociar na prática: heurística e de administração da prova. Enquanto a primeira função se refere à exploração, à descoberta de novas informações, a segunda busca formular hipóteses ou questões iniciais que serão colocadas à prova posteriormente: “É a análise de conteúdo para servir de prova” (BARDIN, 1979, p. 30). Consideramos que ambas as funções são aplicáveis a este estudo, cada qual relacionada a um objetivo proposto: a função heurística nos auxiliará na identificação das ONGs que desenvolvem ações em educação ambiental, enquanto que a função de administração da prova contribuirá na análise dessas ações a partir dos critérios estabelecidos.

Para determinar a categoria de análise, recorreremos à Teixeira (2009) e Teixeira, Talamoni e Tozoni-Reis (2013). No primeiro trabalho, no caso sua dissertação de mestrado, o autor aponta que a categoria de análise escolhida foram as ações ambientais, enquanto que no artigo publicado posteriormente foi apontado o processo educativo como tal. Neste trabalho, entendemos que a categoria de análise mais apropriada sejam as ações em educação ambiental, já que os objetivos são identificação e análise das ações desenvolvidas por ONGs Ambientalistas a partir da interpretação, sob o referencial histórico-crítico, dos dados coletados.

Como também apresentado por Bardin (1979), a análise de conteúdo foi organizada em (1) Pré-Análise; (2) Exploração do Material; e (3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A Pré-Análise consiste na fase de organização do trabalho de pesquisa e tem como objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais (BARDIN, 1979). A autora sugere que essa organização não é sinônima de rigidez e pode, portanto, ser flexível; deve-se, porém, buscar a maior precisão possível. Essa primeira fase possui três missões, como exposto pela autora: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 1979, p. 95).

A exploração do material, segunda fase do processo de análise de conteúdo, nada mais é que “a administração sistemática das decisões tomadas” (BARDIN, 1979, p. 101). É nesse momento que, tanto as informações obtidas através de documentos (função heurística) quanto as das entrevistas (função de administração de provas), são organizadas de acordo com os indicadores apresentados anteriormente.

A última fase da análise de conteúdo, o “tratamento dos resultados, a inferência e interpretação”, consiste em tornar os dados coletados válidos e significativos. Bardin (1979,

p. 101) expõe que “operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise factorial), permitem estabelecer quadros dos resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põe em relevo as informações fornecidas pela análise”. A partir dessa sistematização, é possível a proposição de inferências e interpretações para atingir os objetivos previstos, de acordo com o referencial teórico adotado.

Neste estudo, os documentos utilizados são dois: para a identificação das ONGs Ambientalistas que realizam ações em educação ambiental, recorreremos às publicações em meio eletrônico e físicos, como sítios eletrônicos das instituições, cadastros públicos ou privados de entidades ambientalistas que atuam nessa área e, caso necessário, as informações disponibilizadas por correio eletrônico pelas ONGs; já para a análise dessas ações em educação ambiental, utilizamos as transcrições das entrevistas realizadas com membros representantes das ONGs, uma das técnicas mais utilizadas na pesquisa em ciências humanas na modalidade qualitativa, além de informações complementares disponibilizadas nos sítios eletrônicos das organizações. A entrevista, como definida por Haguette (1995, p. 86), é um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”, especialmente para a coleta de dados subjetivos.

Dentre as diversas opções para a realização de entrevistas, optamos pela entrevista semiestruturada. Como definida por Boni e Quaresma (2005):

“As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 8).

Prosseguimos, agora, ao segundo e terceiro procedimento da Pré-Análise: a formulação das hipóteses e dos objetivos da análise de conteúdo e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Como veremos, esses dois procedimentos se relacionam intimamente.

Para a “função heurística” da análise de conteúdo apresentada acima, que consiste na identificação das ONGs Ambientalistas que realizam ações em educação ambiental, não formulamos hipóteses, já que o caráter é exploratório.

Já na “função de administração de provas”, buscamos formular hipóteses para analisar as ações em educação ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas. Essas hipóteses, baseadas em indicadores estabelecidos a partir do referencial teórico adotado, foram colocadas à prova após a análise das entrevistas semiestruturadas, as quais tiveram um roteiro definido *a priori*. Cabe ressaltar aqui que as hipóteses inicialmente formuladas não são vistas como estanques ou imutáveis ao longo do trabalho de pesquisa; ao contrário:

“A intenção dos investigadores não é comprovar hipóteses definidas *a priori* e estanques, mas antes identificar as lógicas e racionalidades de actores confrontando-as com o seu modelo de referência. A consequência imediata é que o trabalho de construção do objecto, da análise e das hipóteses é contínuo desde o início até o final da pesquisa” (GUERRA, 2006, p. 22).

O roteiro de entrevistas foi construído a partir de indicadores de estudos que propuseram ferramentas para avaliar projetos de educação ambiental em diferentes contextos, adaptados ao referencial teórico norteador deste trabalho.

Eames, Cowie e Bolstad (2008), num desses trabalhos, ao avaliarem as práticas em educação ambiental desenvolvidas nas escolas neozelandesas, em consonância com as diretrizes nacionais para Educação Ambiental e Educação para Sustentabilidade, dividiram as ações realizadas em Educação para o Ambiente, Educação no Ambiente e Educação sobre o

Ambiente. A análise quantitativa e qualitativa forneceu um amplo e representativo panorama da educação ambiental escolar neozelandesa. Acreditamos que a discussão entre as concepções desse estudo neozelandês não são as mais adequadas ao referencial teórico adotado neste trabalho.

Guanabara, Gama e Eigenheer (2009) propõem uma matriz para avaliar projetos de educação ambiental ao tomar duas ações realizadas no estado do Rio de Janeiro como modelo. Apesar do foco dessas ações serem relacionadas à gestão de resíduos sólidos, a matriz proposta permite analisar, primeiramente de forma qualitativa, se tais ações são condizentes com a legislação aplicável ao caso. Num segundo momento, são atribuídos valores às respostas dadas a cada item, fato que permite uma análise quantitativa dos projetos. Nesse estudo, foram apresentados os seguintes critérios para avaliar se os projetos estavam em consonância com as legislações federal e estadual de educação ambiental: (1) Perfil do projeto quanto à formação/estrutura profissional; (2) Tempo de atuação/durabilidade do projeto; (3) Objetivo principal do projeto; (4) Concepção de educação ambiental utilizada; (5) Amplitude; (6) Acesso à informação; (7) Estímulo à participação social; e (8) Avaliação.

Consideramos que esse estudo (GUANABARA; GAMA; EIGENHEER, 2009), com as necessárias adaptações, traz grande contribuição para a determinação dos indicadores para nosso estudo. Assim, procedemos a essa adaptação pela redução do número de indicadores utilizados para a análise e a não atribuição de valores às respostas obtidas junto às pessoas entrevistadas, optando por uma análise interpretativa qualitativa mais detalhada dos discursos dos entrevistados.

Esses indicadores foram analisados para obtermos as categorias de análise que fundamentam a interpretação final dos dados. Tendo em mente que o objetivo do trabalho é analisar as ações em educação ambiental das ONGs Ambientalistas, apresentamos, a

seguir, os indicadores escolhidos para a análise e as hipóteses elaboradas para nortear a análise:

1. Objetivo das ações em educação ambiental: a expressão dos objetivos permite analisar qual macro Tendência político-pedagógica de educação ambiental norteia as ações e serve como indicador da sua qualidade, de acordo com o referencial teórico deste trabalho. Atividades baseadas em concepções Conservacionistas ou Pragmáticas, por exemplo, sob a perspectiva crítica que orienta este estudo, teriam pouco impacto na formação de sujeitos críticos que pretendem a educação ambiental da forma como a compreendemos e já explicamos neste estudo. Ademais, intersecções entre concepções conflitantes e/ou contraditórias podem contribuir – ou não – para enfraquecer as ações no sentido dessa formação.

1ª Hipótese inicial: os objetivos das ações em educação ambiental desenvolvidos por ONGs Ambientalistas são mais fortemente relacionados às macro Tendências político-pedagógicas Conservacionista e Pragmática de educação ambiental, o que as distanciaria da qualidade crítica, contribuindo para a manutenção e promoção das relações degradantes entre a sociedade e o ambiente, de acordo com o referencial teórico adotado.

2. Continuidade das ações em educação ambiental: partimos do pressuposto que a fragmentação das ações contribui para o esvaziamento do caráter educativo da educação ambiental. Saviani (2012) aponta a necessidade de o trabalho educativo ocorra em tempo suficiente para que as habilidades e os conceitos que se pretende serem assimilados pelos alunos, de fato, se convertam numa espécie de segunda natureza. Dessa forma, “a continuidade é, pois, uma característica própria da educação” (SAVIANI, 2012, p. 107) e “a

questão da descontinuidade põe-se, portanto como um problema de maior gravidade no âmbito do que estou chamando de materialidade educativa” (SAVIANI, 2012, p. 109). T

2ª Hipótese inicial: as ações em educação ambiental desenvolvidas pelas ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo são pontuais, especialmente em forma de campanhas informativas de curta duração, atuação que, dado a necessidade de todo o processo educativo tende a esvaziar a prática educativa ambiental.

3ª Hipótese inicial: levando-se em consideração o viés crítico que norteia as análises conduzidas neste trabalho, as ONGs alinhadas à macrotendência Crítica conduzem ações em educação ambiental de maior continuidade e, portanto, de maior qualidade educativa.

3. Fonte de financiamento das ações: a análise das fontes de financiamento das ONGs estudadas permite discutir sua influência na tomada de decisões da organização e, conseqüentemente, nas ações em educação ambiental realizadas. Em seu advento, as ONGs se caracterizavam pela independência financeira em relação a governos e empresas, situação que tem se alterado ao longo dos anos e que pode ter influência no seu *modus operandi*.

4ª Hipótese inicial: as fontes de financiamento das ações influenciam os objetivos das ações em educação ambiental das ONGs e geram, inclusive, incoerências entre o discurso das organizações e as ações por elas realizadas.

4. Estrutura organizacional da ONG: a estrutura organizacional das ONGs estudadas reflete na forma como são conduzidas as ações em educação ambiental e tem forte relação com a concepção de educação ambiental adotada. Ou seja, uma ONG que defende a educação ambiental sob a perspectiva da interdisciplinaridade, cooperação e transformação

da sociedade, por exemplo, não seria coerente com uma organização rigidamente hierárquica e autoritária, na qual as decisões não são tomadas coletivamente.

5ª Hipótese inicial: ONGs orientadas à macrotendência Crítica de educação ambiental tendem a possuir organizações estruturais mais democráticas, coletivas e autogestionárias.

Com esses indicadores em consideração, propusemos o seguinte roteiro para as entrevistas semiestruturadas, sabendo que ele poderia sofrer modificações ao longo das entrevistas. O mais importante, neste sentido, foi que ele se manteve coerente aos objetivos buscados durante sua aplicação:

Questão 1. Aponte as principais ações em educação ambiental desenvolvidas pela ONG e qual sua duração.

Questão 2. Quais são objetivos dessas ações e qual seu público-alvo?

Questão 3. O que a ONG faz para viabilizar a execução dessas ações?

Questão 4. Você acredita que os objetivos das ações em educação ambiental são influenciados pela fonte de financiamento? Em que sentido?

Questão 5. Como é a organização da ONG? Quem toma as decisões?

O universo de pesquisa foi determinado anteriormente às entrevistas, após identificarmos as ONGs Ambientalistas que atuam no estado de São Paulo em diversas fontes de dados. Para esse mapeamento das ONGs, buscamos, inicialmente, informações junto à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), órgão que possui estreita relação com o tema; apesar da riqueza de informações disponíveis sobre essas organizações a nível nacional, não encontramos uma listagem que faça referência a ONGs Ambientalistas especificamente. Situação similar ocorreu ao procurarmos informações

na Rede Paulista de Educação Ambiental, a qual, apesar de possuir muitas informações, não as apresenta de forma sistematizada e completa.

Encontramos, porém, quatro bancos de dados com informações bem organizadas e publicamente disponíveis, apesar serem incompletos, desatualizados e não apresentarem informações similares entre si. Por isso, podemos utilizá-los como ponto de partida para um processo de sistematização mais completo e que cruzasse as informações fornecidas por todos eles. Assim, os bancos de dados Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas (CNEA) e Cadastro de Entidades Ambientistas de São Paulo (CadEA) (públicos) e *Made in Forest* e *Análise Gestão Ambiental* (privados) foram escolhidos como determinantes do universo de pesquisa a ser pesquisado.

Segundo o CNEA, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, há 635 Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientalistas no Brasil, sendo 120 delas no estado de São Paulo (BRASIL, [2013]). De acordo com o CadEA, organizado pela Coordenadoria de Educação Ambiental do Estado de São Paulo, há 46 entidades ambientalistas no estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2013).

Já segundo o sítio eletrônico *Made in Forest*, também brasileiro, que reúne informações sobre empresas e ONGs atuantes na área ambiental, há 62 ONGs Ambientistas na área de Educação e Cultura Ambiental no estado de São Paulo (MADE IN FOREST, 2014). Ainda provenientes de iniciativas privadas, a publicação *Análise Gestão Ambiental*, da empresa jornalística *Análise Editorial*, lista 327 ONGs Ambientistas no Brasil, sendo que 152 delas se encontram no estado de São Paulo (ANÁLISE GESTÃO AMBIENTAL 2013/2014, 2013) (Tabela 1).

Tabela 1. ONGs Ambientalistas encontradas nas bases de dados consultadas

Base de dados	Quantidade de ONGs listadas
CNEA	120
CadEA	46
<i>Made in Forest</i>	62
Análise Gestão Ambiental	152

Ao combinarmos esses dados para excluirmos duplas citações, chegamos a 276 entidades ambientalistas existentes no estado de São Paulo; não sabíamos, porém, quais dessas realizavam ações em educação ambiental. O levantamento realizado pela empresa jornalística Análise Editorial (ANÁLISE GESTÃO AMBIENTAL 2013/2014, 2013) mostrou que quase a totalidade das ONGs Ambientalistas consultadas as pratica, mas esse dado não contemplava a lista de ONGs que encontramos.

Levando em consideração que nosso estudo objetiva analisar de forma ampla e aprofundada as ações educacionais de ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo, buscamos determinar uma amostra através de um processo randômico de seleção que promovesse validade externa ao estudo, ou seja, que tivesse representatividade frente ao universo de pesquisa. Para isso, procuramos a orientação de especialistas em estatística no Departamento de Bioestatística do Instituto de Biociência da Unesp, campus de Botucatu: Maria Cecília Evangelista, mestranda pelo programa de Biometria, e o Professor Doutor Carlos Roberto Padovani, Professor Titular desse departamento.

Sabemos, porém, que a representatividade estatística não contempla todas as nuances que uma análise desta natureza se propõe. Por isso, consideramos os conceitos de saturação (a coleta de dados ocorreu até o momento em que novas entrevistas não trariam mais informações relevantes à pesquisa) e diversidade externa (buscou-se englobar a diversidade de atores do contexto de estudo de modo a fornecer um retrato global da situação) para conferir representatividade social à pesquisa (GUERRA, 2006).

Num primeiro momento, ao considerarmos que todas as ONGs Ambientalistas do estado de São Paulo encontradas realizassem ações em educação ambiental, deveríamos entrevistar entre 70 e 80 delas (Nível de Confiança de 95%/ Erro de estimação de 10%) (COCHRAN, 1971). Esse valor, além de ser comprometer a qualidade das análises qualitativas, superestimou o tamanho amostral necessário à promoção da validade externa do trabalho, questão que será discutida quando da apresentação dos resultados do levantamento.

O trabalho de coleta dos dados a partir das entrevistas foi realizado num segundo momento. Inicialmente, contatamos os responsáveis pelas ações em educação ambiental ou pela ONG em si, quando aquele cargo/função não existisse. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas, em ordem de prioridade e de acordo com a viabilidade econômica e temporal por: (1) visita presencial, (2) meios de comunicação eletrônicos ou (3) telefone. Recorreremos, em alguns casos, à análise de documentos produzidos pelas ONGs, especialmente aqueles disponibilizados nos sítios eletrônicos e outros meios de divulgação eletrônica as quais tivermos acesso.

Assim, este trabalho está organizado em dois capítulos: o primeiro deles traz os resultados descritos como componentes da função heurística da análise de conteúdo, composto pelo levantamento de ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo, sua disposição territorial e breve descrição. O segundo capítulo desenvolve os itens elencados como integrantes da função de administração de provas da análise de conteúdo e analisa, de forma detalhada, quantitativamente e qualitativamente, os indicadores escolhidos para discutir a categoria de análise escolhidas, as ações em educação ambiental. Em ambos os capítulos realizamos a discussão dos resultados apresentados.

Finalmente, o trabalho é encerrado com sua conclusão, local onde são feitas considerações finais e apontamentos do trabalho.

**CAPÍTULO 1. QUAIS SÃO AS ONGs AMBIENTALISTAS QUE TRABALHAM COM
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: O ÁRDUO TRABALHO DE
CONTATÁ-LAS E IDENTIFICÁ-LAS**



*“Não te acanhes de perguntar, companheiro!
Não deixes que te metam patranhas na cabeça:
Vê c’os teus próprios olhos!”*

Bertold Brecht, em “Lendas, Parábolas, Crônicas, Sátiras e outros Poemas” (tradução de Paulo Quintela), [s/d]

O primeiro capítulo deste trabalho tem, basicamente, caráter descritivo e traz dados coletados durante o primeiro momento da pesquisa. Ele consiste na apresentação de uma listagem de ONGs Ambientalistas existentes no estado de São Paulo e da sua distribuição no território.

O Estado de São Paulo, de acordo com o último censo demográfico produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, possui uma população de 41.262.199 pessoas, distribuída em 645 municípios (IBGE, 2010). Em 2014, estima-se que essa população seja 44.035.304 pessoas.

O trabalho de levantamento das ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo teve início com a consulta aos quatro bancos de dados escolhidos por serem confiáveis e apresentarem informações relativamente bem organizadas: dois deles de caráter público (CNEA e CadEA) e dois deles organizados pela iniciativa privada (*Made in Forest* e *Análise Gestão Ambiental*), como expusemos anteriormente. A partir deles, chegamos ao número de 276 ONGs Ambientalistas, o qual foi nosso universo de pesquisa inicial.

As ONGs Ambientalistas encontradas estão localizadas em 104 municípios, correspondendo a 16,12% dos municípios paulistas. Quando levamos em consideração a população desses municípios, pudemos perceber melhor a dimensão do trabalho realizado pelas ONGs: 68,15% da população paulista (28.119.283 pessoas) reside em cidades que são, de alguma forma, locais de atuação de ONGs Ambientalistas. Isso significa que, embora as ONGs estejam presentes numa pequena porcentagem dos municípios paulistas, mais da metade da população paulista convive com a atuação das ONGs.

Ao analisarmos a distribuição dessas ONGs Ambientalistas, pudemos notar uma maior predominância em cidades próximas à capital do estado e no litoral. Ainda, para facilitar a visualização desses resultados e oferecer um panorama mais fiel da abrangência da atuação das ONGs, dividimos a distribuição territorial de ONGs no estado de acordo com sua

densidade (razão entre número de habitantes e quantidade de ONGs por município); assim, os municípios puderam ser classificados em locais com densidade altíssima (até 10.000 habitantes por ONG), alta (de 10.001 a 50.000 habitantes por ONG), média (50.001 a 100.000 habitantes por ONG), baixa (100.001 a 200.000 habitantes por ONG) e baixíssima (mais que 200.001 habitantes por ONG) de ONGs Ambientalistas (Figura 1, quadro 2).

Pudemos notar uma tendência a maior densidade de ONGs em municípios com menores populações, apesar de não ser possível dizer que tal constatação é uma regra. Essa constatação é bastante interessante pois, num primeiro momento, imaginávamos que o inverso deveria ocorrer: na cidade de São Paulo, por exemplo, foram encontradas 94 ONGs Ambientalistas, maior quantidade absoluta de ONGs no estado; porém, ao calcularmos a razão com a população, observamos que a densidade é baixa, inferior a mais que 70% dos municípios paulistas.

Na classificação acima proposta, apenas cinco municípios possuem altíssima densidade de ONGs, todos eles com populações inferiores a 100.000 habitantes. A seguir, observamos trinta e oito cidades classificadas como de alta densidade de ONGs, com populações que variam de 10.000 a 200.000 habitantes. Vinte e oito municípios têm densidade média de ONGs Ambientalistas e populações que variam de 70.000 até aproximadamente 400.000 pessoas. Com baixa densidade de ONGs temos municípios com maior população (entre 100.000 e 12.000.000 de pessoas), num total de dezoito. Por fim, existem 14 municípios com baixíssima de densidade de ONGs e populações que variam entre 200.000 e 1.200.000 pessoas.

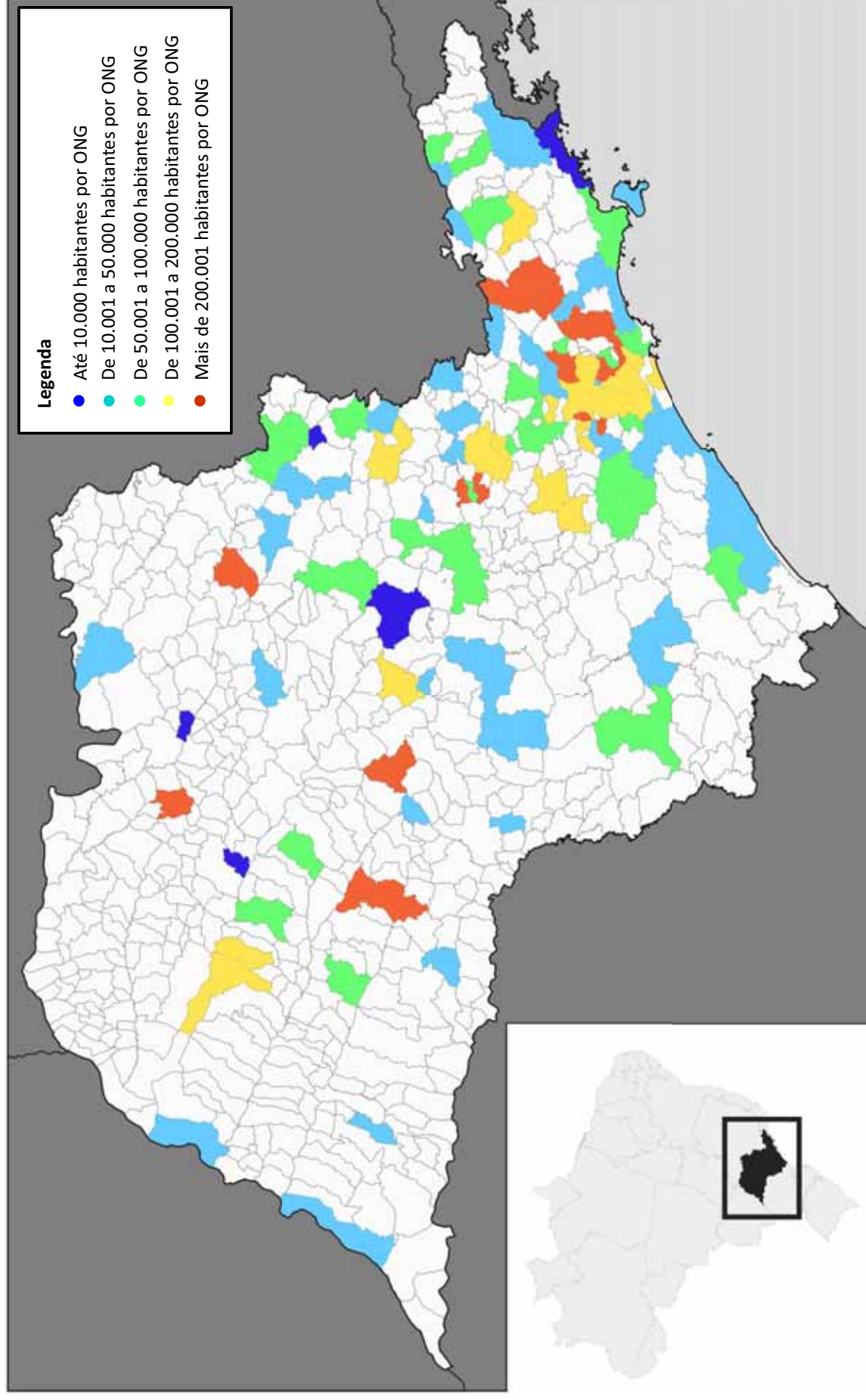


Figura 1. Disposição territorial e densidade de ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo de acordo com a população de cada município (Adaptado de: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/bc/SP_Municipalities.svg/2000px-SP_Municipalities.svg.png. Acesso em: 20 abr. 2014).

Quadro 2. Disposição territorial e densidade de ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo em razão da população de cada município

(Continua)

Município	População	Quantidade de ONGs	Densidade³	Classificação
Álvares Machado	23.513	1	23.513	Densidade alta
Americana	210.638	1	210.638	Densidade baixíssima
Amparo	65.829	2	32.914,5	Densidade alta
Araçatuba	181.579	1	181.579	Densidade baixa
Arujá	74.905	1	74.905	Densidade média
Assis	95.144	2	47.572	Densidade alta
Atibaia	126.603	2	63.301,5	Densidade média
Avaré	82.934	2	41.467	Densidade alta
Barra Bonita	35.246	1	35.246	Densidade alta
Barueri	240.749	2	120.374,5	Densidade baixa
Bauru	343.937	1	343.937	Densidade baixíssima
Bernardino de Campos	10.775	1	10.775	Densidade alta
Bertioga	47.645	2	23.822,5	Densidade alta
Birigui	108.728	1	108.728	Densidade baixa
Botucatu	127.328	3	42.442,67	Densidade alta
Brotas	21.580	4	5.395	Densidade altíssima
Cajamar	64.114	1	64.114	Densidade média
Cajobi	9.768	1	9.768	Densidade altíssima
Campinas	1.080.113	7	154.301,86	Densidade baixa
Campo Limpo Paulista	74.074	1	74.074	Densidade média
Campos do Jordão	47.789	1	47.789	Densidade alta
Capão Bonito	46.178	1	46.178	Densidade alta
Caraguatatuba	100.840	2	50.420	Densidade média
Carapicuíba	369.584	2	184.792	Densidade baixa
Castilho	18.003	1	18.003	Densidade alta
Cordeirópolis	21.080	1	21.080	Densidade alta
Cotia	201.150	5	40.230	Densidade alta
Cruzeiro	77.039	1	77.039	Densidade média
Cubatão	118.720	1	118.720	Densidade baixa
Cunha	21.866	1	21.866	Densidade alta
Diadema	386.089	2	193.044,5	Densidade baixa
Duartina	12.251	1	12.251	Densidade alta
Embu das Artes	240.230	1	240.230	Densidade baixíssima
Embu-Guaçu	62.769	1	62.769	Densidade média
Espírito Santo do Pinhal	41.907	1	41.907	Densidade alta

³ A densidade foi calculada a partir da divisão do número de habitantes pela quantidade de ONGs no município.

Quadro 2. Disposição territorial e densidade de ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo em razão da população de cada município

(Continuação)

Município	População	Quantidade de ONGs	Densidade	Classificação
Franco da Rocha	131.604	1	131.604	Densidade baixa
Guaíra	37.404	1	37.404	Densidade alta
Guararema	25.844	1	25.844	Densidade alta
Guarulhos	1.221.979	2	610.989,5	Densidade baixíssima
Holambra	11.299	1	11.299	Densidade alta
Ibiúna	71.217	1	71.217	Densidade média
Iguape	28.841	1	28.841	Densidade alta
Ilhabela	28.196	1	28.196	Densidade alta
Itanhaém	87.057	2	43.528,5	Densidade alta
Itapeva	87.753	1	87.753	Densidade média
Itapevi	200.769	2	100.384,5	Densidade baixa
Itobi	7.546	1	7.546	Densidade altíssima
Itu	154.147	1	154.147	Densidade baixa
Jacareí	211.214	1	211.214	Densidade baixíssima
Jaguariúna	44.311	1	44.311	Densidade alta
Jaú	131.040	1	131.040	Densidade baixa
Joanópolis	11.768	1	11.768	Densidade alta
Jundiaí	370.126	6	61.687,67	Densidade média
Juquitiba	28.737	1	28.737	Densidade alta
Lins	71.432	1	71.432	Densidade média
Lorena	82.537	1	82.537	Densidade média
Mairiporã	80.956	2	40.478	Densidade alta
Marília	216.745	1	216.745	Densidade baixíssima
Mauá	417.064	1	417.064	Densidade baixíssima
Mococa	66.290	1	66.290	Densidade média
Mogi das Cruzes	387.779	1	387.779	Densidade baixíssima
Mogi Guaçu	137.245	1	137.245	Densidade baixa
Nazaré Paulista	16.414	1	16.414	Densidade alta
Nova Odessa	51.242	1	51.242	Densidade média
Osasco	666.740	2	333.370	Densidade baixíssima
Pariquera-Açú	18.446	1	18.446	Densidade alta
Penápolis	58.510	1	58.510	Densidade média
Peruíbe	59.773	2	29.886,5	Densidade alta
Piedade	52.143	1	52.143	Densidade média
Pindamonhangaba	146.995	2	73.497,5	Densidade média
Piquete	14.107	1	14.107	Densidade alta
Piracicaba	364.571	5	72.914,2	Densidade média

Quadro 2. Disposição territorial e densidade de ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo em razão da população de cada município

(Conclusão)

Município	População	Quantidade de ONGs	Densidade	Classificação
Praia Grande	262.051	2	131.025,5	Densidade baixa
Presidente Epitácio	41.318	1	41.318	Densidade alta
Registro	54.261	1	54.261	Densidade média
Ribeirão Pires	113.068	2	56.534	Densidade média
Ribeirão Preto	604.682	3	201.560,67	Densidade baixíssima
Rio Claro	186.253	2	93.126,5	Densidade média
Salesópolis	15.635	1	15.635	Densidade alta
Santa Cruz das Palmeiras	29.932	1	29.932	Densidade alta
Santo André	676.407	2	338.203,5	Densidade baixíssima
Santos	419.400	8	52.425	Densidade média
São Bernardo do Campo	765.463	6	127.577,17	Densidade baixa
São Caetano do Sul	149.263	4	37.315,75	Densidade alta
São Carlos	221.950	4	55.487,5	Densidade média
São João da Boa Vista	83.639	1	83.639	Densidade média
São José do Rio Pardo	51.900	1	51.900	Densidade média
São José do Rio Preto	408.258	1	408.258	Densidade baixíssima
São José dos Campos	629.921	3	209.973,67	Densidade baixíssima
São Paulo	11.253.503	94	119.718,12	Densidade baixa
São Sebastião	73.942	1	73.942	Densidade média
São Simão	14.346	1	14.346	Densidade alta
Socorro	36.686	2	18.343	Densidade alta
Sorocaba	586.625	5	117.325	Densidade baixa
Sumaré	241.311	1	241.311	Densidade baixíssima
Tambaú	22.406	1	22.406	Densidade alta
Taquaritinga	53.988	2	26.994	Densidade alta
Taubaté	278.686	2	139.343	Densidade baixa
Tupã	63.476	1	63.476	Densidade média
Ubarana	5.289	1	5.289	Densidade altíssima
Ubatuba	78.801	8	9.850,13	Densidade altíssima
Valinhos	106.793	1	106.793	Densidade baixa
Vinhedo	63.611	1	63.611	Densidade média

Identificadas, nas bases de dados, as 276 ONGs Ambientalistas do estado de São Paulo, foi preciso buscar confirmar se todas elas são realmente atuantes. Para isso, buscamos estabelecer contato com todas as ONGs entre os dias 21 de maio de 2014 e 13 de junho de 2014. Primeiramente, demos preferência por contatá-las via telefone fixo, já que poderíamos explicar com mais clareza a natureza do trabalho e identificar, dentro do rol de ONGs, quais delas que desenvolvem atividades em educação ambiental. Quando as chamadas telefônicas não foram atendidas, enviamos uma mensagem via correio eletrônico (e-mail) ou preenchemos formulários disponibilizados nos sítios eletrônicos (sites) dessas entidades. Quando, com todas essas providências ainda não conseguimos conversar com as organizações, buscamos entrar em contato através dos telefones celulares dos responsáveis pelas organizações. Se nenhuma dessas alternativas obteve sucesso, fizemos um levantamento em mecanismos de busca virtuais com diferentes palavras de busca correlatas à organização. Somente após o esgotamento de todas essas tentativas, consideramos que a ONG não existe mais e/ou não está realizando atividades atualmente e/ou não oferece nenhuma condição para contato.

Das 276 ONGs levantadas contatadas, 126 responderam a alguma das tentativas de contato, pelo menos uma vez. 124 organizações não responderam ao contato, mas possuem telefone e endereço eletrônico (e-mail e/ou sítio eletrônico) válido. Somente 26 das organizações listadas não responderam e não possuem endereços eletrônicos e telefones válidos: por essa razão, elas foram excluídas do nosso universo inicial de pesquisa.

Após esse procedimento, podemos dizer, em conclusão, que 250 ONGs Ambientalistas atuam no estado de São Paulo (Quadro 3). As 26 entidades que, apesar de serem citadas em, pelo menos, uma das bases de dados consultadas, mas que não puderam ser contatadas, são também apresentadas neste trabalho (Quadro 4), apesar de não serem consideradas como integrantes do universo de pesquisa para análise de suas ações.

Das 250 ONGs Ambientalistas atuantes no estado de São Paulo, constatamos que 175 delas realizam ações em educação ambiental, 70,0% do total. Obtivemos essa resposta afirmativa diretamente de 97 das organizações, as quais responderam às tentativas de contato via telefone, correios eletrônicos ou formulários disponibilizados em seus sítios eletrônicos. Quando esse contato não foi possível, recorremos às informações publicadas no sítio eletrônico das instituições: 78 ONGs que não conseguimos as informações por contato direto fornecem esse tipo de informação em seu próprio sítio eletrônico.

Do rol de ONGs Ambientalistas atuantes (250 entidades), 39 delas afirmaram **não** realizar ações em educação ambiental (15,6%). Por fim, não pudemos definir se 36 das ONGs levantadas realizam ou não ações em educação ambiental (14,4%), já que o sítio eletrônico não deixa essa informação clara e/ou não obtivemos respostas nas chamadas telefônicas ou mensagens eletrônicas enviadas, apesar de possuírem contatos válidos⁴.

Durante o processo de contato com as ONGs e de pesquisa virtual, deparamo-nos com uma série de ONGs Ambientalistas atuantes em educação ambiental, mas que não estão cadastradas em nenhuma das bases de dados consultadas: no total, foram encontradas 26 ONGs nessa situação, as quais não fazem do universo de pesquisa de trabalho, mas que são também apresentadas (Quadro 5), pois sua atuação foi confirmada. Apesar de não termos encontrado publicações que discutam essa questão, acreditamos que sua não inclusão nas bases de dados públicas ou privadas se deva a sua recente criação, a problemas de ordem estrutural, a sua inclusão em outras bases de dados não diretamente

⁴ As informações quanto à realização de ações em Educação Ambiental e a forma de contato com as ONGs são apresentadas nas colunas “EA” e “Contato” do Quadro 2, respectivamente. Na coluna EA é possível encontrar as categorias “Sim” (quando há ações em Educação Ambiental), “Não” (quando não há ações em Educação Ambiental) e “Indefinido” (quando não foi possível definir se há ações em Educação Ambiental). Na coluna Contato são possíveis as opções “Contato direto” (quando o contato foi feito através de telefone ou correio eletrônico e a informação sobre a realização de ações em Educação foi fornecida diretamente pelo respondente), “Sítio eletrônico” (quando não foi possível contato via telefone ou correio eletrônico e a informação sobre a realização de ações em Educação Ambiental foi obtida no sítio eletrônico da ONG) e “Inexistente” (quando não foi possível contato via telefone ou correio eletrônico e a informação sobre a realização de ações em Educação Ambiental não pode ser obtida no sítio eletrônico da ONG, apesar de constarmos que ela está em atividade).

relacionadas à temática ambiental ou, ainda, à existência de pendências jurídicas que impeçam seu cadastramento oficial como ONG.

Todo esse processo de levantamento de dados evidenciou as imensas dificuldades para se ter acesso a informações sobre ONGs Ambientalistas. Desde o primeiro momento de escolha das bases de dados a serem utilizadas como universo de pesquisa, fato que mostrou que mesmo as fontes de dados públicas oficiais não possuem informações similares, até o estabelecimento de contato com cada uma das ONGs encontradas, pudemos notar a necessidade de fontes de informações mais fidedignas e atualizadas.

Quadro 3. Organizações Não-Governamentais Ambientalistas do estado de São Paulo

(Continua)

	Nome da organização	Município	EA	Contato
1	Agência Ambiental Pick-Upau	São Paulo	Sim	Contato direto
2	Agência Nacional de Desenvolvimento Eco-Social – ANDES	Santos	Sim	Contato direto
3	Aliança Internacional do Animal – ALLA	Cotia	Sim	Contato direto
4	Anauá Grupo de Educação Sócio-Ambiental	Santa Cruz das Palmeiras	Indefinido	Inexistente
5	Arrastão Movimento de Promoção Humana – Projeto Arrastão	São Paulo	Sim	Contato direto
6	ASACAR Eduardo Lustoza	Santos	Sim	Sítio eletrônico
7	Ashoka Brasil	São Paulo	Não	Contato direto
8	Associação Águas Claras do Rio Pinheiros	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
9	Associação Aliança-Luz	São Bernardo do Campo	Sim	Sítio eletrônico
10	Associação Ambientalista Copaliba	Socorro	Sim	Contato direto
11	Associação Ambientalista Protetora da Bacia Paranapanema – AADEP	Bernardino de Campos	Não	Contato direto
12	Associação Amigos da Lagoa do Santa Rosa e Meio Ambiente – Amigos da Lagoa	Piracicaba	Sim	Contato direto
13	Associação Barco Escola da Natureza	Americana	Sim	Contato direto
14	Associação Biomas	São Caetano do Sul	Sim	Contato direto
15	Associação Brasileira das Empresas de Consultoria e Engenharia Ambiental – AESAS	São Paulo	Não	Contato direto
16	Associação Brasileira os Expostos ao Amianto – ABREA	Itapevi	Não	Sítio eletrônico
17	Associação Civil Ambiental Amigos da Serra	Taquaritinga	Não	Contato direto
18	Associação Civil Eco Mantiqueira	Espírito Santo do Pinhal	Sim	Sítio eletrônico
19	Associação Civil Eco Vida Ambiental – EVA	Valinhos	Sim	Contato direto
20	Associação Civil Greenpeace	São Paulo	Sim	Contato direto
21	Associação Comunitária Habitacional Vargem Grande – ACHAVE	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
22	Associação Cultural e Comunitária Zagaia	Carapicuíba	Sim	Sítio eletrônico
23	Associação Cultural e Ecológica Ogawa Butoh Center	São Simão	Não	Sítio eletrônico
24	Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil – ACEPB	Ribeirão Preto	Sim	Contato direto

Quadro 3. Organizações Não-Governamentais Ambientalistas do estado de São Paulo

(Continuação)

	Nome da organização	Município	EA	Contato
25	Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta	Ubatuba	Sim	Contato direto
26	Associação das Empresas de Turismo de Brotas – ABROTUR	Brotas	Sim	Contato direto
27	Associação de Amigos da Natureza da Alta Paulista	Tupã	Sim	Sítio eletrônico
28	Associação de Defesa do Meio Ambiente de Avaré – ADEMA	Avaré	Não	Contato direto
29	Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo – ADEMA-SP	São Paulo	Indefinido	Inexistente
30	Associação de Proteção dos Animais – APAB	Brotas	Não	Sítio eletrônico
31	Associação de Recuperação Florestal do Médio Tietê – Flora Tietê	Penápolis	Sim	Contato direto
32	Associação de Reposição Florestal do Pardo Grande – Verde Tambaú	Tambaú	Indefinido	Inexistente
33	Associação do Grupamento Ambientalista – AGA	Birigui	Sim	Sítio eletrônico
34	Associação do Verde e Proteção do Meio Ambiente – AVEPEMA	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
35	Associação dos Amigos e Moradores das Áreas Verdes de Itanhaém – AAMAVI	Itanhaém	Sim	Contato direto
36	Associação e Centro de Pesquisas Ecológicas de Ubarana – ACEPEUB	Ubarana	Sim	Sítio eletrônico
37	Associação e Organização Ecológica Ibiunense de Proteção ao Meio Ambiente – AME-IBIÚNA	Ibiúna	Indefinido	Inexistente
38	Associação Eco Jureia – AEJ	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
39	Associação Ecológica Brasil Verde – ASSEBRAVE	São Paulo	Indefinido	Inexistente
40	Associação Ecológica e Defesa do Meio Ambiente – Álvares Machado – ASEDEMA	Álvares Machado	Indefinido	Inexistente
41	Associação Ecos do Vitória – Educação e Gestão Ambiental – ECOS do Vitória	São Paulo	Sim	Contato direto
42	Associação Elo	Botucatu	Sim	Contato direto
43	Associação em Defesa do Meio Ambiente e da Cidadania – Caminho Verde	Campo Limpo Paulista	Sim	Contato direto
44	Associação em Defesa do Rio Paraná, afluentes e mata ciliar – APOENA	Presidente Epitácio	Sim	Contato direto
45	Associação F.G. Guidotti Para Estudo E Preservação Da Natureza – AFG	Piracicaba	Sim	Contato direto
46	Associação Faça sua parte	São Caetano do Sul	Não	Contato direto
47	Associação Fartura de Alimentos	Sorocaba	Não	Contato direto
48	Associação Global de Desenvolvimento Sustentável – AGDS	São Bernardo do Campo	Sim	Contato direto

Quadro 3. Organizações Não-Governamentais Ambientalistas do estado de São Paulo

(Continuação)

	Nome da organização	Município	EA	Contato
49	Associação Holística de Participação Comunitária Ecológica – AHPCE	Osasco	Sim	Sítio eletrônico
50	Associação Igtiba	São Paulo	Sim	Contato direto
51	Associação Jaguamimbaba para o Desenvolvimento Sustentável – AJADES	Cruzeiro	Sim	Contato direto
52	Associação Mata Ciliar	Jundiaí	Sim	Contato direto
53	Associação Mucky de Proteção aos Primatas	Itu	Sim	Contato direto
54	Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico	Campinas	Sim	Contato direto
55	Associação para Conservação das Aves do Brasil – Save Brasil	São Paulo	Sim	Contato direto
56	Associação para Proteção Ambiental de São Carlos – APASC	São Carlos	Não	Contato direto
57	Associação PARCEL	Bertioga	Sim	Contato direto
58	Associação Parque Maracá	Guaíra	Indefinido	Inexistente
59	Associação Paulista das Empresas de Tratamento e Destinação de Resíduos Urbanos – APETRES	São Paulo	Indefinido	Inexistente
60	Associação Paulista de Consultores em Meio Ambiente – APCMA	São Paulo	Indefinido	Inexistente
61	Associação Plantando Paz na Terra	Campinas	Sim	Sítio eletrônico
62	Associação Plante Vida	Itobi	Sim	Contato direto
63	Associação Protetora dos Animais Silvestres de Assis – APASS	Assis	Sim	Contato direto
64	Associação Protetores do Amigo Bicho – PROAMBI	São José do Rio Preto	Indefinido	Inexistente
65	Associação Reciclázaro	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
66	Associação Santuário Ecológico Rancho dos Gnomos – ASERG	Cotia	Sim	Sítio eletrônico
67	Associação Socioambientalista ‘Somos Ubatuba’ – ASSU Ubatuba	Ubatuba	Sim	Contato direto
68	Associação Terceira Via	Joanópolis	Sim	Contato direto
69	Associação Tuim Proteção e Educação Ambiental – Tuim Ambiental	Santos	Indefinido	Inexistente
70	Associação Universidade da Água – UNIAGUA	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
71	Associação VERDEVER – Curadores da Terra	São Paulo	Sim	Contato direto
72	Associação Vidas Verdes de Estudos Ambientais – AVV	Pariquera-Açu	Sim	Contato direto

Quadro 3. Organizações Não-Governamentais Ambientalistas do estado de São Paulo

(Continuação)

	Nome da organização	Município	EA	Contato
73	Associação Viva O Centro	São Paulo	Não	Sítio eletrônico
74	Catalisa – Rede de Cooperação para Sustentabilidade	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
75	Centro de Amigos da Natureza – CAMIN	São José dos Campos	Indefinido	Inexistente
76	Centro de Estudos Ornitológicos – CEO	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
77	Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada – COATI Jundiaí	Jundiaí	Sim	Contato direto
78	Centro de Reabilitação de Animais Silvestres Associação Bichos da Mata	Itanhaém	Não	Sítio eletrônico
79	Circuito Netas	São Paulo	Sim	Contato direto
80	Conselho Brasileiro de Construção Sustentável	São Paulo	Não	Contato direto
81	Conselho Nacional de Defesa Ambiental – CNDA	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
82	CPA Pe. Bello	São Paulo	Sim	Contato direto
83	Eco Associação para Estudos do Ambiente	São Paulo	Indefinido	Inexistente
84	Ecoforça Pesquisa e Desenvolvimento – Ecoforça	São Bernardo do Campo	Não	Sítio eletrônico
85	Ecolmeia	São Bernardo do Campo	Sim	Contato direto
86	Econg – Organização Não-Governamental de Defesa ao Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	Castilho	Indefinido	Inexistente
87	Ecophalt	Praia Grande	Sim	Contato direto
88	Educação, Treinamento, Transformação, Informação e Comunicação Ambiental – Ettica	Santos	Indefinido	Inexistente
89	Elo Ambiental	Vinhedo	Sim	Contato direto
90	Entidade Ecológica e Educacional do Vale do Paranapanema – ENVAPA	Assis	Sim	Sítio eletrônico
91	Entidade Ecológica Milênio Verde	São Paulo	Sim	Contato direto
92	Espaço de Formação Assessoria e Documentação – Espaço	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
93	Espeleo Clube de Avaré – ECA	Avaré	Indefinido	Inexistente
94	Espeleo Clube de Rio Claro – EGRIC	Rio Claro	Não	Sítio eletrônico
95	Estação Eco Guanhã	Peruíbe	Sim	Sítio eletrônico
96	Flora Cantareira	Amparo	Não	Contato direto

Quadro 3. Organizações Não-Governamentais Ambientalistas do estado de São Paulo

(Continuação)

	Nome da organização	Município	EA	Contato
97	Fundação Alphaville	Barueri	Sim	Sítio eletrônico
98	Fundação Cedec – Centro De Experimentação e Divulgação Científica	Atibaia	Indefinido	Inexistente
99	Fundação Christiano Rosa – FCR	Piquete	Indefinido	Inexistente
100	Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
101	Fundação Espaço Eco	São Bernardo do Campo	Sim	Sítio eletrônico
102	Fundação Fórmula Cultural	Pindamonhangaba	Sim	Sítio eletrônico
103	Fundação SOS Mata Atlântica	São Paulo	Sim	Contato direto
104	Green Building Council Brasil	Barueri	Sim	Contato direto
105	Grupo de Ação e Estudos Ambientais	Amparo	Sim	Contato direto
106	Grupo Ecológico Água – GEA	Socorro	Sim	Contato direto
107	Grupo Ecológico de Conscientização Ambiental – GECA	Taubaté	Indefinido	Inexistente
108	Grupo Ecológico Nativerde – GEN	São José do Rio Pardo	Não	Contato direto
109	Grupo Ecológico Olho D'Água	Mococa	Sim	Sítio eletrônico
110	Grupo Erê – Centro de Estudos e Ações Sociais, Culturais e Ambientais	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
111	Historiarte Associação Cultural e Educacional	São Paulo	Sim	Contato direto
112	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Ecológico – IBDE do Brasil Meio Ambiente	Mauá	Sim	Contato direto
113	In-Pacto – Instituto de Proteção Ambiental Cotia/Tietê Oeste	Cotia	Indefinido	Inexistente
114	Instituto Acqua	Ribeirão Pires	Sim	Contato direto
115	Instituto Águas do Prata – IAP	Campos do Jordão	Sim	Sítio eletrônico
116	Instituto Akatu	São Paulo	Sim	Contato direto
117	Instituto Albatroz – IA (Projeto Albatroz)	Santos	Sim	Contato direto
118	Instituto Ambiental Vidágua	Bauru	Sim	Sítio eletrônico
119	Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IA-RBMA	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
120	Instituto Argonauta para a Conservação Costeira e Marinha – IAPACCM	Ubatuba	Não	Contato direto

Quadro 3. Organizações Não-Governamentais Ambientalistas do estado de São Paulo

(Continuação)

	Nome da organização	Município	EA	Contato
121	Instituto Árvore da Vida – IAV	Campinas	Sim	Sítio eletrônico
122	Instituto Baraeté	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
123	Instituto Bicho Preguiça	Ubatuba	Indefinido	Inexistente
124	Instituto Bióleo de Desenvolvimento Sustentável	São Paulo	Sim	Contato direto
125	Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza – IBDN	São Paulo	Sim	Contato direto
126	Instituto Brasileiro de Defesa Do Consumidor – IDEC	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
127	Instituto Brasileiro de Educação para a Vida – IBEV	Rio Claro	Sim	Sítio eletrônico
128	Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental – PROAM	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
129	Instituto Caá-Oby de Análises e Protagonismo Socioambiental	Santos	Sim	Contato direto
130	Instituto Chão Verde – ICV	Franco da Rocha	Indefinido	Inexistente
131	Instituto Costa Brasilis – Desenvolvimento Sócio-Ambiental	São Paulo	Sim	Contato direto
132	Instituto da Árvore	Ubatuba	Sim	Contato direto
133	Instituto da Consciência Ambiental – INCA	Piracicaba	Sim	Sítio eletrônico
134	Instituto de Desenvolvimento Ambiental Sustentável – IDEAS	Capão Bonito	Sim	Sítio eletrônico
135	Instituto de Desenvolvimento, Logística, Transporte e Meio Ambiente – IDELT	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
136	Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental – 5 Elementos	São Paulo	Sim	Contato direto
137	Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde	Taquaritinga	Sim	Sítio eletrônico
138	Instituto de Energia e Meio Ambiente – IEMA	São Paulo	Não	Contato direto
139	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – IPD – ONG Taipal	Piedade	Sim	Contato direto
140	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – IEPÉ	São Paulo	Não	Contato direto
141	Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE	Nazaré Paulista	Sim	Contato direto
142	Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais – IPESA	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
143	Instituto de Reciclagem do Adolescente	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
144	Instituto Dom Bosco	São Paulo	Não	Sítio eletrônico

Quadro 3. Organizações Não-Governamentais Ambientalistas do estado de São Paulo

(Continuação)

	Nome da organização	Município	EA	Contato
145	Instituto e Ação Cultural e Ecológica – Iace	São Paulo	Indefinido	Inexistente
146	Instituto ECOAR para a Cidadania	São Paulo	Sim	Contato direto
147	Instituto EcoFaxina	Santos	Sim	Contato direto
148	Instituto Ecofuturo – Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável	São Paulo	Sim	Contato direto
149	Instituto Ecológico e de Proteção aos Animais – IEPA	São José dos Campos	Sim	Contato direto
150	Instituto Ecológico e Sócio-Ambiental Homem & Natureza – IH&N	São Caetano do Sul	Sim	Sítio eletrônico
151	Instituto Educa Brasil – IEB	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
152	Instituto Ekos Brasil	São Paulo	Não	Contato direto
153	Instituto Fama	São Paulo	Não	Sítio eletrônico
154	Instituto Floravida	Botucatu	Sim	Contato direto
155	Instituto Foco	Mairiporã	Sim	Sítio eletrônico
156	Instituto GEA – Ética e Meio Ambiente	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
157	Instituto Gondwana – IGOND	São Sebastião	Indefinido	Inexistente
158	Instituto Guatambu de Cultura – IGC	Mairiporã	Sim	Sítio eletrônico
159	Instituto Harmonia na Terra	Cotia	Sim	Sítio eletrônico
160	Instituto Ilhabela Sustentável	Ilhabela	Não	Contato direto
161	Instituto Jequitibá	Campinas	Sim	Contato direto
162	Instituto Laje Viva	Santos	Sim	Contato direto
163	Instituto LASSUS	Iguape	Sim	Sítio eletrônico
164	Instituto MAIS	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
165	Instituto Mata Nativa – MN	Cajamar	Sim	Sítio eletrônico
166	Instituto Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Proteção Ambiental – INDESPA	São Paulo	Indefinido	Inexistente
167	Instituto Nacional de Preservação Ambiental – INPA	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
168	Instituto Neotropica	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico

Quadro 3. Organizações Não-Governamentais Ambientalistas do estado de São Paulo

(Continuação)

	Nome da organização	Município	EA	Contato
169	Instituto O Direito por um Planeta Verde	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
170	Instituto Oikos De Agroecologia	Lorena	Sim	Sítio eletrônico
171	Instituto para Conservação dos Carnívoros Neotropicais – Pró Carnívoros	Atibaia	Não	Contato direto
172	Instituto para Desenvolvimento Ambiental Tecnológico – Lotus	São Paulo	Indefinido	Inexistente
173	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira – IDESC	Registro	Sim	Sítio eletrônico
174	Instituto Physis Cultura & Ambiente	São Paulo	Indefinido	Inexistente
175	Instituto Planeta Azul – IPA	São Paulo	Indefinido	Inexistente
176	Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental Planeta Terra	Itapeva	Sim	Contato direto
177	Instituto Putzgrila	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
178	Instituto Recicle Milhões de Vidas – IRMV	São Paulo	Sim	Contato direto
179	Instituto Refloresta	São Paulo	Sim	Contato direto
180	Instituto Serrano Neves – ISN	Pindamonhangaba	Sim	Sítio eletrônico
181	Instituto Socioambiental – ISA	São Paulo	Sim	Contato direto
182	Instituto Supereco	São Paulo	Sim	Contato direto
183	Instituto Terra & Mar	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
184	Instituto Trata Brasil	São Paulo	Sim	Contato direto
185	Instituto Triângulo	Santo André	Sim	Contato direto
186	Instituto Vale das Garças – IVG	Campinas	Sim	Sítio eletrônico
187	Instituto Verdescola	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
188	Instituto Via Viva	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
189	Instituto Viver Sorocaba	Sorocaba	Sim	Contato direto
190	International Paper	São Paulo	Não	Sítio eletrônico
191	Jardim Botânico Plantarum	Nova Odessa	Sim	Contato direto
192	Kouprey Amigos Dos Santuários De Animais – KASA	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico

Quadro 3. Organizações Não-Governamentais Ambientalistas do estado de São Paulo

(Continuação)

	Nome da organização	Município	EA	Contato
193	Mata'dentro Ecoturismo (Alaya Ecoturismo)	Brotas	Sim	Contato direto
194	MONGUE Proteção ao Ecossistema Costeiro	Peruíbe	Sim	Contato direto
195	Moutarat Associação De Proteção Ambiental – Mountarat	Santo André	Não	Contato direto
196	Movimento Ambiental de Gestão e Organização Social – MAGOS	Ribeirão Pires	Indefinido	Inexistente
197	Movimento Amparo Ecológico – MAE Natureza	Barra Bonita	Sim	Contato direto
198	Movimento em Defesa da Granja Viana – MDGV	Carapicuíba	Não	Contato direto
199	Movimento em Defesa da Vida – MDV	Diadema	Indefinido	Inexistente
200	Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia – NAPRA	São Carlos	Sim	Sítio eletrônico
201	ONG Árvores Centenárias	Campinas	Sim	Contato direto
202	ONG Mirim – Defensores dos mananciais	Jundiaí	Sim	Sítio eletrônico
203	ONG Nossa Tribo	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
204	ONG Ramudá – Ramos que brotam em tempos de mudança	São Carlos	Sim	Sítio eletrônico
205	ONG Rio Vivo	Brotas	Não	Contato direto
206	ONG SAI Ubatuba	Ubatuba	Não	Contato direto
207	Organização Ambientalista AMAINAN Brasil	Sorocaba	Indefinido	Inexistente
208	Organização Bio-Bras – OBB	Mogi das Cruzes	Sim	Contato direto
209	Organização Comunidade Ambiente Sustentável – OCAS	Cordeirópolis	Sim	Contato direto
210	Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental – AMA-Brasil	São Paulo	Sim	Contato direto
211	Organização Não-Governamental – ANGICO	Cajobi	Não	Contato direto
212	Origem – Associação Ambientalista De Marília	Marília	Sim	Contato direto
213	Oxigênio	São Paulo	Não	Sítio eletrônico
214	Pé de Planta	Sorocaba	Sim	Contato direto
215	Pela Vida Pela Paz Movimento em Defesa de Ubatuba – MDU	Ubatuba	Indefinido	Inexistente
216	Pira 21 – Piracicaba Realizando o Futuro	Piracicaba	Sim	Contato direto

Quadro 3. Organizações Não-Governamentais Ambientalistas do estado de São Paulo

(Continuação)

	Nome da organização	Município	EA	Contato
217	Polição Zero – PZ	Araçatuba	Sim	Contato direto
218	Proaqua – Produção Aquática, Preservação Ambiental e Educação	São Carlos	Sim	Sítio eletrônico
219	PROGER	São Paulo	Não	Contato direto
220	Projeto Biopesca	Praia Grande	Sim	Contato direto
221	Projeto Pérola	Sorocaba	Sim	Contato direto
222	Projeto Semente	Itapevi	Não	Contato direto
223	Projeto TAMAR	Ubatuba	Sim	Contato direto
224	Radical Green	São Paulo	Não	Contato direto
225	Rede Sol	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
226	Renovatec	Bertioga	Sim	Sítio eletrônico
227	SerrAcima Associação de Cultura e Educação Ambiental	Cunha	Sim	Contato direto
228	Sociedade Brasileira de Espeleologia – SBE	Campinas	Sim	Contato direto
229	Sociedade de Defesa Regional do Meio Ambiente – SODERMA	Ribeirão Preto	Não	Contato direto
230	Sociedade de Preservação do Meio Ambiente – SUPREMA	Holambra	Sim	Contato direto
231	Sociedade Ecológica Amigos de Embu – SEAE	Embu	Indefinido	Inexistente
232	Sociedade Ecológica de Osasco	Osasco	Sim	Sítio eletrônico
233	Sociedade Ecológica de Santa Branca – SESBRA	São Paulo	Indefinido	Inexistente
234	Sociedade Humana Despertar – SHD	Sumaré	Sim	Contato direto
235	Sociedade para Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba – SODEMAP	Piracicaba	Indefinido	Inexistente
236	Sociedade Tamburi	Ribeirão Preto	Não	Contato direto
237	SOS Cuesta de Botucatu	Botucatu	Sim	Contato direto
238	SOS Manancial – SOSMAR	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
239	SOS Peace	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
240	SOS Praias Brasil	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico

Quadro 3. Organizações Não-Governamentais Ambientalistas do estado de São Paulo

(Conclusão)

	Nome da organização	Município	EA	Contato
241	SOS Rio Dourado	Lins	Sim	Contato direto
242	The Green Initiative – TGI	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
243	Unavale – UMA	Taubaté	Não	Contato direto
244	União dos Escoteiros do Brasil	São Paulo	Sim	Contato direto
245	União Pró-Jau – UPJ	Jaú	Sim	Contato direto
246	União Sanjoanense de Proteção aos animais – USPA	São João da Boa Vista	Sim	Contato direto
247	Vale Verde – Associação de Defesa do Meio Ambiente	São José dos Campos	Indefinido	Inexistente
248	Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
249	Vivamar	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico
250	Zeladoria do Planeta do Brasil – ZPB	São Paulo	Sim	Sítio eletrônico

Quadro 4. ONGs Ambientalistas que não puderam ser contatadas (sem contatos válidos)

(Continua)

	Nome	Município
1	Instituto Pau Brasil de História Natural	Arujá
2	Associação de Amigos do Grande Parque Ecológico e Turístico de Caraguatatuba – ONG Caraguatá	Caraguatatuba
3	Associação Caiçara Juqueriquerê	Caraguatatuba
4	Autonomia Libertária	Cotia
5	Núcleo Ecológico de Cubatão – NEC	Cubatão
6	Associação de Amparo aos Animais – AAA	Diadema
7	ONG de Preservação Ambiental Águas do Serrote – Águas Do Serrote	Duartina
8	Sociedade dos Passaricultores e Embu-Guaçu e região – SPEGRE	Embu-Guaçu
9	Grupo Pró-Terra	Guararema
10	Comissão de Defesa e Preservação da Espécie edo Meio Ambiente – CDPEMA	Guarulhos
11	Instituto Ambiental e Cultural Terra Azul – IACTA	Guarulhos
12	Associação OISCA Brasil	Jacareí
13	Associação de Amigos do Camanducaia – AMICA	Jaguariúna
14	Associação Direcionada na Preservação de Animais Silvestres – ADIPA	Jundiaí
15	Núcleo de Estudos de Direito Ambiental de Jundiaí – NEDAJ	Jundiaí
16	Grupo de Ação Verde – GAV	Jundiaí
17	Fundação Lymington	Juquitiba
18	ONG Comunidade Cooper 3R Rio Mogi-Guaçu	Mogi-Guaçu
19	Grupo Ecológico Nascentes do Tietê – GENT	Salesópolis
20	Mundo Verde Proteção Ambiental	São Bernardo do Campo
21	Grupo Ecológico Amigos do Ciclismo	São Caetano do Sul
22	Salva Vidas Mirim – Sociedade Civil	São Paulo
23	Associação Bike Brasil	São Paulo
24	Instituto Ambiente Vivo – IAV	São Paulo

Quadro 4. ONGs Ambientalistas que não puderam ser contatadas (sem contatos válidos)

(Conclusão)

	Nome	Município
25	Gaivotas Educação Ambiental Ecoturismo	São Paulo
26	Instituto Sagatiba	São Paulo

Quadro 5. ONGs Ambientalistas encontradas em outras bases de dados ou que foram citadas por outras ONGs e que desenvolvem ações em educação ambiental

(Continua)

	Nome	Município	Base de dados
1	Associação Nascentes	Botucatu	Nenhuma
2	Instituto Giramundo Mutuando	Botucatu	Nenhuma
3	Entidade Ecológica dos Surfistas – ECOSURFI	Itanhaém	Que ONG é essa? ⁵
4	Instituto Itapoty	Itatinga	Nenhuma
5	Instituto Jatobás	Pardinho	Nenhuma
6	Instituto ESTRE	Paulínia	Nenhuma
7	Florespi	Piracicaba	Nenhuma
8	Associação de Esportes Radicais e Ecoturismo da Praia Grande – ASSERECO	Praia Grande	Que ONG é essa?
9	Programa da Terra – Assessoria, Pesquisa e Educação Popular no Meio Rural – PROTER	Registro	Que ONG é essa?
10	Estação Luz	Ribeirão Preto	Nenhuma
11	Sociedade Ibiré	Ribeirão Preto	Nenhuma
12	Clube dos Amigos da Natureza e da Ecologia – CANECO	Santo André	Que ONG é essa?
13	Instituto MARAMAR	Santos	Que ONG é essa?
14	Amigos da Terra	São Paulo	Que ONG é essa?
15	Associação Guardiã da Água – AGUA	São Paulo	Que ONG é essa?
16	Instituto de Biologia Marinha e Meio Ambiente – IBIMM	São Paulo	Que ONG é essa?
17	Instituto pela Revitalização da Cidadania – RECIVITAS	São Paulo	Que ONG é essa?
18	Instituto Terra, Meio Ambiente e Inclusão Social – IT+	São Paulo	Nenhuma
19	New World Green	São Paulo	Que ONG é essa?
20	Núcleo Internacional de Educação e Gestão Ambiental – NIEGA	São Paulo	Que ONG é essa?

⁵ A publicação “Que ONG é essa?” está disponível no endereço eletrônico <<http://pt.scribd.com/doc/33014789/Que-ONG-e-essa#scribd>> e foi encontrada durante a coleta de dados. A publicação, resultado de uma dissertação de mestrado em jornalismo em 2009, não pode ser gratuitamente obtida. A referência fornecida para visualização gratuita é: FARATH, Anna. **Que ONG é essa?** 2009. 90 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Faculdade de Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/33014789/Que-ONG-e-essa#scribd>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

Quadro 5. ONGs Ambientalistas encontradas em outras bases de dados ou que foram citadas por outras ONGs e que desenvolvem ações em educação ambiental

(Conclusão)

	Nome	Município	Base de dados
21	ONG Trevo	São Paulo	Que ONG é essa?
22	Recicla Mundo	São Paulo	Nenhuma
23	Vento em Popa	São Paulo	Que ONG é essa?
24	Ambiental Litoral Norte – ALNORTE	São Sebastião	Que ONG é essa?
25	Associação Comunitária Amigos do Juquehy	São Sebastião	Que ONG é essa?
26	Associação Ecológica Ambiental Praia Brava – AMBRAVA	São Sebastião	Que ONG é essa?

No segundo momento da determinação do universo de pesquisa, estabelecemos qual seria o tamanho amostral adequado aos propósitos da pesquisa. Contamos, novamente, com a orientação dos especialistas em estatística no Departamento de Bioestatística do Instituto de Biociência da Unesp, campus de Botucatu (Maria Cecília Evangelista, mestranda pelo programa de Biometria e o Professor Doutor Carlos Roberto Padovani, Professor Titular desse departamento).

Ao considerarmos o universo de pesquisa inicial como composto por **175 ONGs Ambientalistas atuantes em educação ambiental**, concluímos que a amostra deveria conter, no mínimo, **39 ONGs Ambientalistas**, quantidade que garante um bom Nível de Confiança (95%), baixo erro de estimação (10%) e alta aderência (85%)⁶, a partir da fórmula a seguir⁷:

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

O processo de seleção das ONGs a serem entrevistadas foi randômico: a cada uma das 175 ONGs foi atribuído um número e os 39 primeiramente sorteados seriam entrevistados. Caso não conseguíssemos entrar em contato diretamente com a ONG sorteada para a realização da entrevista (via telefone ou correio eletrônico) ou conseguíssemos entrar em contato diretamente com a entidade, mas não fosse possível a realização da entrevista (*e.g.* por não concordância da ONG, necessidade de pagamento de taxa para realização da

⁶ O Nível de Confiança de 95% significa que as respostas obtidas nas ONGs entrevistadas têm probabilidade de 95% de serem corretas, ou seja, de representarem o universo de pesquisa escolhido. O erro de estimação de 10% significa que há 10% de incerteza nos dados inferidos (esse valor tende a ser menor quanto maior for o tamanho da amostra). O valor de 85% de aderência nos indica que 85% das ONGs contatadas estiveram dispostas a responder o roteiro de entrevista proposto.

⁷ Onde: N = Número de indivíduos do universo de pesquisa. n = Número de indivíduos na amostra, $Z_{\alpha/2}$ = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado – no caso, 1,96. p = Proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos interessados em estudar. q = Proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence à categoria que estamos interessados em estudar ($q=1-p$). E = Margem de erro ou ERRO MÁXIMO DE ESTIMATIVA. Identifica a diferença máxima entre a PROPORÇÃO AMOSTRAL e a verdadeira PROPORÇÃO POPULACIONAL (p).

entrevista ou inviabilidades de ordem temporal, financeira ou tecnológica), um novo número seria sorteado.

As entrevistas aconteceram entre **16 de junho de 2014 e 26 de setembro de 2014**⁸, de forma presencial ou através de ligações via Skype®. Optamos, preferencialmente, pela realização de entrevistas presenciais, por observarmos que os dados fornecidos são mais completos e confiáveis, além de termos a oportunidade de conhecer a estrutura física das ONG e entender mais detalhadamente o contexto de sua atuação. Porém, devido a impossibilidades de ordens temporal e financeira, não foi possível realizar todas as entrevistas presencialmente, situação que nos levou às entrevistas à distância.

No total, conseguimos realizar **44 entrevistas**, valor superior às 39 necessárias para conferir significância estatística aos dados e que certamente provém representatividade social ao estudo, 16 das quais ocorreram de forma presencial, enquanto 28 foram realizadas à distância (**Quadro 6⁹, Figura 2**). Todas as conversas foram gravadas integralmente. Os dados coletados neste momento da pesquisa serão apresentados no capítulo seguinte.

⁸ A entrevista realizada na ONG “Associação Barco Escola da Natureza” aconteceu no dia 26 de maio de 2014, antes da realização do sorteio de organizações a serem entrevistadas. A entrevista serviu como piloto para avaliação do roteiro de entrevista elaborado; por observarmos que o roteiro estava adequado aos propósitos da pesquisa, os dados coletados nessa entrevista também foram incluídos no trabalho.

⁹ Além do nome, município e responsável pela entrevista, são também apresentados no quadro 4 a data da realização da entrevista (coluna “Data”) e a forma de realização: “Presencial”, quando a entrevista ocorreu através de uma conversa presencial com o responsável pela entrevista ou “Skype®”, quando fizemos o uso dessa ferramenta tecnológica para realizar entrevista via telefone ou através do próprio programa.

Quadro 6. ONGs Ambientalistas que desenvolvem ações em educação ambiental entrevistadas

(Continua)

	Nome	Município	Responsável	Data	Entrevista
1	Associação Barco Escola da Natureza	Americana	José Roberto	26/5/2014	Presencial
2	Poluição Zero – PZ	Araçatuba	Nátali	4/8/2014	Skype®
3	Movimento Amparo Ecológico – MAE Natureza	Barra Bonita	Hélio	30/6/2014	Presencial
4	Instituto Floravida	Botucatu	Simone	28/7/2014	Presencial
5	Instituto Elo	Botucatu	Marco	14/7/2014	Presencial
6	Instituto Jequitibá	Campinas	Fernanda	3/7/2014	Presencial
7	ONG Árvores Centenárias	Campinas	Ione	4/7/2014	Presencial
8	Associação em Defesa do Meio Ambiente e da Cidadania – Caminho Verde	Campo Limpo Paulista	Maria	5/8/2014	Skype®
9	Organização Comunidade Ambiente Sustentável – OCAS	Cordeirópolis	Joaquim	2/7/2014	Presencial
10	SerrAcima Associação De Cultura e Educação Ambiental	Cunha	Ismael	28/7/2014	Skype®
11	Sociedade de Preservação do Meio Ambiente – SUPREMA	Holambra	Geraldo	2/7/2014	Presencial
12	Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental Planeta Terra	Itapeva	Célia	4/8/2014	Skype®
13	Associação Terceira Via	Joanópolis	Gianmarco	24/7/2014	Skype®
14	IBDE do Brasil Meio Ambiente	Mauá	Sidney	22/7/2014	Skype®
15	Organização Bio-Bras – OBB	Mogi das Cruzes	Nadja	29/7/2014	Skype®
16	Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE	Nazaré Paulista	Andrea	22/7/2014	Skype®
17	Instituto Plantarum	Nova Odessa	Vanessa	19/7/2014	Presencial
18	Associação Vidas Verdes de Estudos Ambientais – AVV	Pariquera-açú	Carlos	24/7/2014	Skype®
19	Associação de Recuperação Florestal do Médio Tietê – Flora Tietê	Penápolis	Fernando	28/7/2014	Skype®
20	Associação Amigos da Lagoa do Santa Rosa e Meio Ambiente	Piracicaba	Ricardo	1/7/2014	Presencial
21	Ecophalt	Praia Grande	Syllis	16/7/2014	Presencial
22	Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil – ACEPB	Ribeirão Preto	Simone	22/7/2014	Skype®
23	Agência Nacional de Desenvolvimento Eco-Social – ANDES	Santos	Valéria	24/7/2014	Skype®
24	Instituto Caá-Oby de Análises e Protagonismo Socioambiental	Santos	Carlos	8/9/2014	Skype®

Quadro 6. ONGs Ambientalistas que desenvolvem ações em educação ambiental entrevistadas

(Conclusão)

	Nome	Município	Responsável	Data	Entrevista
25	Não fomos autorizados a divulgar o nome desta ONG	-	-	16/6/2014	Presencial
26	Ecolmeia	São Bernardo do Campo	Elaine	21/7/2014	Skype®
27	Associação Global de Desenvolvimento Sustentável – AGDS	São Bernardo do Campo	Nelson	6/7/2014	Skype®
28	Associação Biomas	São Caetano do Sul	Marina	23/7/2014	Skype®
29	Fundação SOS Mata Atlântica	São Paulo	Kelly	7/8/2014	Skype®
30	Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza – IBDN	São Paulo	Rogério	7/8/2014	Skype®
31	Instituto ECOAR para a Cidadania	São Paulo	Miriam	23/7/2014	Skype®
32	Instituto Refloresta	São Paulo	Mariana	25/9/2014	Skype®
33	Associação Igtiba	São Paulo	Leticia	13/8/2014	Skype®
34	Associação Civil Greenpeace	São Paulo	Paula	18/8/2014	Skype®
35	Instituto Costa Brasilis – Desenvolvimento Sócio-Ambiental	São Paulo	Márcia	30/7/2014	Skype®
36	Instituto Ecofuturo – Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável	São Paulo	Michele	23/7/2014	Skype®
37	Instituto Akatu	São Paulo	Sílvia	22/7/2014	Skype®
38	Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental – AMA-Brasil	São Paulo	Luiz Felipe	22/7/2014	Skype®
39	Associação Ambientalista Copaliba	Socorro	Flávia	16/7/2014	Skype®
40	Projeto Pérola	Sorocaba	Tâmara	31/7/2014	Skype®
41	Sociedade Humana Despertar – SHD	Sumaré	Ana Paula	3/7/2014	Presencial
42	Instituto da Árvore	Ubatuba	Nalva	18/6/2014	Presencial
43	Projeto TAMAR	Ubatuba	Maria Luiza	17/6/2014	Presencial
44	Elo Ambiental	Vinhedo	Cláudia	3/7/2014	Presencial

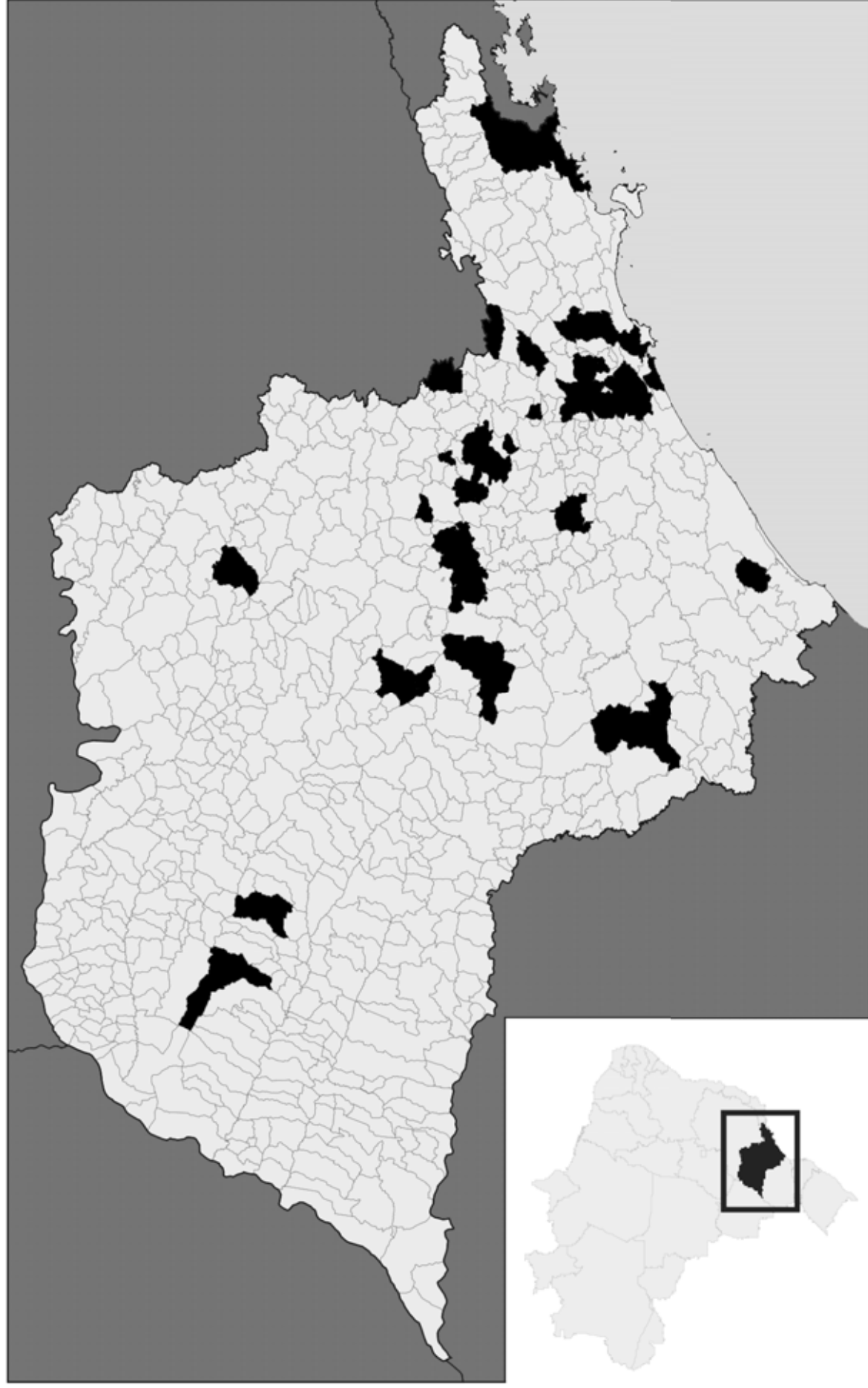


Figura 2. Disposição territorial das ONGs Ambientalistas que desenvolvem ações em educação ambiental entrevistadas no estado de São Paulo (Adaptado de: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/bc/SP_Municipalities.svg.png, Acesso em: 20 abr. 2014).

O caminho percorrido para a determinação do universo de pesquisa e tamanho da amostra é resumido no fluxograma abaixo (Figura 3):

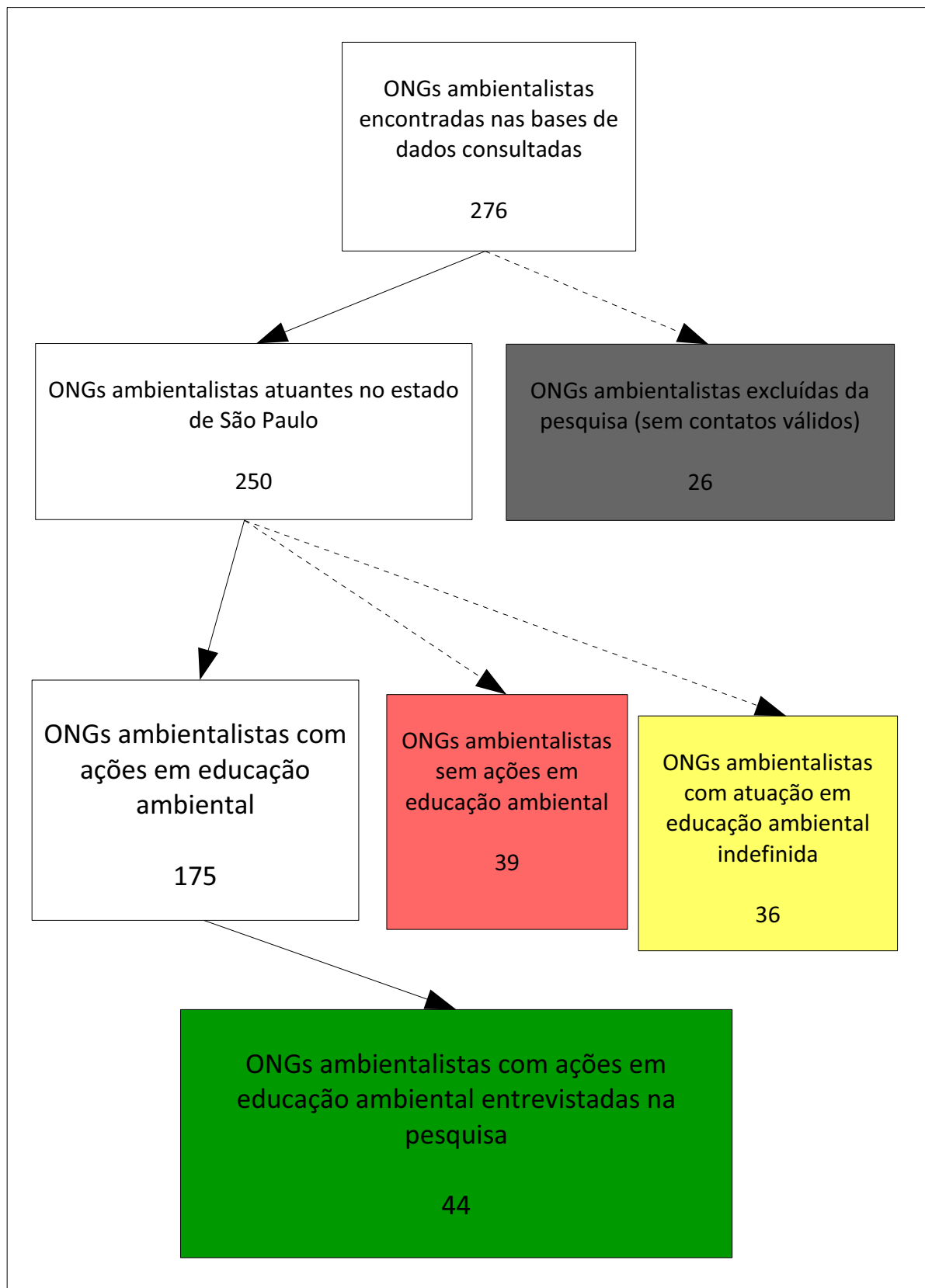


Figura 3. Fluxograma do processo de determinação do universo de pesquisa e ONGs entrevistadas na pesquisa.

Todo o caminho percorrido para chegarmos à lista de ONGs Ambientalistas atuantes em educação ambiental no estado de São Paulo confirmou a preocupação que tivemos no início do trabalho de pesquisa: apesar da sua ampla atuação na sociedade, informações sobre as ONGs Ambientalistas são escassas, mal organizadas e distribuídas em vários bancos de dados que não compartilham informações.

Esperamos que o longo trabalho de sistematização dessas informações desta pesquisa sirva de subsídio para futuras investigações acerca da atuação das ONGs Ambientalistas e diminua o esforço necessário para se dar início às análises quantitativas e qualitativas em si. Para tal, fornecemos como anexo a este trabalho, uma lista com os contatos válidos de todas as ONGs encontradas (Anexo 1).

Com esses dados em mãos, pudemos dar seguimento às análises que este estudo propôs. Todas as informações analisadas no próximo capítulo foram obtidas a partir das entrevistas com membros das 44 ONGs Ambientalistas atuantes em educação ambiental (Quadro 6), as quais se encontram em 29 diferentes municípios paulistas.

CAPÍTULO 2. O QUE FAZEM E COMO SÃO AS ONGs AMBIENTALISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO: DA INGENUIDADE À COERÊNCIA DAS AÇÕES



“Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire, em Pedagogia da Indignação (2000)

2.1. OS OBJETIVOS DAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: AONDE AS ONGs

AMBIENTALISTAS QUEREM CHEGAR?

Qual a orientação político-pedagógica de uma ação em educação ambiental? O que uma dada organização objetiva com essa ação? Em favor de qual modelo de sociedade ela atua? Esses e outros importantes questionamentos nos levam à primeira seção do segundo capítulo deste trabalho e evidencia sua importância para a análise das ações em educação ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas.

Nossa análise traz como referencial teórico as concepções sobre educação da Pedagogia Histórico-Crítica, a qual a vê como o “ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2012, p. 13). Isso significa dizer que o processo educativo deve levar em conta toda a produção histórica da sociedade humana, não entendendo os fenômenos sociais, ambientais, econômicos, políticos, culturais como desvinculados de condicionantes históricos, ou seja, atualmente do modo capitalista de produção, predominante em nossa sociedade. Além disso, a educação é vista como um ato intencional, ou seja, supera-se a visão de conhecimento neutro imperante em concepções positivistas da educação e traz como objetivo a formação de um ser humano integral, que se aproprie de todos os subsídios necessários para sua ação transformadora na sociedade, em prol de um modelo societário mais justo.

O levantamento e análise dos objetivos das ações em educação ambiental conduzidas pelas ONGs paulistas foi bastante explorado nas entrevistas. No roteiro de entrevistas, a pergunta “Quais são objetivos dessas ações e qual seu público-alvo?” buscou trazer à tona os objetivos das ações em educação ambiental conduzidas pelas ONGs e, principalmente,

levar-nos à compreensão de qual concepção de educação e de educação ambiental sustenta essas ações, relacionando-a às macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental trazidas por Layrargues e Lima (2014).

Partimos da hipótese que os objetivos das ações em educação ambiental desenvolvidos por ONGs Ambientalistas tendem a ser mais fortemente relacionados às macrotendências político-pedagógicas Conservacionista e Pragmática de educação ambiental. Tal opção inicial se justifica pela bibliografia na área, apresentada durante a introdução deste estudo, que, em geral, avalia o trabalho das ONGs como conservador atualmente.

Assim, buscamos apresentar nesta seção, de forma detalhada e de acordo com o método escolhido (Análise de Conteúdo), o que as ONGs almejam com suas ações em educação ambiental. Os dados obtidos a partir das entrevistas e dos sítios eletrônicos das ONGs Ambientalistas são apresentados com mais detalhes anexos a este trabalho (Anexo 2).

Para efeito de análise e na busca do estabelecimento de agrupamentos ou “tipologias” que permitam sua realização, organizamos os discursos em denominações comuns, ou seja, buscamos obter similaridades entre as diferentes falas para que pudéssemos promover uma análise panorâmica do universo de pesquisa escolhido. É importante ressaltar, porém, que essa divisão em tipologias não deve ser compreendida como “caixas” ou ideias estanques, já que tal procedimento não contemplaria todas as nuances do conteúdo das entrevistas, as quais possuem contextos específicos que não puderam ser totalmente analisados neste trabalho. A escolha por uma amostra mais ampla, ao invés da análise de um número menor de casos, traz esse prejuízo, já previsto no trabalho de pesquisa.

As tipologias foram determinadas a partir das falas coletadas nas próprias entrevistas. Como trazido por Guerra (2006), a construção de tipologias por semelhança, processo realizado neste estudo, “consiste em reagrupar por critérios de proximidade de conteúdo (os

sujeitos, os fenômenos, as opiniões, etc.) em agrupamentos exclusivos, isto é, as dimensões não são cumulativas” (GUERRA, 2006, p. 78). É importante considerar que estas tipologias são resultados de uma análise em que sintetizamos as ideias centrais do conteúdo das entrevistas, as quais poderiam ser apresentadas pelos entrevistados ao longo de toda a entrevista, e não necessariamente no momento da pergunta relacionada ao item de análise.

As tipologias foram, então, relacionadas às três macrotendências político-pedagógicas de educação ambiental apontadas por Layrargues e Lima (2014), processo que podemos chamar de análise categorial, que consiste na “identificação das unidades pertinentes que influenciam determinado fenômeno em estudo reduzindo o espaço de atributos de forma a sacar apenas as variáveis explicativas pertinentes” (GUERRA, 2006, p. 78), com o intuito de classificar os elementos trazidos no discurso dos entrevistados.

Assim, podemos analisar qual a tendência político-pedagógica de educação e educação ambiental presente no conteúdo das entrevistas e, em seguida, partirmos para a análise da tendência **nuclear** das ações desenvolvidas em cada ONG Ambientalista.

Para efeito de facilitação da leitura, apresentaremos a análise categorial e as tipologias a elas relacionadas nas próximas três subseções (a, b, c) do texto.

a) Macrotendência político-pedagógica Conservacionista de educação ambiental

A primeira macrotendência, Conservacionista, a qual se expressa pelas correntes “Conservacionista, Comportamentalista, da Alfabetização Ecológica, do Autoconhecimento e de Atividades de Senso-Percepção ao ar livre” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 30) é fortemente ligada aos princípios da ecologia e busca a valorização da dimensão afetiva em relação à natureza, assim como a superação do antropocentrismo, e é compreendida como necessidade de superar concepções da relação com o ambiente reinantes na cultura humana. Os autores apontam que essa tendência não parece ser a hegemônica no campo na

primeira década do século XXI, apesar de ser bastante consolidada na área e ter um longo histórico de atuação.

Com isso em mente, apresentamos abaixo as tipologias que pudemos identificar a partir das entrevistas realizadas que são relacionadas a essa macrotendência, assim como trechos dessas conversas:

I. Sensibilização ambiental: como definido por Higushi e Azevedo (2004), é considerado um dos primeiros momentos no processo educativo, e tem como característica inserir o educando num novo mundo, que muitas vezes não é por ele notado. Apesar dessa compreensão, nossos dados demonstram que ela parece ser equivocadamente considerada como um processo educativo completo em si mesmo, ou seja, há uma tendência a se acreditar que a sensibilização ambiental, em si, permite novas condutas ao educando, objetivo último dessa forma de compreender a educação ambiental. O termo é usado para descrever ações que visam ao estímulo da dimensão afetiva ou sentimental dos participantes das ações em relação à natureza.

A sensibilização ambiental teve o maior número de citações como objetivo das ações em educação ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas. Nas falas das ONGs, fica visível a presença da busca pela dimensão afetiva da educação ambiental como forma de atuação:

“(...) aqui, nessa visita, se procura resgatar essa relação com a natureza.”

“Sensibilizar população em geral sobre os problemas ambientais causados pelo descarte irregular do lixo eletrônico.”

É interessante notar que essa dimensão afetiva ou sentimental da sensibilização ambiental foi – e, de certa forma, ainda é – comumente confundido como “conscientização” nas entrevistas realizadas. Na literatura em língua inglesa, inclusive, os termos podem ser

vistos como sinônimos (*awareness*). Neste estudo, entretanto, consideramos que eles possuem significados diferentes ao recorrermos ao exposto por Paulo Freire em seu livro *Conscientização*, de 1978. Nele, o autor expõe que “A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (FREIRE, 1978, p. 15), aproximando-se, assim, de um perfil crítico de educação.

Apesar disso, notamos que há entrevistados que percebem a limitação das ações de sensibilização ambiental, as quais são realizadas devido a condições específicas de ordem temporal ou financeira:

“(...) o objetivo geral é a sensibilização. Como eu tenho pouco tempo com esses grupos, eu não consigo fazer muita coisa.”

Essa é, inclusive, uma diferença notada entre ONGs que se aproximam das macrotendências mais conservadoras quando comparadas àquelas que tendem a se alinhar à concepções críticas: por exemplo, uma das ONGs consideradas como mais alinhada a essa última macrotendência citou a sensibilização ambiental, mas deixou bem claro que ela é apenas parte de um processo educativo mais amplo:

“O objetivo da educação ambiental é sensibilizar as pessoas pro tema e principalmente na tentativa de mudança de comportamento. Eles terem conhecimento dos processos produtivos, dos ciclos, ciclo de vida, de produção, do processo de produções, consumo... Elas terem consciência, depois de um longo processo de sensibilização, informação de muito tempo... Então o objetivo principal da nossa educação ambiental é que elas tenham o conhecimento e mudança de comportamento, atuar diferente, transformar situações precárias, de melhoria de qualidade de vida... Elas almejam principalmente a melhoria da qualidade de vida, esse é um dos objetivos principais das ações que a ONG faz.”

II. Preservação, conservação, proteção e recuperação do meio ambiente: as falas neste sentido são intimamente relacionadas ao cerne da macrotendência Conservacionista. Pode-se dizer que esses objetivos foram os principais motivos do advento de ONGs Ambientalistas, especialmente a partir de 1970. O discurso é bem comum em organizações que tem como foco uma/poucas espécies ou biomas específicos. Mais de metade das ONGs entrevistadas citaram esse como um de seus objetivos, inclusive aquelas que se aproximam de concepções Críticas e Pragmáticas:

“Ele é um projeto cujo o tema central é a restauração florestal.”

“Então, a educação ambiental é pra isso: trabalhar com as crianças, jovens e adultos para resgatar o meio ambiente.”

“O objetivo [do curso organizado pela ONG] é justamente a preservação. Porque, para nós, o que importa: nós não vamos ter tempo. O que está acontecendo hoje com a atmosfera, que é falta de água e oxigênio, não adianta plantarmos árvores pequenas (...).”

“Os objetivos são que as pessoas realmente se engajem na causa ambiental, que elas percebam a realidade, principalmente do projeto ‘X’. (...) que eles percebam o quanto a ação de cada um é importante na recuperação, preservação e defesa do meio ambiente onde a gente vive.”

“Despertar através de ações variadas a necessidade da preservação ambiental.”

É importante destacar aqui que algumas ONGs surgiram e se desenvolveram em contextos bastante específicos e desempenham papel fundamental para a manutenção ou recuperação de uma determinada espécie ou área natural. É o caso de ONGs atuantes em áreas de unidades de conservação (muito importantes no processo que culminou com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, por exemplo) ou que possuem uma “espécie-bandeira”:

“O objetivo da nossa ONG é a proteção da [Unidade de Conservação] e região.”

Assim sendo, é necessário lembrar que, apesar de termos optado por relacionar essa tipologia à categoria Conservacionista de educação ambiental, compreendemos que a realização de atividades com esse fim, presentes nesta entrevista, não necessariamente expressa uma posição conservadora da ONG como um todo.

Seu conservadorismo se expressaria, nesse sentido, na omissão de problemáticas sociais, econômicas, políticas, culturais e éticas que estão atreladas às questões ambientais. Vemos essa concepção arraigada nos grupos que afirmam se preocupar com os problemas ambientais exclusivamente, independentemente do seu contexto de atuação.

III. Harmonização da relação entre os seres humanos e desses com a natureza:

objetivo citado por dez das ONGs entrevistadas, quando os entrevistados enfatizavam a necessidade de harmonizar as relações interpessoais e entre ser humano e natureza, que se aproxima do que chamamos de sensibilização ambiental. Aqui, porém, há maior similaridade à corrente da educação ambiental holística, nomeada por Sauvé (2005):

“Tudo tem que ser, de alguma maneira, dentro desse espírito do entendimento do que cabe nas relações humanas e na relação com o planeta. Essa que    a nossa visão de mundo.”

“A questão da educação ambiental, no fundo, não podia ser uma coisa específica no nosso trabalho. A gente não acha que ‘Vamos agora fazer educação ambiental agora’. Tudo    educação ambiental. Porque tudo que trata das condi  o es de vida do ser humano na sua relação com o planeta tem que ser com esse ponto de vista.”

Relacionamos essa tipologia    atual categoria de análise – a macrotendência político-pedagógica Conservacionista de educação ambiental – porque, apesar de trazer conceitos importantes e negligenciados em concep  o es reducionistas da natureza e da relação entre ela e a espécie humana, ela tende a limitar o debate sobre os condicionantes econômicos, sociais, políticos, econômicos e culturais envolvidos no processo de degradação dessa relação; d   a ideia de que a problemática ambiental seria resolvida com o estímulo de uma

educação mais holística, que “descentralizasse” a posição só ser humano na cadeia de relação com os outros seres vivos.

b. Macrotendência político-pedagógica Pragmática de educação ambiental

Na segunda macrotendência político-pedagógica da educação ambiental, a Pragmática, encontramos citações que também tendem a se aproximar de posições conservadoras, as que podem ser vistas como reflexo do surgimento e expansão do neoliberalismo e ao chamado capitalismo verde. “Capitalismo verde” e “Economia verde” são denominações de uma tendência recente defendida por alguns grupos nas sociedades sob o modo de produção capitalista para justificar sua manutenção, tornando suas ações – em especial as econômicas – ambientalmente mais “responsáveis”; nesse sentido, são propostos sistemas responsáveis de gestão industrial, normas ambientais, mercado de créditos de carbono, ações socioeducativas em comunidades atingidas por empreendimentos ambientalmente impactantes, entre outros.

De acordo com Layrargues e Lima (2014), encaixam-se aqui a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável. A ênfase nessa macrotendência não é na alteração das relações afetivas, mas sim na alteração de comportamentos tendo em vista a diminuição de impactos no meio ambiente, visto como uma coleção de recursos naturais em processo de esgotamento, sendo comum o uso de termos como “economia e consumo verde, responsabilidade socioambiental, certificações, mecanismos de desenvolvimento limpo e ecoeficiência produtiva” (LAYRARGUES; LIMA; 2014, p. 31). Ainda, a tecnologia é vista como uma grande aliada na solução dos problemas de ordem ambiental. Os objetivos sintetizados nas tipologias abaixo se relacionam a essa concepção:

I. Mudança de comportamentos individuais: nesta tipologia temos os objetivos mais citados na macrotendência Pragmática, que se referem a alterações no modo como o indivíduo ou um grupo localizado se relaciona com resíduos, água, alimentos, etc. A concepção embutida é de que a mudança desses comportamentos permitiria a criação de uma sociedade mais sustentável, como se a soma de pequenas atitudes promovesse uma mudança sistêmica ampla e fosse suficiente para resolver os problemas ambientais existentes.

É importante identificar aqui que, ao analisarmos os processos educativos, percebemos a influência de teorias de aprendizagem referenciadas no “behaviorismo”, embora isso não seja concretamente explicitado nas falas. Saviani (2000), ao discutir a Pedagogia Tecnicista e outras teorias Não-Críticas da educação, analisa que, nessa teoria da aprendizagem o importante é o comportamento adequado do educando para ser inserido no sistema de produção vigente, não enfatizando o processo educativo em si: “A educação será concebida, pois, como um subsistema, cujo funcionamento eficaz é essencial ao equilíbrio do sistema social de que faz parte” (SAVIANI, 2000, p. 14). Assim, comportamentos “melhores” ou “mais sustentáveis” seriam o grande fim da educação ambiental: a ideia embutida é que a adaptação de indivíduos, comunidades, empresas, governos e outros setores e atores sociais permitiria o desenvolvimento de uma sociedade mais “evoluída”, já que os problemas de ordem ambiental seriam solucionados.

Este objetivo foi citado aproximadamente 30,0% das ONGs entrevistadas e é bastante presente em campanhas educativas. Por exemplo, dado o contexto de crise hídrica no estado de São Paulo entre 2014 e 2015, são vistas diversas ações publicitárias “educativas” veiculadas por órgãos gestores dos recursos hídricos para que haja diminuição no consumo de água nos domicílios, ação que solucionaria o problema. No entanto, sabemos que essas ações desconsideram a questão da gestão e mercantilização da água, quais são os atores que

mais contribuem para o panorama de degradação ambiental, quais camadas da sociedade mais são afetadas por medidas como racionamento ou sobretaxa pelo uso da água, etc. Assim, apela-se ao “bom senso” dos cidadãos para que cada um faça sua parte e ajude a solucionar o problema, sem tratá-lo com a profundidade que ele merece.

Nas entrevistas com as ONGs, encontramos citações mais genéricas ou relacionada à geração de resíduos, como, por exemplo:

“(...) objetiva a mudança de comportamento e melhoria na qualidade do ambiente.”

“(...) o próprio consumidor-gerador de resíduo precisa entender a responsabilidade dele.”

II. Transmissão de conteúdo técnico-científico: esta tipologia sintetiza a ideia da que é necessário oferecer a maior quantidade possível de informações técnicas aos participantes das ações em educação ambiental para que eles possam realizar o manejo adequado dos finitos recursos naturais. Além disso, evidencia a crença no desenvolvimento tecnológico como meio de superação da problemática ambiental, como apresentado por Tozoni-Reis (2005).

Este objetivo foi citado por 25,0% das ONGs entrevistadas e mostra uma grande preocupação com o conteúdo a ser trabalhado:

“(...) a gente vai falar de água, a gente vai falar de resíduo, de mata. Com o pessoal mais velho a gente busca trabalhar temas mais complexos, como sustentabilidade, consumo sustentável, agroecologia.”

Outro relato cita esse objetivo, mas indica que ele é parte de um processo mais amplo, que culmina na preservação do ambiente:

“É preciso conhecer, para depois amar e depois preservar.”

Novamente, afirmamos que a escolha por relacionar esta tipologia a presente categoria foi escolhida por entendermos que, apesar da transmissão de conteúdos técnico-científicos ser essencial para um processo educativo de qualidade, ela não é suficiente para a promoção da educação ambiental crítica, como considera este estudo. Não entendemos que os conteúdos deveriam ser reduzidos ou suprimidos, mas sim que devem problematizados, isto é, planejados e trabalhados com uma intenção clara: de contribuir para a transformação da sociedade.

III. Promoção do consumo consciente: essa tipologia faz referência às ações que visam a mudanças na forma como nos relacionamos com o consumo, questão que certamente deve ser discutida em sociedades sob o modo capitalista de produção. Há, porém, raras referências ao modo de produção em si, fato que pode tornar as abordagens superficiais. Nesta tipologia é possível visualizar com muita clareza a expressão do Capitalismo Verde e da realização de ações individuais e coletivas para promover reformas positivas no meio ambiente.

“A atividade foi criada há mais ou menos 4 anos atrás com o objetivo de valorizar a água tratada e incentivar o consumo da água filtrada para mudar essa cultura de consumo em larga escala de água em garrafa.”

“O projeto nasceu como um projeto pra gente trabalhar as questões de consumo consciente e educação para estilos mais sustentáveis de vida ou para a sustentabilidade.”

Encontramos relatos de ONGs que fomentam o consumo de certos produtos em detrimento a outros, assim como valorizam produtos considerados mais sustentáveis. Essa ação, apesar de propor uma melhoria na qualidade de vida do indivíduo, não discute o modo de produção capitalista e seus reflexos na sociedade. É presente a ideia de que o consumidor tem o poder de alterar o quadro de degradação ambiental ao forçar as empresas produtoras

a mudarem sua conduta em prol de uma produção mais verde, posição interessante para soluções mais imediatistas, mas que não propõe uma transformação da lógica do consumo – e do modo de produção capitalista – de forma mais ampla.

IV. Realização de trabalhos de natureza técnica ou jurídica: optamos por criar esta tipologia aqui porque a avaliarmos como uma proposta de atuação reformista na sociedade, ao partirmos do conteúdo das entrevistas. Apesar de não contestarmos sua importância no contexto atual, vemos que há uma crença na busca de soluções dentro do próprio sistema jurídico, ou seja, acredita-se que o problema não está no modelo de sociedade, e sim no não cumprimento das legislações específicas. Nas falas coletadas, notamos uma ação ativista das ONGs junto ao poder público ou empresas privadas, tendo em vista a melhoria das condições ambientais ou punição de poluidores:

“(...) essa advogada, quando viu essa situação, ela começou a pegar firme. Ela fez pareceria com o Ministério Público e a gente começou a fazer educação ambiental – porque eu não acho que deixa de ser educação, mas não é uma educação formal. Há a educação pelo amor, que é você ensinar na escola (...). Tem também a educação pela dor (...). Digo que é educação pela dor é você através da Promotoria denunciar no jornal, “pôr a boca no trombone” sobre o que está sendo feito errado. É um tipo de educação.”

c. Macrotendência político-pedagógica Crítica de educação ambiental

Na terceira corrente apresentada por Layrargues e Lima (2014), a Crítica, última categoria de análise escolhida, incluímos tipologias que enfatizam o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental e que possuem, como meta, a transformação social, em contraponto às correntes conservadoras acima apresentadas. Nesta macrotendência estão incluídas as “Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental” e nela são apresentados conceitos como “Cidadania, Democracia, Participação, Emancipação, Conflito, Justiça Ambiental e

Transformação Social” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 33), negligenciados ou discutidos com pouca profundidade nas outras macro-tendências. Dessa forma, elencamos as seguintes tipologias como suas constituintes:

I. Melhoria da qualidade de vida: apesar deste termo poder ser relacionado a ambas as correntes anteriormente citadas, agrupamos aqui falas que extrapolam mudanças a nível individual e reformas em algum setor da sociedade. Ainda que de forma tímida, pudemos constatar, em algumas das entrevistas, o objetivo de enfrentar as desigualdades da sociedade capitalista e trabalhar em prol da construção de um modelo de sociedade mais justo através da promoção de ações em comunidades em situação de risco:

“(...) a ONG tem como seu objetivo principal a promoção do bem-estar socioambiental das pessoas e do planeta, assegurando assim a dignidade e uma vida socialmente justa e ambientalmente equilibrada que todo cidadão tem por direito.”

Podemos observar nesta tipologia, maior referência a questões sociais, as quais tendem a ser secundarizadas nas duas categorias (Conservacionista e Pragmática) anteriormente apresentadas.

II. Resgate ou valorização de culturas tradicionais: compreendemos que o resgate e valorização da cultura tradicional são movimentos que propõem alternativas de transformação social ao trazer à luz conhecimentos, hábitos, formas de organização social e de relação do ser humano com a natureza que têm sido suprimidos ou desqualificados pelas classes dominantes. O conteúdo das entrevistas nos expressa essa ideia:

“Acreditava-se, na época [da realização do projeto], que a agroecologia atenderia essa demanda porque, além de preservar ambientalmente o lugar, ele envolvia

mão de obra familiar e a questão da economia solidária para comercialização, acesso a políticas públicas via PNAE, geração de renda às famílias e, principalmente, a conservação do meio ambiente através da agroecologia.”

“Nossa missão é contribuir com a construção de sociedades sustentáveis (...). E sustentabilidade pressupõe muito mais que a preservação ambiental, ela pressupõe também uma sociedade mais justa, mais equitativa, o profundo respeito à cultura local, à diversidade...”

É necessário colocar que, para a formulação dessa tipologia levamos em consideração que o ato de resgatar ou valorizar culturas tradicionais, por si só, não é suficiente para que ela se aproxime da categoria Crítica com a qual a relacionamos: apesar de essencial, esse conhecimento e resgate não possui característica crítica se não for tratado no sentido de contribuir com a superação do modelo de sociedade em que vivemos. Tal objetivo pode ser, inclusive, utilizado como forma de manutenção da dominação historicamente exercida sobre esses grupos.

III. Formação de líderes comunitários: esta tipologia foi identificada em ONGs Ambientalistas atuantes em grupos ou comunidades de alto risco, sejam elas submetidas a graves problemas ambientais e sociais ou historicamente exploradas, onde visivelmente há a necessidade de uma facilitação externa para a superação dessas condições.

Nesse sentido, a formação de líderes comunitários e outros promotores da transformação da realidade dessas comunidades foi identificada como uma tipologia crítica devido às constantes menções à atuação dos participantes dessas ações como agentes transformadores em suas comunidades, não aceitando e questionando a situação de opressão e, que vivem.

“Esses projetos (de educação ambiental) estão focando comunidades. (...) A ideia é formar lideranças comunitárias.”

IV. Promoção da transformação social: a opção por agruparmos o conteúdo de entrevistas nessa tipologia foi definida por notarmos que algumas ONGs reforçavam a necessidade de ter a transformação social como horizonte de qualquer ação em educação ambiental por ela desenvolvida. Mesmo sabendo que essa ideia também é presente nas outras três tipologias apresentadas, entendemos que a explicitação da transformação social como um objetivo das ações em si evidencia o teor crítico da educação ambiental que se quer promover.

Assim, as falas aqui reunidas são claras ao se posicionarem contrárias ao modelo atual de organização da sociedade e atuantes na promoção de sua transformação:

“Quando a comunidade olha, se organiza, e trabalha, propõe soluções para o problema, você prepara tanto a comunidade quanto o poder público para sentar, dialogar e resolver o problema, aí muda. Fica um ambiente um pouco mais seguro pros dois lados (...), de possibilidade de realização.”

“Nós temos o entendimento de que não é possível você mudar, que as pessoas mudem sua atitude em relação ao ambiente se não tiverem a compreensão do porquê isso é necessário. Porque você fazer conservação ambiental, recuperação de áreas, de bacias, diminuir as emissões de carbono, tudo que a gente for fazer em prol de uma melhoria ambiental requer a mudanças onerosas financeiramente, requer uma mudança de atitude, e isso a gente só consegue fazer com a compreensão do contexto, do porquê. E isso só se dá por meio da educação, de uma educação libertária, educação ambiental que não seja neutra, que seja realmente inclusiva... Então, nós temos essa compreensão.”

Ao terminarmos a apresentação das tipologias e categorias as quais elas mais se aproximam, podemos formular um panorama inicial de como tendem a ser os objetivos das ações em educação ambiental desenvolvidas por ONGs ambientalistas no estado de São Paulo. Para termos uma ideia do quão presentes foram as citações em cada uma das tipologias no universo pesquisado de maneira resumida, elaboramos o seguinte quadro (Quadro 7). Nele, apresentamos a quantidade de citações em cada uma das tipologias propostas.

Quadro 7. Macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental e objetivos das ações em educação ambiental realizados pelas ONGs Ambientalistas

Macrotendência de educação ambiental	Tipologia	Quantidade de citações
Conservacionista	Sensibilização ambiental	32
	Preservação, conservação, proteção e recuperação do meio ambiente	26
	Harmonização da relação entre os seres humanos e desses com a natureza	10
Pragmática	Mudança de comportamentos individuais	14
	Transmissão de conteúdos técnico-científicos	11
	Promoção do consumo consciente	5
	Realização de trabalhos de natureza técnica ou jurídica	4
Crítica	Melhoria da qualidade de vida	7
	Promoção da transformação social	6
	Formação de líderes comunitários	3
	Resgate ou valorização de culturas tradicionais	2

A figura 4 apresenta os dados em valores percentuais, logo a seguir. Ela nos mostra que prevalecem menções a tipologias relacionadas às macrotendências Conservacionista e Pragmática. É notável o destaque de citações sobre ações que objetivam a sensibilização ambiental e a conservação do meio ambiente. Podemos ainda destacar a grande quantidade de ações relacionadas à harmonização entre ser humano e natureza, mudança de comportamentos individuais e transmissão de conteúdos técnico-científicos.

Por outro lado, notamos que citações relacionadas às tipologias elencadas na macrotendência político-pedagógica Crítica de educação ambiental foram menores: por exemplo, apenas 5,0% do total de citações apresenta a transformação social como objetivo das ações educativas relacionadas pela organização:

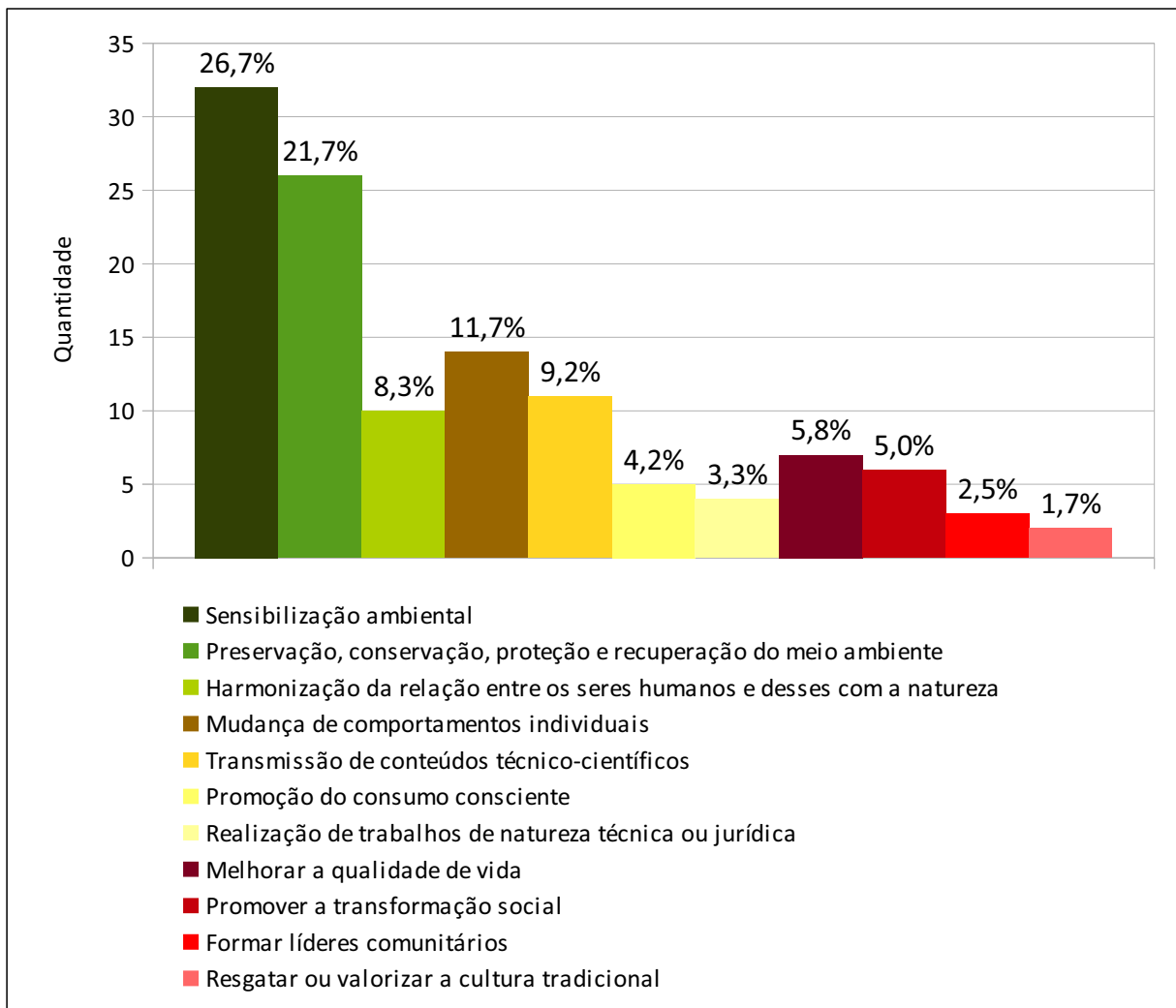


Figura 4. Objetivos das ações em educação ambiental realizados pelas ONGs Ambientalistas

Podemos, aqui, empreender uma análise qualitativa dos dados quantitativos. A análise do quadro nos permite constatar que 68 das 120 citações (56,7% delas, representadas pelas três barras iniciais – tonalidade verde) são relacionadas à macrotendência Conservacionista de educação ambiental. Como 34 citações (28,3% delas, representadas pelas quatro barras intermediárias – tonalidade amarela) fazem parte da macrotendência Pragmática, constatamos que 85,0% das citações sobre os objetivos das ações em educação ambiental realizadas por ONGs Ambientalistas possuem esse viés conservador, ou seja, tendem a se aproximar das macrotendências Conservacionista e Pragmática. Por outro lado, 18 citações (15,0% delas, representadas pelas quatro barras finais – tonalidade vermelha) são mais

próximas da macrotendência Crítica. A representação gráfica da proporção das citações dentro de cada macrotendência político-pedagógica de educação ambiental é apresentada na Figura 5:

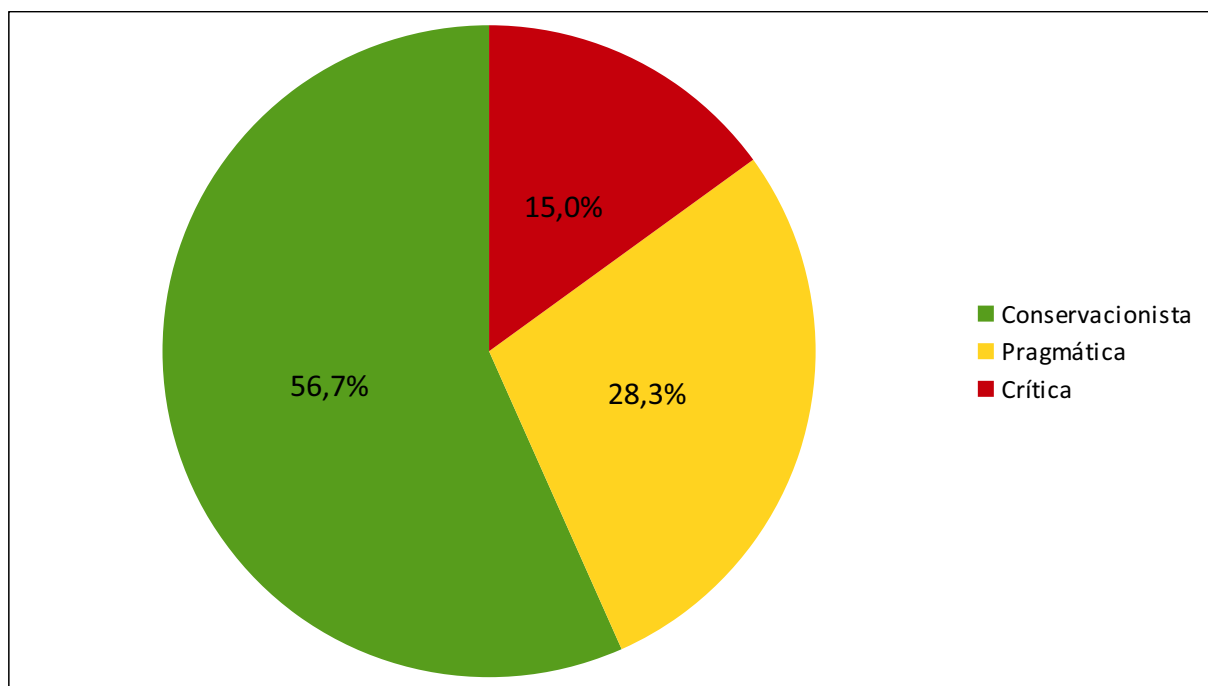


Figura 5. Macrotendências político-pedagógicas constatadas nos objetivos das ações em educação ambiental citados pelas ONGs Ambientalistas.

Esse resultado, porém, não esgota nossa análise e ainda não é suficiente para confirmar a hipótese inicial. Notamos que várias ONGs entrevistadas citaram objetivos que julgamos como próximos de diferentes macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental: essa constatação pode ser vista como uma falta de clareza teórica da ONG, a qual não teria o entendimento da importância da orientação política que segue, ou, ainda, como um processo de melhoria crítica nas ações realizadas pela organização. Por outro lado, ela evidencia as contradições inerentes à realização de ações educativas por todo e qualquer setor que atue no seio do modo capitalista de produção, o qual cria obstáculos a atividades de caráter crítico e transformador.

Assim sendo, e para conseguirmos discutir nossa hipótese inicial, buscamos determinar qual a concepção teórica predomina em cada uma das ONGs entrevistadas, mesmo que essas tivessem apresentado objetivos em mais de uma delas. Ou seja, buscamos, neste momento, compreender qual é a tendência central das ações em educação ambiental desenvolvidas em cada ONG ambientalista, a qual macrotendência político-pedagógica de educação ambiental elas mais possuem interfaces. Estamos, porém, cientes da simplificação que essa escolha pode trazer e reforçamos que ela não busca diminuir a importância, coerência e comprometimento do trabalho desenvolvido pelas organizações. Temos, na figura 6, o resultado desse procedimento de análise:

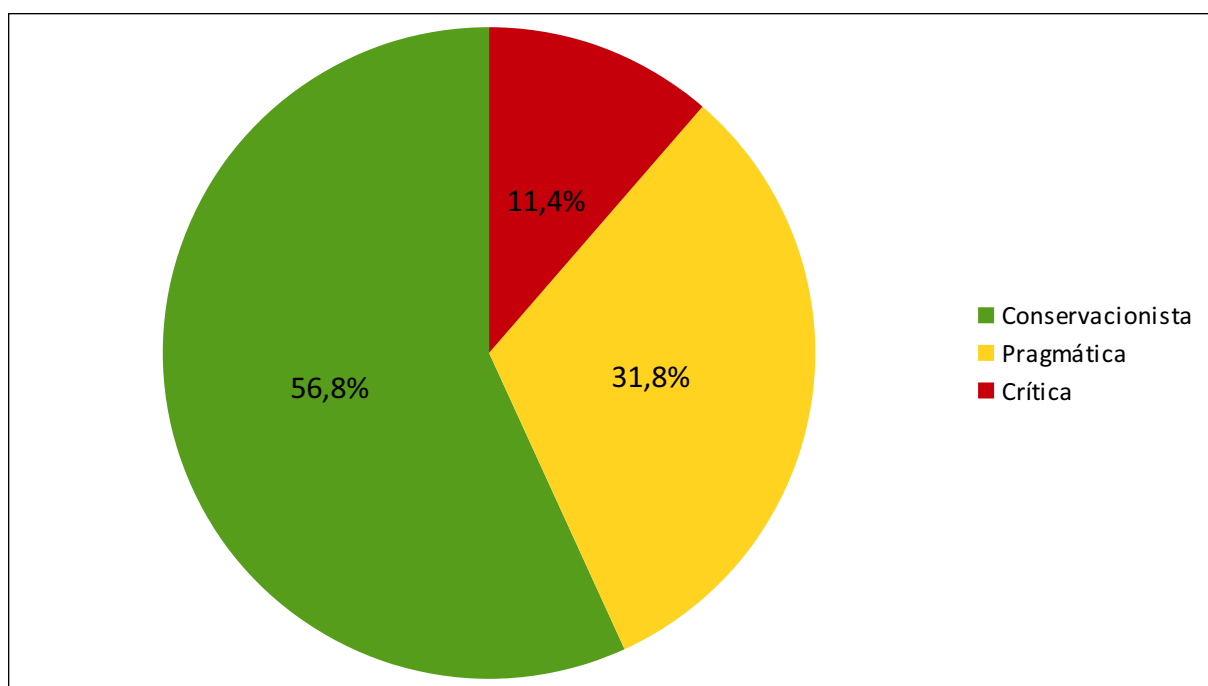


Figura 6. Macrotendências político-pedagógicas predominantes nas ONGs Ambientalistas.

Observamos que em 88,6% das entrevistas com as ONGs (39 ONGs) mostram uma tendência maior a realizar ações de caráter conservador, ou seja, aproximam-se de correntes de educação ambiental próximas a macrotendências Conservacionista e Pragmática. Apenas

5 ONGs (11,4%) tendem a ter uma orientação político-pedagógica Crítica, ou seja, tem concepções críticas de educação e educação ambiental como fundamentação de suas ações.

Assim, ao levarmos em consideração o referencial teórico crítico adotado, por considerarmos que ações em educação ambiental próximas a concepções conservadoras de educação e de educação ambiental tendem a esvaziar sua dimensão educativa e entendermos que sem uma proposta crítica de transformação da sociedade não atingiremos os propósitos plenos do processo educativo ambiental, vemos que as ações realizadas por ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo tendem a ter pouco impacto junto ao público com o qual trabalham no que diz respeito à apropriação crítica pelos educandos dos condicionantes sociais, econômicos, políticos, culturais e éticos relacionados à problemática ambiental contemporânea.

Isso significa dizer que, apesar da sua extensa distribuição territorial e ampla atuação (como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho), as ONGs Ambientalistas paulistas tendem a contribuir menos do que poderiam para a implantação e desenvolvimento de propostas educacionais críticas, transformadoras e emancipatórias, as quais de fato contribuem para a criação de uma sociedade ecologicamente equilibrada e socialmente justa.

2.2. A CONTINUIDADE DAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DAS CAMPANHAS

AOS PROGRAMAS

Na segunda seção do Capítulo 2, daremos continuidade à análise qualitativa das ações em educação ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas com a análise do segundo indicador escolhido para tal: a continuidade das ações educativas desenvolvidas pelas ONGs Ambientalistas. De acordo com a bibliografia produzida na área, tais ações são caracterizadas por serem pontuais, pois elas se realizam especialmente através de campanhas informativas de curta duração, atuação que tende a esvaziar a dimensão educativa da educação ambiental, segundo a compreensão de educação que orienta esse estudo. Como apresentado na introdução, essa é mais uma das nossas hipóteses a ser discutida. Temos, ainda, a hipótese de que as ONGs mais próximas à macrotendência Crítica tendem a conduzem ações em educação ambiental de maior continuidade e, portanto, de maior qualidade, afirmação ancorada no referencial teórico crítico deste trabalho.

Ao partirmos do pressuposto teórico que a fragmentação das ações contribui para o esvaziamento do caráter educativo da educação ambiental, determinamos duas categorias de análise: ações pontuais e ações contínuas. Tais categorias foram definidas após criarmos diferentes tipologias a partir do agrupamento do conteúdo das entrevistas realizadas. Cientes da relatividade dessas definições (ações pontuais e contínuas), buscamos esclarecer, neste momento, os critérios utilizados para agruparmos as falas dos entrevistados.

Como apontado por Saviani (2012), o trabalho educativo necessita de tempo suficiente para que as habilidades e os conceitos que se pretende serem apropriados pelos alunos, de fato, se convertam numa espécie de “segunda natureza”. Assim sendo, não é possível analisar a qualidade de uma ação em educação ambiental sem se considerar sua

continuidade, “característica própria da educação” (SAVIANI, 2012, p. 107). A descontinuidade ou a pontualidade das ações em ações são vistos, portanto, como um problema de grande gravidade, uma vez que levam ao esvaziamento da dimensão educativa das ações em educação ambiental. Há uma enorme distância, segundo entendemos, entre informar sobre temas ambientais e educação ambiental sob o ponto de vista crítico.

Ressaltamos que esta categorização não implica, necessariamente, na compreensão de que ações pontuais são de baixa qualidade e que ações contínuas são de alta qualidade; em determinados contextos, ações pontuais são extremamente importantes e necessárias. Entretanto, já que analisarmos o processo educativo envolvido nas ações em educação ambiental de forma crítica, é essencial que sempre almejemos a realização de ações durante um período de tempo maior do que aqueles dedicados, por exemplo, às campanhas e visitas, e que consiga superar os momentos iniciais de sensibilização e mudança comportamental, proposta que acreditamos ser de difícil realização em intervenções isoladas e pontuais.

Assim, a partir do conteúdo das entrevistas, procedemos de forma similar ao processo analítico realizado na seção anterior: o conteúdo das entrevistas foi organizado em diferentes tipologias, as quais foram relacionados às categorias ações pontuais ou ações contínuas. A análise das categorias e a apresentação das tipologias a elas relacionadas é apresentada nas duas próximas subseções do texto:

a. Ações pontuais de educação ambiental

Consideramos como ações pontuais aquelas que acontecem em curtos períodos de tempo ou que, apesar de acontecerem durante um período de tempo relativamente longo, são oferecidas a públicos distintos, fato que tende a contribuir menos para a apropriação adequada dos conteúdos trabalhados pelos participantes. A partir das entrevistas realizadas, pudemos sistematizar as seguintes tipologias para análise:

I. Realização de campanhas, palestras, seminários, oficinas, cursos e/ou ações em datas comemorativas: esta tipologia engloba atividades historicamente realizadas por ONGs Ambientalistas e que possuem forte caráter ativista. Desde seu advento, muitas organizações são reconhecidas por intervenções que, se não conseguem produzir o resultado desejado, acabam chamando à atenção de um público que normalmente não conheceria a questão levantada.

Nos casos estudados nesta pesquisa, observamos atividades dessa natureza que possibilitam pouco tempo de contato ou relacionamento com o público-alvo e que não possuem continuidade, fato esse causado por uma série de motivos que não abordamos profundamente neste estudo.

“Em março, nós começamos com a Semana Mundial da Água: durante uma semana, nós temos aqui no nosso espaço, um auditório para aproximadamente 80 pessoas (...), palestrar com as crianças, passamos vídeos educativos, fazemos debates com as crianças, jovens e adultos.”

“A gente procura fazer ações junto a essas pessoas: reuniões, plantios educativos, palestras, ida às escolas, e assim envolver as pessoas. Se possível conhecer a área que está em recuperação.”

Apesar de muitas dessas ações se repetirem ao longo dos anos (e.g. campanhas contra queimadas, comemoração do Dia do Meio Ambiente, oficina de reutilização de materiais, etc.), acreditamos que elas tendam a não efetivar, em sua totalidade, o processo educativo crítico, pois atingem públicos diferentes em diferentes momentos. Não negamos, aqui, sua importância, mas entendemos que ações incluídas nesta tipologia tendem a serem limitadas educativamente.

II. Desenvolvimento de material didático e/ou sítio eletrônico: o critério utilizado para a criação desta tipologia foi o relato do desenvolvimento de material didático, seja ele

físico ou disponibilizado em sítios eletrônicos. Apesar da importância desse tipo de produção para a condução de atividades em educação ambiental, consideramo-la como mais relacionada à categoria pontual por observarmos, no conteúdo das entrevistas, que o processo educativo ambiental é considerado praticamente como a utilização desses materiais, visto que não se dá de forma contínua e/ou não é acompanhado pela ONG durante sua aplicação, apesar de ficar disponível continuamente ao público após sua publicação.

“Essa atividade fez bastante sucesso em alguns eventos, que a gente bolou um baralho de tarô com cartas com boas e más práticas ambientais (...). Ela [a condutora da atividade] pedia pra tirar uma carta para saber qual era o futuro do planeta.”

O trabalho do instituto, basicamente, na área de educação ambiental, nós temos uma linha de oito cartilhas de educação ambiental distribuídas gratuitamente na rede pública de ensino.

Notamos, ainda, a existência de uma grande quantidade de materiais impressos ou digitais produzidos, os quais, porém, não são utilizados de forma a dar mais qualidade as ações educativas ou, quando o são, tendem a serem utilizados somente uma vez. Nesse sentido, entendemos que a produção de materiais didáticos e a manutenção de sítios eletrônicos podem ser de grande importância para a educação ambiental, desde que sejam tomados como recursos que dinamiza as ações educativas que, necessariamente tem que ser realizadas num período de tempo mais contínuo.

III. Realização de programas contínuos de educação ambiental com diferentes grupos de pessoas: para a determinação desta tipologia, compreendemos que a organização e execução de um programa contínuo de educação ambiental evidencia uma proposta diferenciada e mais madura de uma ONG e mostra maior preocupação com a dimensão

educativa de suas ações. Entretanto, nos casos elencados nesta tipologia, observamos que as ações são realizadas com públicos distintos ao longo do tempo, ou seja, podem haver maiores dificuldades na promoção do desenvolvimento contínuo dos participantes dessas atividades, apesar da profundidade das ações ser maior:

“Esse projeto nasceu para atender às escolas públicas municipais, mas ao longo dos anos a gente foi ampliando (...). Por muitos anos, esse projeto acontecia duas vezes por semana, à manhã e à tarde. É uma ação pontual, porque a criança ou o adolescente vem uma única vez, permanece duas horas aqui conosco, faz um roteiro preestabelecido, encerra a visita, vai embora e eu não tenho mais nenhum contato (...). Mas aonde que eu enxergo que está a continuidade deste trabalho: no momento que a gente tem o trabalho com os professores ao longo do ano. A [Secretaria de] Educação cede pra gente um ou dois encontros (...) para gente promover discussões, cursos, capacitações de educação ambiental.”

“A duração dos projetos é contínua (...). Então a gente faz palestra nas escolas sobre a nossa região, falando de relevo, hidrologia, fauna e flora, e, depois dessa palestra tem um segundo momento que é um passeio aqui (...) e os professores fazem um fechamento em classe depois (...). Então, esse é um projeto que não tem fim, porque a gente está sempre fazendo isso.”

Vemos que este tipo de abordagem tende a dar maior qualidade à dimensão educativa da educação ambiental, já que, mesmo com a rotatividade de participantes, há um crescente desenvolvimento de conceitos e metodologias de ensino no âmbito da ONG, já que as atividades se mantêm ao longo dos anos. Veremos, na tipologia V desta categoria, que essa situação tende a não se repetir em ações realizadas através de projetos.

IV. Construção e manutenção de museu, parques ou outros locais de visitação e realização de trilhas: apesar da semelhança com a tipologia II, observamos no conteúdo das entrevistas um padrão para ações relacionadas a visitas pontuais a estruturas físicas, Unidades de Conservação, Reservas Particulares ou outras áreas naturais onde visitantes são recebidos e recebem informações com temática ambiental. Observamos que esse tipo de atividade se aproxima de uma visita guiada ou orientação ao visitante de um determinado

espaço e, neste sentido, tende a ter pouca profundidade ao analisarmos o processo educativo existente:

“Um grupo autônomo que chega aqui para visitar, por exemplo, mesmo que não seja uma visita guiada, a gente faz uma explanação pra ele, sobre a história do local, o que a gente tem aqui, a estrutura, alguns cuidados que as pessoas têm que ter (...) Se é uma visita guiada, aí depende do interesse do grupo.”

Ao contrário da tipologia anterior, observamos uma tendência a não promoção de ações contínuas – sabe-se que a ação é pontual e deve contemplar o visitante naquele momento específico.

V. Realização de projetos com duração de 1 ou 2 anos com diferentes grupos de pessoas: optamos por elencar esta tipologia separadamente dos programas com diferentes grupos de pessoas para evidenciarmos que há diferenças na realização de programas e projetos de educação ambiental, apesar das similaridades que certamente existem entre ambas. Assim como os programas de educação ambiental, notamos um que essas ações se estendem por um período de tempo considerável, mas não permitem continuidade do processo educativo ao darem preferência ao atendimento a vários grupos de participantes. Além disso, há um certo prejuízo no desenvolvimento das atividades em educação ambiental devido à constante mudança no projeto proposto, público-alvo, equipe de facilitadores, fonte de financiamento, etc.

“A gente trabalha com criança e jovem, nas escolas. A gente tem um projeto (...) que durou um ano e meio, e a gente capacitou grupos de crianças com várias atividades: jardinagem, cultivo de plantas medicinais e temperos (...) e nas questões principalmente relativas à separação de resíduos.”

Observamos, também, que tal tipo de ação foi citada devido às próprias características de financiamento ações em educação ambiental realizadas por ONGs. Tanto nos editais

públicos como nos privados de financiamento, são predominantes chamadas para projetos com um ou dois anos de duração; além disso, o número de pessoas atendidas nesses projetos é um critério importante no processo de seleção das ONGs a serem contempladas com o financiamento, que as pressiona à realização de projetos com um amplo público-alvo, em vez de ações mais longas com um número menor de participantes.

VI. Promoção de ações legais em direito ambiental: a última das tipologias identificada nesta categoria engloba as ações de natureza jurídica das ONGs Ambientalistas. No conteúdo das entrevistas, ficou claro que essas são vistas como ações em educação ambiental, ainda que essa concepção de educação nos traga certa estranheza.

Pudemos notar que as ações legais, em direito ambiental, tendem a acontecer de forma pontual para atender demandas temporais específicas. É importante apontar que não desconsideramos sua importância no combate a crimes ambientais por condutas inapropriadas de empresas, governos e pessoas físicas, mas que devemos questionar se este tipo de ação realmente possui uma dimensão educativa:

“Porque eles sabiam que se eles aterrassem [loteadores do município], a gente estava de olho e ia denunciar. Isso, pra mim, é um trabalho de Educação Ambiental. E até tive depoimento, inclusive, de um dos maiores loteadores daqui, que ele falava assim “Olha, depois que vocês fecharam os loteamentos que estavam saindo e embargar tudo, o pessoal começou a respeitar”. Hoje em dia eles consideram que a gente tem razão”.

b. Ações contínuas de educação ambiental

A segunda categoria elaborada a partir do conteúdo das entrevistas traz como concepção que ações contínuas, que acontecem durante períodos de tempo relativamente maiores, com o mesmo grupo de pessoas ou numa mesma comunidade, tendem a permitir maior apropriação dos conteúdos e desenvolvimento dos participantes, uma vez que

acontecem em tempo suficiente para que o processo educativo ocorra de forma mais completa. Pudemos elencar duas tipologias a partir das entrevistas com membros das ONGs:

I. Realização de projetos com duração de 1 ou 2 anos com o mesmo grupo de pessoas: assim como expusemos durante a apresentação das tipologias mais próximas à categoria “ações pontuais”, a realização de projetos com duração limitada tende a diminuir a qualidade das ações em educação ambiental realizadas. Apesar de compreendermos sua limitação, entendemos que elas, quando realizadas com um mesmo grupo de pessoas ou numa mesma comunidade, tendem a promover processos educativos de melhor qualidade. O conteúdo das entrevistas nos mostra a importância desse tipo de trabalho contínuo.

“Nesse projeto, a ideia era formar educador ambiental popular. Desse projeto, a gente desenhou uma intervenção mais qualificada em cada município que a gente tinha iniciado o trabalho (...). Para nós, estava muito claro, nesse momento, que a educação ambiental era uma ferramenta de formação política (...).Então, nesses projetos que a gente tem, a ideia é formar o agente socioambiental e fazer isso por núcleos que tenham algum tipo de vínculo: pode ser grupo de um bairro, pode ser grupo de escola, um grupo de professores. Então, você vai, identifica esse grupo, e trabalho e trabalha com ele a formação de lideranças e a discussão dos problemas socioambientais naquela comunidade.”

II. Realização de programas contínuos de educação ambiental com o mesmo grupo de pessoas ou numa mesma comunidade: a última tipologia identificada traz os programas contínuos de educação ambiental desenvolvidos por ONGs Ambientalistas, os quais são desenvolvidos por um período relativamente maior de tempo (superior a dois anos) com o mesmo grupo de pessoas ou numa mesma comunidade. Vemos esse tipo como o que mais tende a ter ações em educação ambiental de maior qualidade, aquelas que oferecem condições temporais para o processo educativo possa ser desenvolvido.

“Nós coordenamos um programa de hortas comunitárias que nós implantamos há 30 anos e há diversas intervenções nesse processo de implantação porque a gente mantém um relacionamento com os beneficiados (os agricultores urbanos).”

Na análise do conteúdo das entrevistas, pudemos observar a maior presença deste tipo de ação em contextos de extrema degradação ambiental e exploração social. Por essa razão, por carregarem em si propostas de transformação dessa realidade de exploração e pela sua continuidade, acreditamos que esse tipo de ação é o que mais se aproxima das concepções críticas de educação e educação ambiental que servem de base a esse estudo:

“E, nesse trabalho, começou a envolver as famílias – e aí entrou a Agroecologia mesmo, que a ideia era desenvolver a comunidade em prol do trabalho com as mulheres. (...)”

Com as tipologias apresentadas, apresentamos a quantidade de citações em cada uma delas nas entrevistas com as ONGs no quadro abaixo (Quadro 8):

Quadro 8. Continuidade das ações em educação ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo

Categoria	Tipologia	Quantidade de citações
Pontual	Realização de campanhas, palestras, seminários, oficinas, cursos e/ou ações em datas comemorativas	30
	Desenvolvimento de material didático e/ou sítio eletrônico	16
	Realização de programas contínuos de educação ambiental com diferentes grupos de pessoas	16
	Construção e manutenção de museu, parques ou outros locais de visita e realização de trilhas	9
	Realização de projetos com duração de 1 ou 2 anos com diferentes grupos de pessoas	8
	Promoção de ações legais em direito ambiental	8
Contínua	Realização de projetos com duração de 1 ou 2 anos com o mesmo grupo de pessoas	9
	Realização de programas contínuos de educação ambiental com o mesmo grupo de pessoas ou numa mesma comunidade	8

Podemos perceber a prevalência de realização de campanhas e atividades similares, de caráter bastante pontual (30 citações 28,8% do total). Destaca-se a realização de programas

contínuos de educação ambiental, os quais, porém, acontecem com diferentes grupos de pessoas. Ao dispormos esses resultados de forma gráfica (Figura 7), podemos visualizar como foi a distribuição das citações:

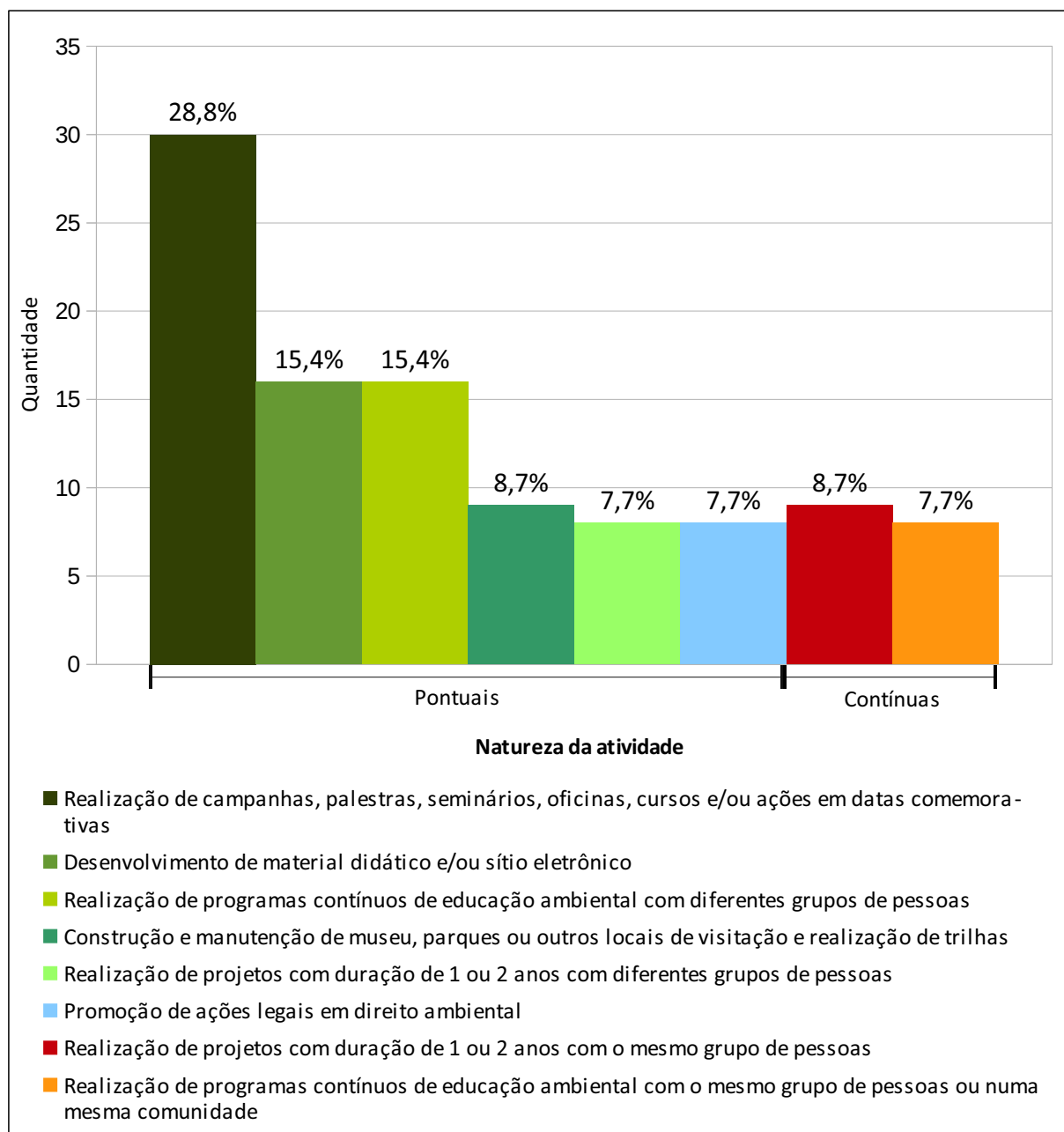


Figura 7. Distribui o das cita o es das ONGs sobre a continuidade das a o es em educa o ambiental desenvolvidas de acordo com os agrupamentos estabelecidos no trabalho.

Ao analisarmos o quadro e o gráfico, podemos dizer que a hipótese inicialmente formulada pode ser considerada verdadeira: há uma tendência, nas ONGs Ambientalistas, à

realização de ações pontuais em educação ambiental (83,7% do total), enquanto 16,3% delas podem ser consideradas como ações contínuas em educação ambiental (indicadas em tonalidade vermelha).

Numa análise mais detalhada do conteúdo das entrevistas, observamos que a maior parte das ONGs ambientalistas realizam **somente** ações pontuais em educação ambiental, apesar de boa parte delas realizarem tanto ações pontuais quanto contínuas. ONGs que desenvolvem somente ações contínuas em educação representam apenas 6,8% das ONGs Ambientalistas (Figura 8).

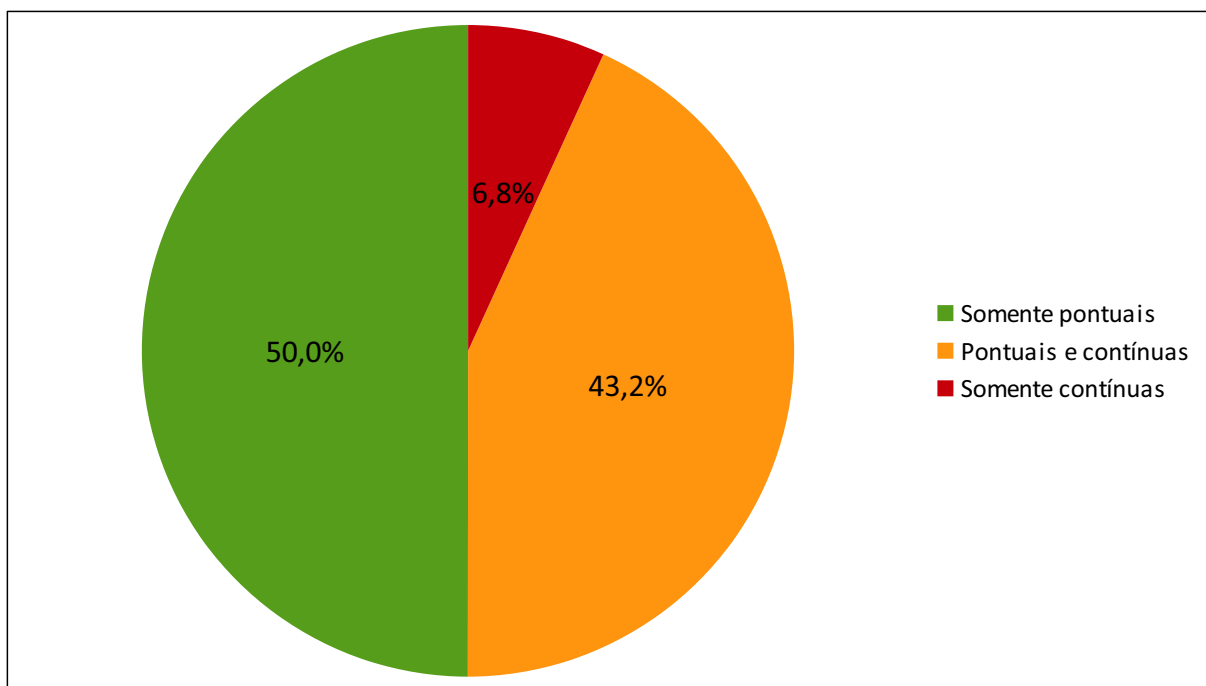


Figura 8. Caracterização das ações em educação ambiental realizadas pelas ONGs Ambientalistas quanto à sua continuidade.

Essa questão nos levou a questionamentos sobre qual das categorias (ações pontuais ou contínuas) são nucleares em cada ONG, ou seja, para qual delas são direcionados mais recursos, energias e consideradas mais importantes pela equipe da organização, especialmente naquelas que dizem realizar os dois tipos de ações.

Dessa forma, organizamos no gráfico a seguir (Figura 9) qual a proporção de ONGs que têm ações de caráter pontual e quantas possuem ações contínuas como nucleares:

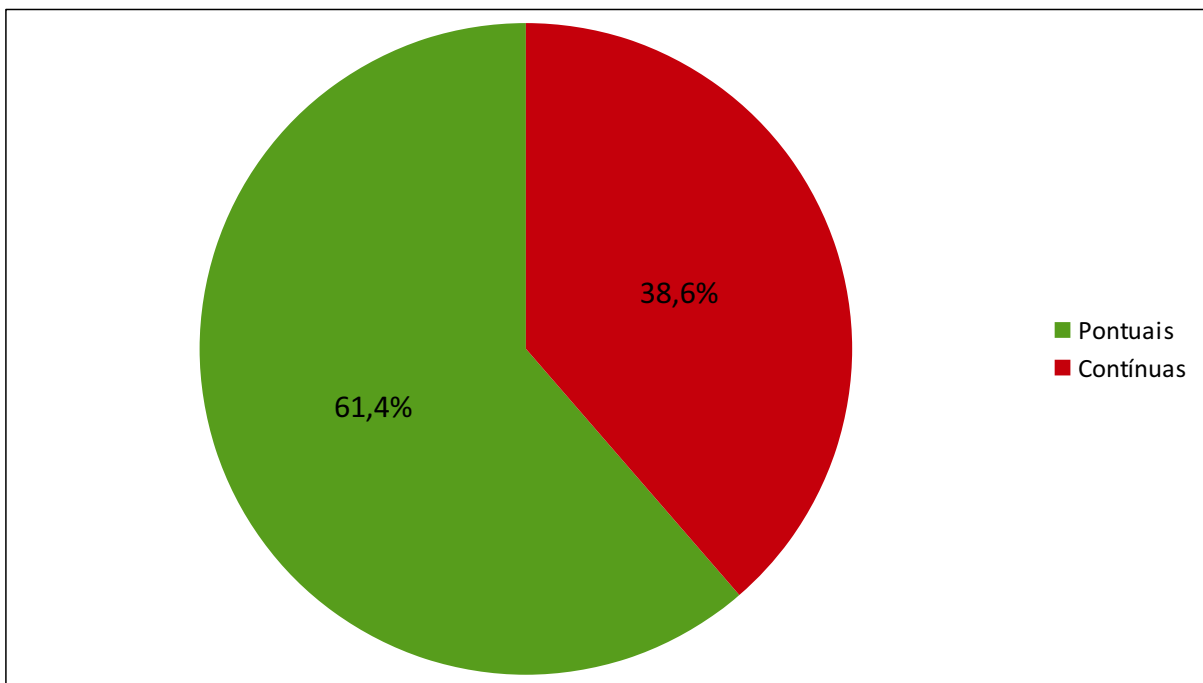


Figura 9. Gráfico que representa a forma de atuação predominante nas ONGs Ambientalistas do estado de São Paulo.

A representação nos mostra que as ONGs Ambientalistas tendem a ter ações pontuais em educação ambiental como nucleares no seu rol de atividades em detrimento a ações contínuas: 61,4% delas indicam darem maior importância a ações isoladas, enquanto 38,6% têm como foco ações contínuas em educação ambiental.

A partir do referencial teórico adotado, é possível dizer que há uma tendência a realização de ações em educação ambiental pontuais, as quais tendem a não contemplar o processo educativo como um todo, já que elas não acontecem durante um período de tempo suficientemente grande para que os participantes se apropriem dos conteúdos, procedimentos e atitudes trabalhados durante a ação.

Com essa constatação em mente, podemos discutir a veracidade da segunda hipótese proposta neste indicador: propusemos que as ações em educação ambiental desenvolvidas

por ONGs Ambientalistas com maiores aproximações à macrotendência político-pedagógica Crítica tenderiam a ser contínuas, dada à fundamentação teórica que norteia suas ações.

O cruzamento dos dados sobre essas duas variáveis nos permite dizer que há uma relação entre elas, apesar de não podermos confirmar essa afirmação estatisticamente (Tabela 2). Nesta situação, notamos a existência de ações contínuas em educação ambiental em ONGs Ambientalistas mais próximas das macrotendências político-pedagógicas Conservacionistas e Pragmáticas (36,0% e 28,6%, respectivamente), mas pudemos observar que essa relação aparece mais fortemente nas ONGs mais alinhadas à Macrotenência Crítica: 80,0% dessas organizações tem ações contínuas em educação ambiental como nucleares:

Tabela 2. Associação entre a macrotendência político-pedagógica de educação ambiental e continuidade das ações em educação ambiental desenvolvidas pelas ONGs Ambientalistas

Macrotenência de educação ambiental	Continuidade	
	Pontuais	Contínuas
Conservacionista	16 (64,0%)	9 (36,0%)
Pragmática	10 (71,4%)	4 (28,6%)
Crítica	1 (20,0%)	4 (80,0%)

Assim sendo, podemos concluir esta seção com a indicação de que as ações em educação ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo tendem a ser pontuais, apesar de existirem ações de caráter contínuo. Dado o referencial teórico crítico que norteia este trabalho, essa constatação pode nos indicar que a qualidade da maioria das ações educativas realizadas pelas ONGs ambientalistas paulistas tende a ser reduzida e a dimensão educativa da educação ambiental esvaziada.

Tal constatação, porém, não contempla as ações em sua totalidade: observamos que uma considerável proporção das ONGs tem ações contínuas em educação ambiental como cerne de sua atuação, especialmente nas organizações mais próximas da macrotendência político-pedagógica Crítica de educação ambiental.

2.3. O FINANCIAMENTO DAS ONGs AMBIENTALISTAS E SUA INFLUÊNCIA NAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DAS “VAQUINHAS” ÀS MEGACORPORAÇÕES

A discussão acerca do financiamento das ONGs tem sido bastante intensa e gerado importantes debates no meio acadêmico e na sociedade como um todo. Com crescente atuação em diversos segmentos da sociedade e, por vezes, recebendo um grande aporte de recursos financeiros a nível nacional e internacional, públicos e privados, surgem frequentes questionamentos à efetividade e qualidade das ações deste chamado terceiro setor e à utilização desses recursos. O problema da corrupção na utilização de recursos públicos, tão discutido atualmente em nossas sociedades, também perpassa essa discussão.

Pode-se dizer que no início de sua atuação, as ONGs se caracterizavam pela captação de recursos de forma voluntária, de forma independente de governos e empresas. Ao longo do tempo, porém, com sua maior visibilidade e aumento de ações a elas destinados, a captação junto aos setores públicos e privados têm crescido (ALBUQUERQUE, 2006).

Atualmente, quando pensamos na fonte primária de financiamentos de ONGs, vêm-nos à memória os enormes repasses de recursos públicos destinados a organizações que atuam a favor a proteção ambiental em locais como a Amazônia ou a Mata Atlântica ou ainda financiamentos muitas vezes questionados e envolvidos em suspeitas de mau uso do dinheiro público.

Ao consultar as pesquisas acadêmicas na área, porém, observamos que tal percepção não se sustenta: em estudo publicado pelo IPEA em 2013, os autores Lopes e Barone mostram que apenas 3,33% das entidades sem fins lucrativos, grupo que inclui, além de ONGs, sindicatos, hospitais filantrópicos, fundações e institutos de pesquisa, centros culturais e outras organizações, são financiadas por recursos provenientes de convênios com

o governo federal (IPEA, 2013). Por outro lado, uma pesquisa conduzida pela Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG, 2014), mostra-nos quão difícil é dar uma declaração definitiva acerca das fontes de financiamento das ONGs dada à dificuldade no acesso a esse tipo de dado, muitas vezes classificado como sigiloso.

Outro trabalho, realizado pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (CETIC), traz que 26% das entidades sem fins lucrativos declararam que sua principal fonte de recursos são mensalidades e anuidades pagas por associados, 24% que recebem doações voluntárias e outras 24% apontam o poder público como seu principal apoiador (TIC, 2014). Esses números evidenciam, ainda, as mudanças nas fontes de financiamentos das Organizações da Sociedade Civil brasileiras, as quais, historicamente, fortaleceram suas atividades durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) com financiamento proveniente de organizações e fundações europeias e norte-americanas (ABONG, 2014).

Essas mudanças recentes têm trazido certa preocupação às organizações, independentemente do seu porte. A captação de recursos mostra-se, assim, como um dos maiores desafios para a manutenção das ONGs. Tais mudanças, ainda segundo a pesquisa conduzida pela ABONG, são resultados de dois processos:

“Depois dos avanços sociais e econômicos registrados a partir dos anos 2000, com a queda nos índices de pobreza e desigualdade por meio de programas governamentais, o país passou a ser considerado internacionalmente uma ‘nação de renda média’. Com isso, as agências internacionais de financiamento passaram a redirecionar seus recursos para outros países, abrindo um buraco no financiamento das ONGs brasileiras. A situação se agravou ainda mais em 2008, com a crise econômica mundial, que trouxe recessão e desemprego para a maioria dos países europeus” (ABONG, 2014, p. 10).

Todos esses estudos e discussões evidenciam a diversidade de fontes de financiamento de ONGs no Brasil e as dificuldades enfrentadas por elas para sua manutenção e

crescimento. Nenhum deles, porém, discute especificamente a questão para ONGs Ambientalistas, mas entendem que essa diversidade e o fortalecimento das organizações da sociedade civil são indicadores da qualidade da democracia, já que refletem o nível de organização da sociedade civil (ABONG, 2014).

Buscamos levantar neste estudo, nas entrevistas, dados precisos sobre o financiamento das ações das ONGs através da pergunta “O que a ONG faz para viabilizar a execução dessas ações?”. A escolha das fontes de financiamento das ONGs como indicador para a análise qualitativa das suas ações em educação ambiental ocorreu por termos como hipótese inicial a existência de uma influência dos financiadores na tomada de decisões da organização e, conseqüentemente, nas ações em educação ambiental realizadas.

Assim, nesta seção, apresentaremos, inicialmente, quais são essas fontes de financiamento para, a seguir, avaliar se a hipótese inicial será confirmada.

O primeiro contato com o conteúdo das entrevistas nos fez notar as dificuldades que as ONGs enfrentam para conseguir atuar, manter-se e expandir suas ações ao longo do tempo. Apesar de quase a totalidade das ONGs entrevistadas atuarem há mais de 5 anos, não podemos dizer que elas possuem estabilidade financeira; o máximo que podemos afirmar – timidamente – é que algumas delas conseguem fazer um planejamento de ações que seja superior a um período de dois anos com os recursos financeiros disponíveis.

Ficou claro, nas entrevistas, que as ONGs Ambientalistas buscam diversas fontes de financiamento para suas ações: festas, vendas de produtos produzidos pelos participantes das ações, doações de pessoas físicas e empresas privadas, rifas, participação em editais públicos de financiamento de projetos, trabalho voluntário dos próprios membros da organização, financiamento de empresas privadas (seja por interesse próprio da mesma em

melhorar sua imagem frente a sociedade ou por obrigação judicial), parcerias com outras organizações sem fins lucrativos, etc (Quadro 9):

Quadro 9. Fontes de financiamentos das Organizações Não-Governamentais

Setor da sociedade ¹⁰	Fonte de financiamento	Quantidade de citações
1º – Estado	Órgãos públicos	28
	Empresas públicas	11
2º – Mercado	Empresas privadas	28
Outros	Entidades da sociedade civil (3º Setor)	3
	Festas, vendas de produtos e atividades beneficentes	13
	Doações de pessoas físicas	9
	Financiamento próprio	9

O quadro nos mostra que as maiores fontes de financiamento das ONGs Ambientalistas são órgãos públicos e as empresas privadas. As 28 menções a cada um deles (63,6% das entrevistas) evidencia a importância da captação de recursos externos para a atuação das ONGs e poderia mostrar uma alteração na dita independência das entidades da sociedade civil do Estado.

Entretanto, ao agruparmos as citações e analisarmos quais setores da sociedade se destacam como fontes de financiamento das ações conduzidas pelas ONGs Ambientalistas, percebemos um equilíbrio entre 1º, 2º e outros componentes da sociedade, com ligeira predominância do Estado. Assim, podemos dizer que, apesar de notarmos a presença do Estado e do Mercado – via empresas privadas – como financiadores das ONGs, ainda é relevante a captação de recursos de forma voluntária através de doações de pessoas físicas e

¹⁰ As denominações 1º, 2º e 3º setores da sociedade são comumente utilizados para se referir a Estado, Mercado e Entidades da Sociedade Civil, respectivamente. É pertinente, porém, registrar que essa divisão não é homogênea no mundo todo e varia de acordo com a região. Albuquerque (2006) apresenta essa consideração: “Exemplo disso é o fato de, em alguns países, o governo ser chamado de primeiro setor e a iniciativa privada de segundo, enquanto em outros o primeiro setor é o empresarial e o segundo é o Estado” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 21). Se formos levar em consideração o ponto de vista histórico, seria mais correto denominarmos de 1º setor a iniciativa privada e de 2º setor o Estado; entretanto, dado ao uso mais socialmente utilizado, optamos por citar como 1º, 2º e 3º setores, respectivamente, Estado, Mercado e Entidades da Sociedade Civil.

atividades beneficentes (Figura 10). A questão aqui é que os 1º e 2º setores são muito mais importantes para a manutenção das ONGs atualmente, o que discutiremos a seguir.

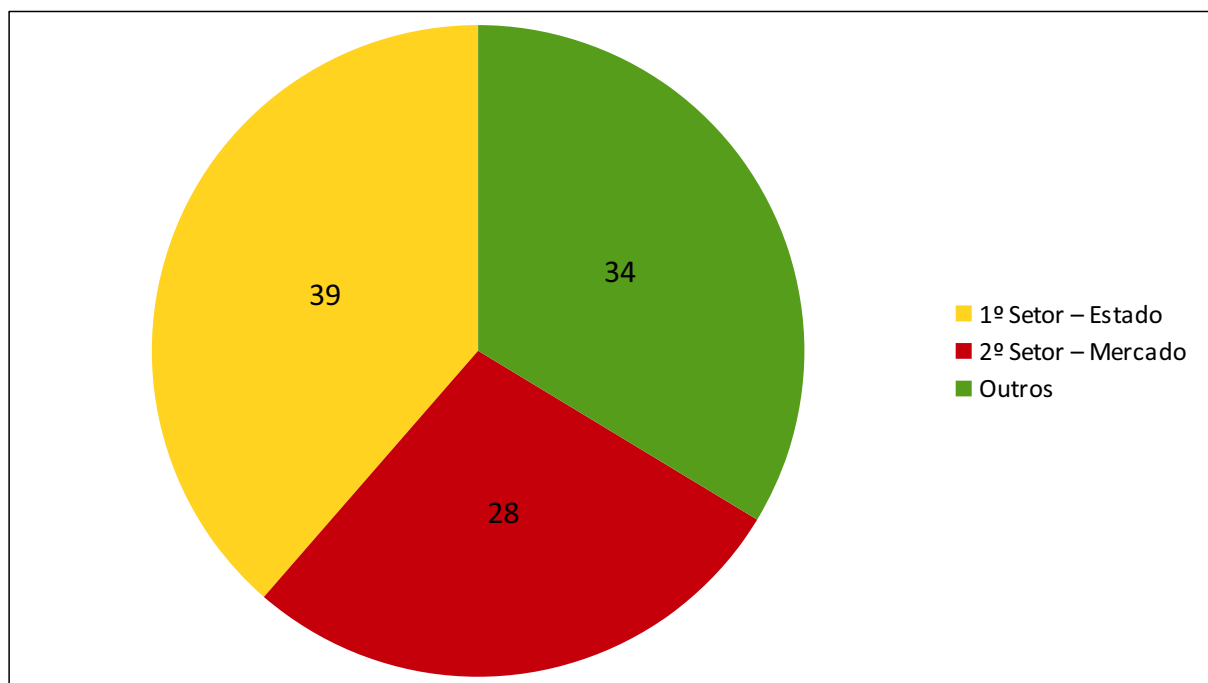


Figura 10. Citações de cada setor da sociedade como fonte de financiamento das ações em educação desenvolvidas pelas ONGs Ambientalistas.

Outro dado interessante neste ponto da nossa análise é verificar a quantidade de diferentes fontes de financiamento que possuem as ONGs Ambientalistas. Pudemos perceber que somente 20,5% das ONGs Ambientalistas apresentam uma única fonte de financiamento. O percentil restante se divide entre duas, três ou quatro fontes diferentes de financiamento (36,4%, 34,1% e 9,1%, respectivamente), constatação que evidencia a necessidade da busca por diferentes aportes financeiros para a manutenção das organizações e execução das ações a que se propõem (Figura 11).

A questão da busca constante por novos financiadores pode ser relacionada ao baixo percentil de ações contínuas em educação ambiental realizados por ONGs Ambientalistas: sugerimos que a inconstância no financiamento das ações impede a promoção de ações com resultados a médio e longo prazo e leva as ONGs a elaborarem projetos com um ou dois

anos de duração, tempo geralmente oferecido em editais públicos e privados de financiamento a projetos ambientais.

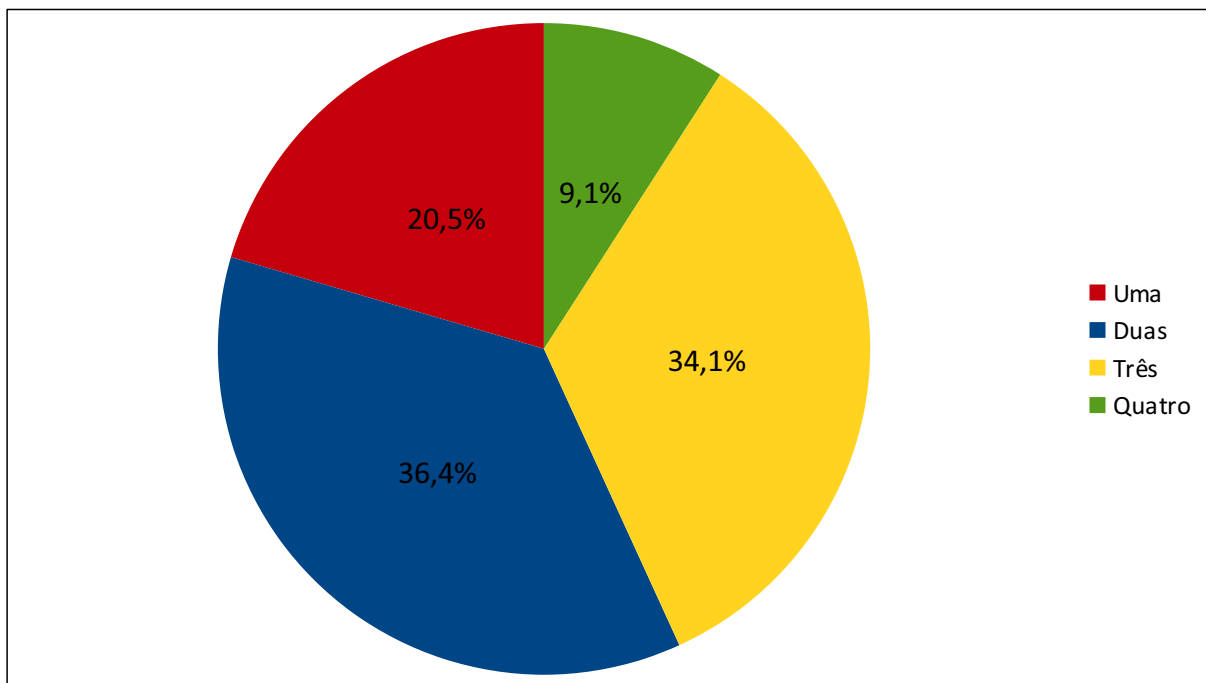


Figura 11. Quantidade de fontes de financiamento citadas pelas ONGs Ambientalistas, sem considerar a qual setor da sociedade pertencem os financiadores.

Ao prosseguirmos a análise desses dados, questionamo-nos se, apesar de aproximadamente 80% das ONGs Ambientalistas possuírem mais de uma fonte diferente de financiamento, todas essas seriam provenientes de um mesmo setor da sociedade. Nota-se, na figura 12, que metade das ONGs Ambientalistas recebem financiamento tanto do setor público quanto do setor privado; 13,6% são financiadas exclusivamente por empresas privadas, enquanto que 25,0% pelo Estado. Apenas 11,4% tem financiamento exclusivamente proveniente de atividade beneficentes ou voluntárias. Além de evidenciar a constante e variada busca por novos financiadores, essa constatação nos leva a questionar: há diferença em receber um financiamento de governos, empresas privadas e de outros setores da sociedade? Se sim, como se dá essa influência?

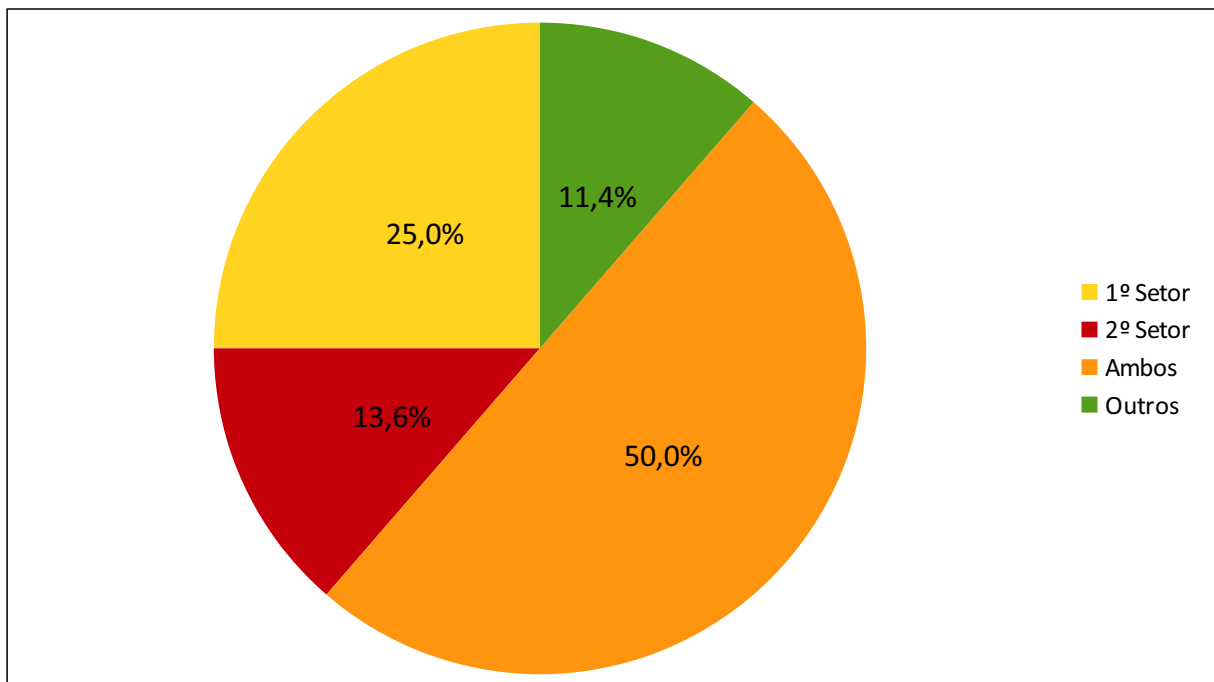


Figura 12. Proveniência (quanto aos setores da sociedade) do financiamento das ações em educação ambiental das ONGs Ambientalistas¹¹.

Assim, chegamos à discussão sobre a hipótese inicial deste indicador de análise da qualidade das ações em educação ambiental realizadas pelas ONGs Ambientalistas. Propusemos, com base na bibliografia da área, que essa influência existe e favorece o surgimento de contradições no discurso das organizações (ou nos objetivos do próprio grupo) e as ações que são realmente realizadas.

Neste momento, temos a tendência a pensar que a interferência da fonte de financiamento nas ações desenvolvidas pelas ONGs seja apenas uma questão de quem é esse financiador e como é sua relação com a ONG financiada. Por outro lado, acreditávamos que teríamos dificuldade para acessar os dados de financiamentos das ações das ONGs, já que se trata de uma questão delicada e que é mantida, até certo ponto, em sigilo.

Entretanto, ao contrário do imaginado, a questão “Você acredita que os objetivos das ações em educação ambiental são influenciados pela fonte de financiamento? Em que

¹¹ A categoria “Ambos” se refere a fontes de financiamentos provenientes do 1º e 2º setores da sociedade. O 3º setor está incluso na categoria “Outros”.

sentido?” foi muito bem recebida pelos entrevistados e não trouxe problemas à coleta de dados.

As respostas indicam que mais de 60,0% das ONGs acreditam haver influências do financiador nas ações em educação ambiental desenvolvidas por ONGs, enquanto 31,8% dizem não visualizar qualquer tipo de influência. 4,5% das ONGs Ambientalistas não souberam responder a pergunta, seja pela falta de experiência com a situação, pela ausência de reflexão sobre o tema ou por preferirem não se posicionar durante a entrevista (Figura 13).

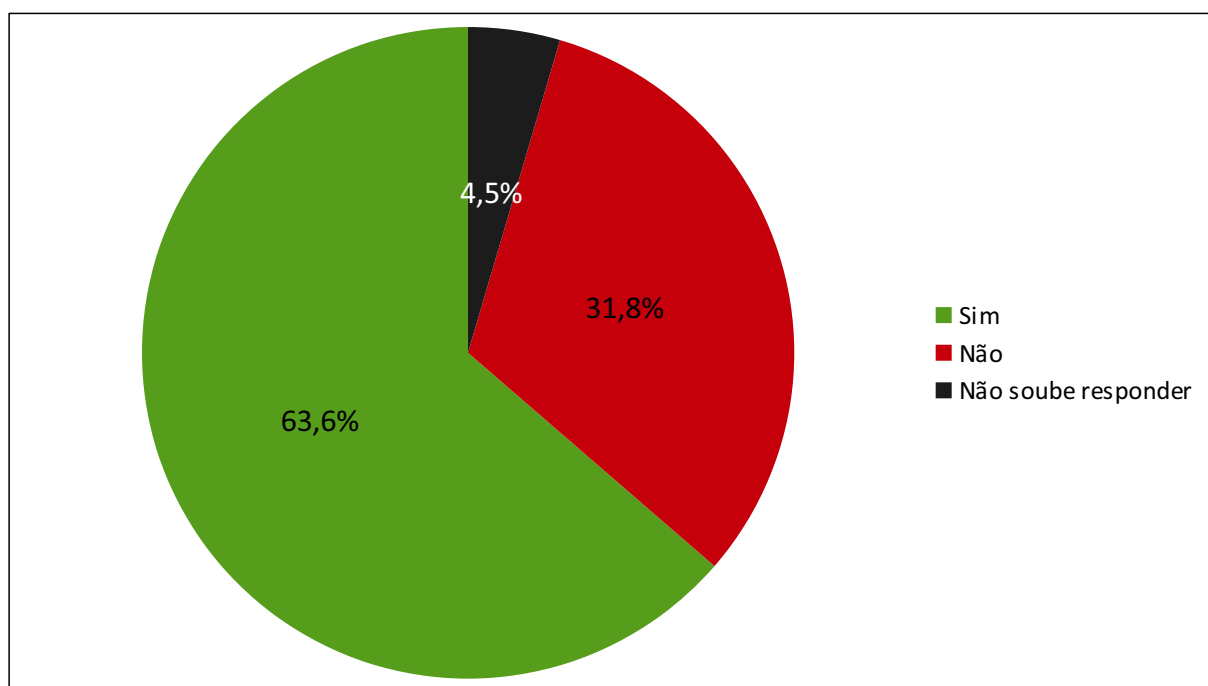


Figura 13. Influência das fontes de financiamento nas ações em educação ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas.

É importante ressaltar que a percepção da existência da influência não indica, necessariamente, que a organização concorde e execute todos os condicionantes exigidos pelos financiadores. Isso ficou bem claro em momentos que os entrevistados relataram perceber essa influência, mas que não aceitariam o financiamento caso ele fosse contra os princípios da ONG ou que tentariam “contornar” as exigências do financiador.

Além disso, notamos contradições no discurso dos entrevistados: por vezes, os entrevistados relataram acreditar que a influência não existe e, logo a seguir, dizerem que a influência só ocorreria se as ações da ONG fossem contrários aos interesses da fonte de financiamento:

“Não acredito. Eu acho que o que faz isso é o “grau de provocação” que a gente consegue, independente do financiamento. Depende, de como você consegue despertar, provocar, motivar pro assunto mesmo, para a reflexão (...), independente do financiamento.”

Algumas das ONGs, de fato, acreditam não haver nenhum tipo de influência nas suas ações, entendendo-se totalmente livres para atuar, independentemente da fonte de financiamento:

“Não, no nosso caso nunca houve isso. Muito pelo contrário. A empresa X, considerada uma grande predadora do meio ambiente (...), tem um compromisso incrível, dá total liberdade para a gente trabalhar os conceitos e os princípios da educação ambiental.”

“Não, não tenho nenhuma, muito pelo contrário. Todos os nossos parceiros, e nós temos parceiros grandes (...), todas as empresas que estão com a ONG recebem nossa documentação, recebem nossa cartilha, para ver o que a gente vai distribuir com a logomarca deles, mas nunca interferiram no texto, nunca pediram “põe isso aqui pra mim”, “faz com que isso seja tendencioso para minha marca”, nunca. Muito pelo contrário, nós que as vezes procuramos favorecer uma marca ou outra porque precisamos fazer com o que parceiro continue com a gente (...) A interferência deles é zero na parte pedagógica e educacional.”

Outras sugeriram que a influência dos financiadores é pequena e acontece mais em pontos metodológicos, mas não no conteúdo a ser desenvolvido ou nas concepções teóricas da organização; por outro lado, algumas indicam o inverso:

“Sim. Eu acho que nem é a decisão que o financiador tem, é o dinheiro que a gente tem disponível para utilizar. Às vezes, a gente tem uma mega ideia, mas não tem dinheiro para realizá-la, então a gente acaba se adaptando.”

“Geralmente, você descreve [no projeto de pedido de financiamento] a metodologia que você vai fazer. Então, na verdade, ela [a fonte de financiamento]

não dita as regras de como você deve fazer, ela não dita as regras. A entidade que coloca uma metodologia de acordo com o escrito no edital: o que ele prega é você ter certos objetivos. Agora, como você vai atingi-los, cabe justamente à equipe técnica de cada instituição ter o conhecimento e a capacidade de escrever um projeto que tenha a metodologia que ela aborda siga a autonomia dela.”

Tivemos, ainda, representantes das ONGs que demonstraram profundo entendimento dos objetivos dos financiadores ao deslocarem recursos para ações em educação ambiental. Eles relataram que, ao longo de sua história, puderam notar uma mudança, dificultando a aprovação de financiamentos, especialmente de empresas privadas, quando passaram a promover ações mais combativas – mais críticas e politizadas – ou que iam contra os interesses dessas corporações na região.

“Por exemplo, antes a gente tinha muito patrocínio de empresas da cidade, porque quando é “bonitinho a gente patrocina”. Um monte de empresas, que doavam R\$200,00, R\$300,00/mês, saíram [depois que as ações da ONG começaram a contrariar os interesses das empresas]: “A gente não pode dar mais nada”, porque a gente estava pegando pesado.”

Podemos notar, no conteúdo das entrevistas, que o tema gera diversas interpretações nas próprias ONGs. Instigou-nos compreender como é a relação dos financiamentos que elas possuem e seu posicionamento político; nesse sentido, buscamos analisar se existe algum tipo de associação entre a macrotendência político-pedagógica de educação ambiental da ONG, o tipo de fonte de financiamento e a percepção da influência dessa nas ações realizadas.

Apresentamos, primeiramente, a discussão sobre a associação entre a macrotendência político-pedagógica de educação ambiental e a fonte de financiamento mais importante das de cada ONG Ambientalista.

O cruzamento das informações coletadas nas entrevistas (Tabela 3) nos revelou que ONGs mais próximas da macrotendência político-pedagógica Crítica de educação ambiental

tendem a possuir a maior parte do seu financiamento proveniente do 1º setor – 80,0% delas recebem algum tipo de financiamento público. Essa tendência foi também observada nas ONGs mais próximas de um perfil Conservacionista (79,1%). As ONGs Ambientalistas com perfil Pragmático, entretanto, têm uma tendência oposta: 78,5% delas recebem algum tipo de financiamento do setor privado, financiador mais importante.

Tabela 3. Associação entre a macrotendência político-pedagógica de educação ambiental e a fonte de financiamento das ONGs Ambientalistas

Macrotendência de educação ambiental	Fonte de financiamento			
	1º Setor	2º Setor	Ambos	Outros
Conservacionista	8 (33,3%)	2 (8,3%)	11 (45,8%)	3 (12,5%)
Pragmática	1 (7,1%)	3 (21,4%)	8(57,1%)	2 (14,3%)
Crítica	2 (40,0%)	1 (20,0%)	2 (40,0%)	0 (0,0%)

Apesar dessas observações, não podemos dizer que um padrão de relações foi notado. O que podemos dizer é que, independentemente de sua orientação teórica e aproximação às macrotendências político-pedagógicas de educação ambiental, as ONGs Ambientalistas possuem fontes de financiamento diversas, com predominância de financiamentos conjuntos dos 1º e 2º setores da sociedade e pouca presença de financiadores independentes ou a partir de recursos de membros da própria organização.

Assim, passamos, agora, à discussão para analisar se a influência da fonte de financiamento é percebida pelas ONGs de diferentes formas de acordo com o setor da sociedade a qual esse financiador pertence. Aqui, de acordo com as referências na área, esperávamos encontrar uma maior influência de empresas privadas as ações em educação ambiental desenvolvidas pelas ONGs.

Entretanto, notamos que essa influência é ainda mais sentida quando a fonte de financiamento é proveniente do 1º setor e de outros setores da sociedade – ao analisarmos os dados cruzados, percebemos que 72,2% das ONGs financiadas exclusivamente pelo 1º setor avaliam que há influência da fonte de financiamento nas ações desenvolvidas, enquanto que 50,% dizem o mesmo quando o financiamento é exclusivo do 2º setor (Tabela 4).

Tabela 4. Associação entre a fonte de financiamento das ONGs Ambientalistas e a influência dessa nas ações em educação ambiental

Fonte de financiamento	Influência da fonte de financiamento nas ações em educação ambiental		
	Sim	Não	Não Respondeu
1º Setor	8 (72,7%)	2 (18,2%)	1 (9,1%)
2º Setor	3 (50,0%)	3 (50,0%)	0 (0,0%)
Ambos	12 (60,0%)	8 (40,0%)	0 (0,0%)
Outros	3 (60,0%)	1 (20,0%)	1 (20,0%)

Essa questão pode trazer diversas nuances à análise: por um lado, podemos dizer que a influência governamental parece ser mais forte quando comparada à influência das empresas privadas; por outro, podemos dizer que as ONGs exclusivamente financiadas pelo 1º setor optaram por esse tipo de financiamento por serem cientes da influência de financiamentos privados em suas ações. Relatos assim foram encontrados nas entrevistas, evidenciando a complexidade dessa relação.

Por fim, o que podemos dizer, com base nos dados coletados, é que, independentemente da fonte de financiamento das ONGs Ambientalistas, ela influencia, de alguma forma, a tomada de decisões das ONGs Ambientalistas. Para entendemos exatamente quão forte e como se dá essa influência, é necessária uma análise mais minuciosa e longa do contexto histórico de atuação da ONG e da sua relação com a fonte de financiamento.

2.4. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS ONGs AMBIENTALISTAS: COMO ELAS FUNCIONAM NA REALIDADE?

A forma de organização de ONGs, como último indicador escolhido compor nossa análise acerca das ações em educação ambiental por elas desenvolvidas, busca explorar as contradições existentes entre a “teoria” e a “prática” das ONGs. Se, por um lado, temos todo um aparato legal que determina seu modo de funcionamento e estabelece uma estrutura hierárquica e organizacional relativamente fixa, do outro temos o dia a dia das organizações, as quais encontram diferentes formas de se organizarem e decidirem o caminho que devem seguir.

A criação e autonomia de funcionamento de uma Organização Não-Governamental, instituição pertencente ao terceiro setor da economia, são amparadas legalmente pela Constituição Federal do Brasil de 1988, que apresenta, em seu artigo 5º, parágrafo XVIII, que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento” (BRASIL, 1988).

Apesar disso, a estrutura de funcionamento de uma ONG, assim como de qualquer outra Organização Sem Fins Lucrativos, é submetida a uma série de legislações específicas que estabelecem certos padrões de organização que, teoricamente, deveriam ser respeitados.

A Lei Nº 9637/1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, entre outros, traz em seu 2º artigo os requisitos específicos para que entidades privadas sejam habilitadas a se qualificarem como organização social. No parágrafo I, item c, notamos a exigência à existência de órgãos de deliberação superior e de direção, além de um conselho de administração e uma diretoria, os quais devem ser definidos nos termos do

estatuto (BRASIL, 1998). São os primeiros indícios da estrutura hierarquizada exigida por lei, a qual, não é bem digerida por algumas das ONGs: esse tipo de organização foi várias vezes citada pelos entrevistados como “forma clássica de organização de ONG” ou como a “ONG é organizada no papel”.

Entretanto, segundo a Leis Federais Nº 10406/2010 e 11127/2005 (Código Civil Brasileiro), que entre os artigos 53 e 61 dispõe sobre as Associações, traz que os associados devem direitos iguais dentro de uma associação, mesmo com a consideração de que o estatuto pode instituir categorias com vantagens especiais (BRASIL, 2002). Esses documentos legais também fornecem poderes a todo e qualquer associado, ao colocar como incumbência das Assembleias Gerais a função de alterar o estatuto e destituir os administradores (BRASIL, 2005).

Temos, assim, que apesar da legislação federal específica restringir à organização de uma ONG em certos grupos coordenadores e administradores, é assegurada e afirmada, também, a soberania dos associados ou membros que a compõe na forma de uma assembleia deliberativa, inclusive. A própria legislação, porém, ao permitir que o próprio estatuto confira vantagens especiais a certas categorias, pode permitir o estabelecimento de estruturas organizacionais não democráticas e pouco participativas.

Com o aparato legal esclarecido, cabe agora apresentar como será feita nossa análise. Ao partirmos do referencial teórico crítico que baseia este trabalho, baseamos nas ideias trazidas pela Economia Solidária para qualificarmos a organização estrutural das ONGs Ambientistas. Como constituintes do chamado 3º setor da sociedade, não podemos desconsiderar que elas existem no seio do modo capitalista de produção, ou seja, não estão isentas das contradições e modos de funcionamento ordinariamente empregados em organizações produtivas humanas, sejam elas para obtenção de lucro ou não.

Com isso em mente, Paul Singer, um dos maiores expoentes da Economia Solidária, traz a conceituação do termo em entrevista publicada no periódico Estudos Avançados:

“Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto (...). É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros.” (ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 289).

Assim, ao contrário da organização convencional encontrada no meio empresarial (heterogestionária), caracterizada pela alta hierarquização, autoritarismo e desigualdade de direitos, a organização de uma entidade segundo a proposta da economia solidária visa à autogestão, horizontalidade¹², democracia e igualdade de direitos. Essa é uma questão eminentemente política na organização das ONGs, e muitas delas não a problematizam de forma a tomarem posições sobre isso.

Além disso, é importante lembrarmos que as ONGs, por serem necessariamente organizações compostas por grupos de pessoas, apresentam as contradições relativas às interações humanas em nossas sociedades. Freitas (2010), tomando como base os trabalhos de Moscovici (1998), principalmente, apresenta dois níveis distintos de interação humana em organizações: o da tarefa e o sócio-emocional:

“(...) o nível da tarefa compreende atividades visíveis, observáveis, acordadas, tanto nos grupos formais de trabalho quanto nos grupos informais. Esse nível abrange todos os esforços para a produção de resultados em direção aos objetivos definidos. (...) O nível sócio-emocional é o responsável por sensações e sentimentos variados já existentes ou gerados pela própria convivência e atividades no grupo.” (FREITAS, 2010, p. 4).

¹² A horizontalidade é uma questão discutida por Singer na mesma entrevista ao comentar sobre cooperativas com um porte maior: “(...) quando são maiores, aí há necessidade que haja um presidente, um tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas (...). Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui.” (ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 289).

Vemos, ainda, que a Economia Solidária propõe formas de organização estrutural que levem em consideração esses níveis de interação humana:

“A Economia Solidária, em suas diversas formas organizacionais, como cooperativas, associações, grupos informais, entre outras, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento, genuinamente sustentável.” (VIEIRA, 2010, p. 6).

Por isso, entendemos que a estrutura organizacional da ONG reflete na forma como são conduzidas as ações em educação ambiental e tem forte relação com a concepção de educação ambiental utilizada e base teórica que serve de alicerce ao grupo. Nossa hipótese inicial traz que ONGs mais alinhadas à macrotendência Crítica de educação ambiental tendem a possuir organizações estruturais mais democráticas e autogestionárias, mais próximas às formas organizacionais propostas por Singer para a Economia Solidária.

Como fizemos nos indicadores de análise qualitativa anteriormente, propusemos tipologias a partir do conteúdo das entrevistas, as quais foram relacionadas às duas categorias de análise que pudemos determinar a partir da bibliografia na área: organizações autogestionárias ou organizações heterogestionárias. Da mesma forma, optamos, para facilitar a leitura, em dividir as categorias e as tipologias a elas relacionadas em duas subseções:

a. Organizações heterogestionárias

Organizações heterogestionárias são aquelas caracterizadas por possuírem alta hierarquização, um certo autoritarismo nas decisões e desigualdade de direitos entre os participantes. Optamos por englobar duas tipologias nesta categoria:

I. Hierarquizada não-participativa: observamos esta tipologia em ONGs onde há o cumprimento estrito do disposto na legislação específica e a utilização da estrutura de poder para a tomada de decisões. Apesar da existência de assembleias, as decisões são majoritariamente tomadas pelo conselho diretor ou administrativo e só então apresentados aos outros membros da organização.

“Nós temos aproximadamente 100 associados, são pessoas que colaboram com o instituto em reuniões, dão pitacos, participam de assembleias, e outras coisas. Tudo é resolvido em assembleia. Nós temos um grupo diretivo, geralmente, 80% dos assuntos não tem necessidade de serem resolvidos em assembleia porque não vão, de certa forma, mexer com questões financeiras ou coisas assim, são resolvidas aqui na direção da ONG mesmo, que é composta por nove pessoas. Quando o projeto envolve uma questão financeira, aí se monta uma assembleia e todos votam. Fora isso, é tudo resolvido pela diretoria executiva.”

Como podemos observar em alguns relatos, apesar de se dizerem autogestionárias, as decisões nucleares da organização são tomadas por um pequeno grupo diretor, aquele que realmente define a direção das ações da ONG.

II. Diretoria: a formulação desta tipologia nos mostrou o quão variável é o universo das ONGs – e o quanto elas podem se distanciar dos princípios iniciais de seu surgimento. Vemos esse tipo de organização como um desvio abrupto nos conceitos trazidos pela legislação e na proposta da economia solidária. Em alguns casos, a ONG é composta por uma ou duas pessoas, sendo que a organização prevista em lei existe apenas “no papel”, situação que não deveria caracterizar uma ONG em si:

“Olha, de maneira mais efetiva, somos só nós duas, mesmo. Como, a princípio, as atividades ficaram, ou, pelo menos até o momento estão mais restritas ao site e nós não tivemos uma grande escala de adesão de participantes, por exemplo, é possível fazer isso com essa estrutura pequena.”

Noutras, o funcionamento é similar ao de uma empresa, onde o presidente toma as decisões e possui, basicamente, executores:

“A ONG hoje é só [nome da diretora] (...). Então, a gente tem todas as pessoas como voluntários, só que, na hora da execução, se você não pagar, não vem ninguém.”

A existência desse tipo de organização nas ONGs é preocupante, pois é perdida a própria caracterização de ONG, aproximando-se da organização de uma empresa privada.

b. Organizações autogestionárias

Organizações autogestionárias trazem uma proposta de autogestão, horizontalidade, democracia e igualdade de direitos. Nesta categoria, pudemos organizar duas tipologias a partir do conteúdo das entrevistas:

I. Hierarquizada participativa: agrupamos esta tipologia ao notarmos no conteúdo das entrevistas formas de organização que, apesar de buscarem seguir a estrutura hierarquizada prevista legalmente, incentiva a participação de seus membros, permite voz e voto no dia a dia e tem como horizonte promover a democratização da gestão da ONG ao longo do tempo. Em alguns casos, pode-se dizer que esse tipo de organização está em transição para uma organização horizontal:

“A ONG tem uma diretoria executiva que é composta por diretor-presidente, diretor vice, diretor técnico, diretora de cultura e social, diretor financeiro e um conselho deliberativo com cinco titulares e três suplentes (...). As decisões hoje são tomadas em nível de diretoria porque está muito difícil para conseguir reunir as pessoas (...). Eu gostaria que fosse bem mais democrática, mas não estou conseguindo.”

II. Horizontal: neste tipo de organização, as decisões são tomadas democraticamente entre todos os membros, independentemente de seu papel ou função dentro da ONG. Não há necessidade de um “aval” do conselho diretor ou administrativo para que uma ação seja definida e há uma constante busca pelo consenso dentro do grupo. Há realização constante de reuniões e as assembleias têm um papel fundamental, nas quais todos os membros têm o mesmo direito de voz e voto.

“As decisões, aqui, são muito tomadas no coletivo. É difícil uma reunião fechada entre coordenação e presidente para decisão. A gente atende em espaços coletivos com os próprios beneficiados do projeto, as famílias de agricultores, no caso (...) Não existe, aqui, uma decisão “de cima pra baixo.”

“A gente tem uma diretoria executiva e um conselho, além das pessoas que trabalham aqui. A gente sempre toma as decisões muito participativamente, todo mundo que trabalha aqui dá palpite em tudo (a gente tem esse espírito muito democrático), então as pessoas participam das decisões (...) Então, a gente tem um grupo bastante coeso.”

Ao analisarmos a quantidade de citações em cada uma das tipologias, observamos uma prevalência de formas de organização estrutural autogestionárias (61,4%), contra 28,6% de heterogestionárias (Figura 14). Visualizamos, porém que uma pequena percentagem das organizações são horizontais, aquela que vemos como a organização estrutural mais coerente com ações em educação ambiental de maior qualidade crítica e transformadora. Esse dado, porém, trouxe-nos uma série de questionamentos sobre sua confiabilidade: por termos coletado tais dados junto aos presidentes ou coordenadores das ações em educação ambiental das ONGs Ambientalistas, questionamo-nos se as respostas nesse momento, em especial, poderiam ser enviesadas, pois mostram apenas o ponto de vista dessas pessoas que ocupam cargos com alto poder dentro da organização. A experiência de trabalho em grupo nos mostra que essa relação, muitas vezes citadas como democrática, pode não ser realmente assim.

Em estudos futuros, entendemos que métodos de pesquisa mais participativos, como a Pesquisa-Ação (ou Pesquisa Participativa, Pesquisa Participante ou Pesquisa-Ação-Participativa) e Estudos de Caso sejam mais adequados a essa questão, apesar de serem mais limitantes no sentido do número de organizações a serem estudadas num mesmo intervalo de tempo.

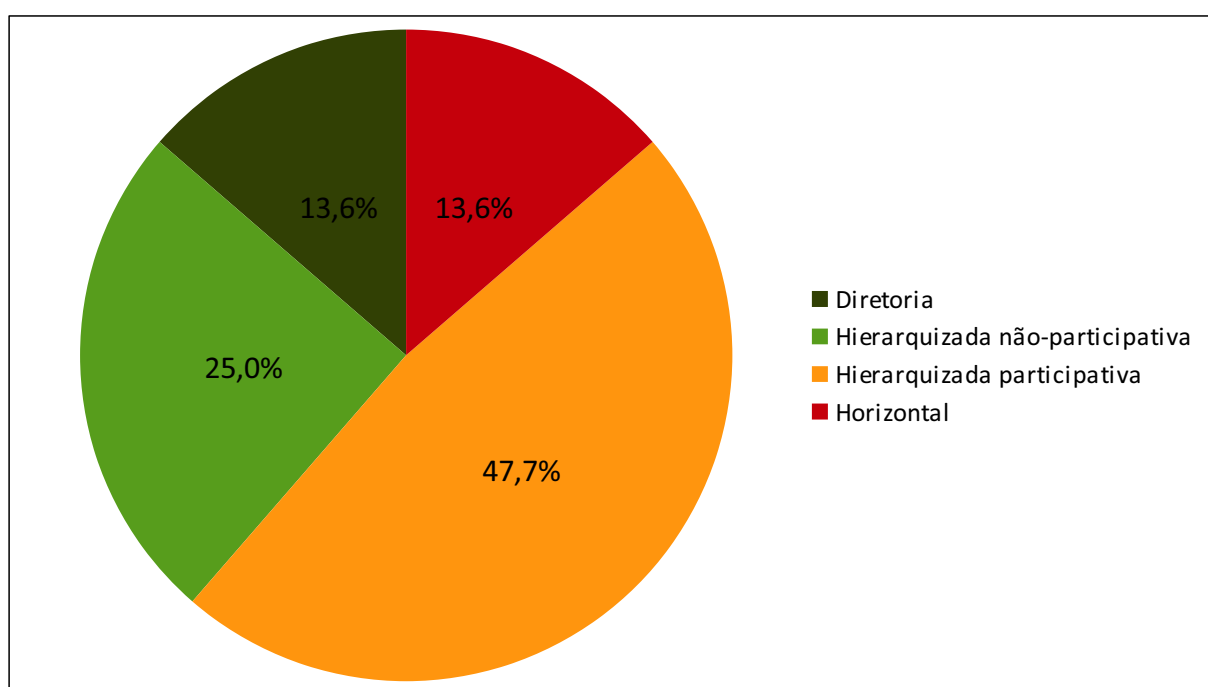


Figura 14. Estrutura organizacional das ONGs Ambientalistas.

Ainda na questão da organização estrutural das ONGs, buscamos discutir se hipótese inicialmente formulada pode ser considerada válida: propusemos que ONGs mais alinhadas à macrotendência político-pedagógica Crítica de educação ambiental tenderiam a possuir organizações estruturais mais democráticas e autogestionárias.

Ao cruzarmos os dados, podemos perceber que a assertiva tende a ser verdadeira, apesar de não exclusiva: 80,0% das ONGs com perfil crítico declararam possuir formas de organização autogestionárias, contra 68,6% das Conservacionistas e 64,3% das Pragmáticas. Ou seja, podemos que dizer que a organização autogestionária é uma tendência mais

fortemente relacionada às ONGs Ambientalistas com perfil crítico, mas que ela também existe nas ONGs Ambientalistas mais próximas das macrotendências político-pedagógicas Conservacionista e Pragmática.

É interessante notar, ainda, que nenhuma das ONGs Críticas apresenta organização estrutural classificadas como “Diretoria”, classificação considerada a mais inadequada e incoerente com o perfil de ONG neste trabalho (Tabela 5).

Tabela 5. Associação entre a macrotendência político-pedagógica de educação ambiental e a estrutura organizacional das ONGs Ambientalistas

Macrotendência de educação ambiental	Estrutura organizacional			
	Diretoria	Hierarquizada Não-participativa	Hierarquizada participativa	Horizontal
Conservacionista	5 (20,0%)	6 (24,0%)	12 (48,0%)	2 (8,0%)
Pragmática	1 (7,1%)	4 (28,6%)	8 (57,1%)	1 (7,1%)
Crítica	0 (0,0%)	1 (20,0%)	1 (20,0%)	3 (60,0%)

Um dado que nos chama a atenção é que 20,0% das ONGs Conservacionistas foram agrupadas na tipologia “Diretoria”, organização que se aproxima daquela encontrada em empresas privadas e é bastante autoritária, fato que descaracteriza, inclusive, o conceito de Organização Não-Governamental legalmente utilizado.

Assim, ao chegarmos ao fim da análise deste indicador de qualidade das ações em educação ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo, podemos dizer que há uma tendência a formas de organização autogestionárias e democráticas, apesar de serem notadas organizações que muito se assemelham à organização empresarial, com rígida hierarquia, ou ainda, ocasiões especiais nas quais não

há, na realidade, um grupo organizado, e sim uma pessoa que representa toda a Organização Não-Governamental.

Há, porém, de se considerar que é necessária a utilização de um método de coleta de dados mais apropriado neste item, que dê voz a outros participantes das ONGs, e não somente ao presidente, coordenador ou responsável pelas ações em educação ambiental, cargos que geralmente ocupam uma posição hierárquica superior.

CONCLUSÃO



*“Então, parei (parei)
E até pensei (pensei)
Tem quem goste
Assim do jeito que tá.”*

Após a apresentação de resultados da pesquisa e discussão acerca das hipóteses que havíamos inicialmente formulado durante a fase de tratamento de resultados, inferência e interpretação, podemos perceber que a análise do tema proposto – as ações em educação ambiental conduzidas por ONGs Ambientalistas – não se esgota nos capítulos deste trabalho. A busca por uma síntese de todas as análises realizadas é o desafio que pretendemos superar nesta seção, mesmo cientes das limitações que uma pesquisa de nível de mestrado carrega em si.

É importante colocar, neste momento, que o trabalho não pretende menosprezar ou criticar as boas intenções existentes na maioria das ações realizadas pelas ONGs Ambientalistas. Pelo contrário, todo o contexto de atuação das ONGs Ambientalistas nos mostrou que a escolha por atuar numa organização do terceiro setor exige uma série de sacrifícios e grande dedicação. As questões levantadas e discutidas neste trabalho são outras e, nesse sentido, esperamos contribuir para que as próprias ONGs reflitam sobre sua atuação e consigam caminhar numa direção que seja coerente com seu posicionamento político e pedagógico quanto às ações em educação ambiental – no nosso ponto de vista, que busquem se aproximar das concepções críticas de educação e educação ambiental, aquelas que contribuem para a construção de uma sociedade ecologicamente equilibrada e socialmente justa.

Desde o início do trabalho de pesquisa, na determinação do universo de pesquisa a ser trabalhado, notamos as dificuldades que enfrentaríamos para contatar e analisar as ações em educação ambiental realizadas pelas ONGs Ambientalistas. Dada a diversidade característica desse tipo de organização civil, como já apontado por Ghames (2012), deparamo-nos com ONGs altamente especializadas e receptivas, mas também com outras que parecem existir mais em documentos do que na realidade. Muitas outras temáticas que poderiam ser abordadas neste universo tiveram que ser suprimidas neste momento para

que as análises fossem viáveis, mas isso não significa que outras nuances da atuação das ONGs não sejam importantes e não devam ser consideradas em estudos posteriores: como todo trabalho de pesquisa, os dados utilizados na pesquisa são um recorte baseado em critérios que consideramos como mais relevantes para analisar como são as ações em educação ambiental, mas não os únicos.

Assim, vale lembrar quais são os objetivos propostos neste trabalho: (1) Mapear as Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientalistas que atuam no estado de São Paulo; (2) Identificar, dentre essas ONGs, quais delas realizam ações em educação ambiental; (3) Analisar as ações em educação ambiental realizadas pelas ONGs Ambientalistas quanto a seus alcances e limitações.

Os dois primeiros objetivos, apresentados no capítulo 1, não carecem de uma análise aprofundada; sua ideia era a de exatamente descrever o universo das ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo, quantas, quais são e como é sua distribuição territorial. A figura a seguir sintetiza esse levantamento (Figura 15), que também nos mostrou que as ONGs Ambientalistas estão presentes em 104 municípios paulistas (16,12% dos municípios paulistas), atuando direta ou indiretamente numa população de quase 30 milhões de pessoas (68,15% da população paulista).

Das 276 ONGs Ambientalistas inicialmente levantadas após a consulta a quatro diferentes bases de dados, concluímos que 63,4% (175 ONGs) delas, no mínimo, atuam em educação ambiental. Essa porcentagem poderia ser maior, caso tivéssemos conseguido entrar em contato com os 22,4% que não possuem contatos válidos ou não responderam às tentativas de contato. De qualquer forma, essa porcentagem difere da apresentada pela publicação *Análise Gestão Ambiental* (2013), a qual apresenta que 93,8% das ONGs Ambientalistas brasileiras trabalham com educação ambiental.

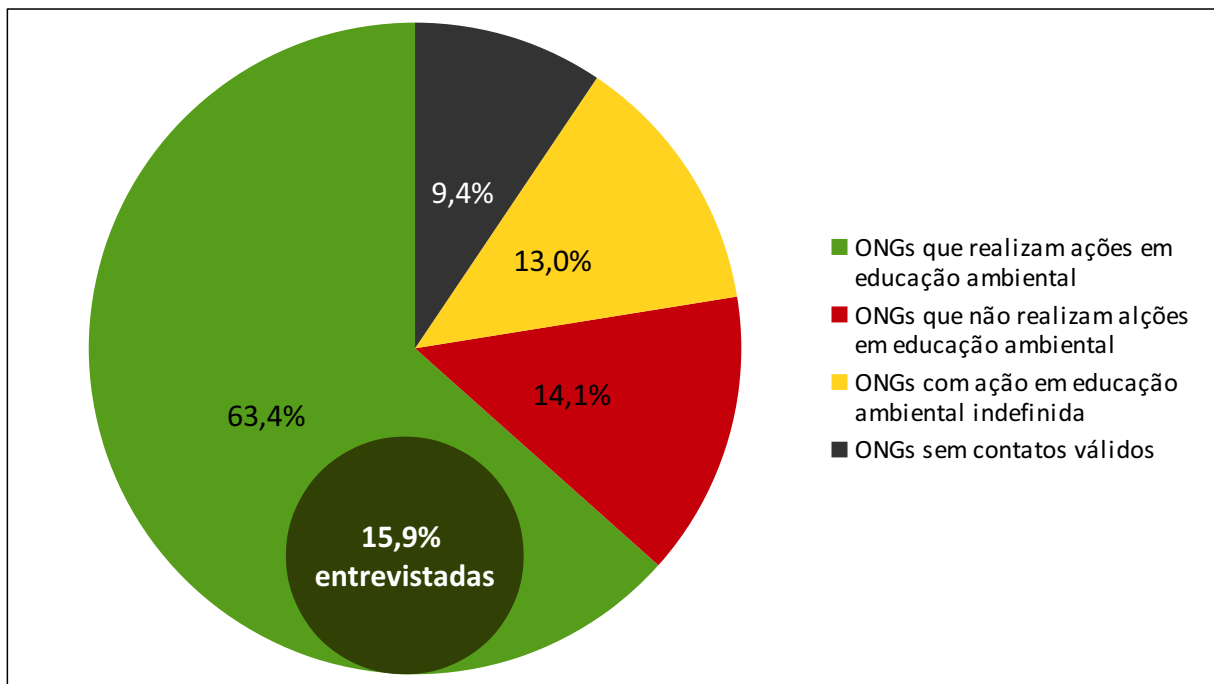


Figura 15. Universo de pesquisa do trabalho: as ONGs Ambientalistas do estado de São Paulo e quais delas atuam em educação ambiental.

É importante ressaltar, porém, que apesar de todo o esforço para a coleta dessas informações, certamente existem mais ONGs Ambientalistas atuantes em educação ambiental no estado de São Paulo. No curto intervalo de tempo que tivemos para contatar as organizações, encontramos mais 26 delas que não estão cadastradas em nenhuma das bases de dados. Em trabalhos futuros, uma opção mais exaustiva, mas que seria mais fiel à realidade, seria a de contatar as Secretarias da Educação e do Meio Ambiente (ou outras repartições públicas que tenham a mesma função) dos municípios, as quais poderiam informar quais são as ONGs atuantes na localidade – e que, por alguma razão, não estão cadastradas nos bancos de dados oficiais.

Ainda neste tópico, gostaríamos de registrar nosso estranhamento ao pequeno alcance do Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas (CadEA), banco de dados oficial na área, sob a organização da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. O CadEA fornece dados de apenas 42 ONGs Ambientalistas, número que corresponde a apenas 15,0% das levantadas

neste estudo. Esperamos que nosso trabalho possa contribuir para melhorar a comunicação entre as organizações e fomentar formulação de políticas públicas a nível estadual.

Passemos, agora, às conclusões sobre o terceiro objetivo da pesquisa, o de analisar as ações em educação ambiental realizadas pelas ONGs paulistas. Primeiramente, lembramos que a ideia de todos os resultados apresentados no trabalho é buscar uma aproximação do que acontece em todo o universo de pesquisa, já que contamos com representatividade estatística e social para conferir confiança e representatividade aos dados coletados¹³; ainda assim, sabemos que tais generalizações podem induzir a erros, já que desconsideram contextos históricos, econômicos, geográficos, culturais, sociais, políticos e ambientais específicos de cada localidade. Entretanto, a ideia de fornecer um panorama da atuação das ONGs traz boa contribuição para o campo, que carece de dados empíricos para fundamentar suas análises.

O trabalho corroborou a maioria das hipóteses que foram inicialmente levantadas com base nas referências da área, apesar de trazerem conclusões diferentes daquelas apresentadas em outros estudos.

Primeiramente, podemos dizer que a maioria das ações em educação ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas no estado de São Paulo tendem a ter viés conservador, serem realizadas de forma pontual e sofrerem influência das suas fontes de

¹³ Nos quatro Testes de Associação propostos (Macro tendência de EA x Continuidade, Macro tendência de EA x Fonte de financiamento, Macro tendência de EA x Percepção da Influência da fonte de financiamento, Fonte de financiamento x Percepção da influência da fonte de financiamento), não podemos dizer que há representatividade estatística nas conclusões – apesar de haver significativa representatividade social. Essa questão foi percebida somente após o término das entrevistas, quando notamos o baixo número de ONGs mais próximas da macro tendência político-pedagógica Crítica de educação ambiental, fato que não poderia ser prevista inicialmente: por essa razão, todos os Testes de Associação realizados com o método de Goodman (Anexo 3), não conseguiram apresentar associações significativas entre as variáveis. Ainda assim, é importante ressaltar que é notável a diferença na associação entre as diferentes variáveis trabalhadas – é nessa percepção, válida, mas sem suporte estatístico, que se baseia nossa análise.

Essa questão não se aplica às análises sobre uma variável especificamente (macro tendência político-pedagógica de educação ambiental, continuidade das ações em educação ambiental, fonte de financiamento e percepção da influência da fonte de financiamento), as quais têm representatividade social e estatística – como já apresentado na seção “Material e Métodos”.

financiamento, hoje compostas prioritariamente por financiamentos provenientes dos 1º e 2º setores da sociedade.

Quanto a seus objetivos e orientação político-pedagógica, apesar de confirmarmos a hipótese de que sua atuação é caracterizada por ser conservadora, notamos que a maioria das ONGs se alinham à macrotendência político-pedagógica Conservacionista, constatação que difere ligeiramente daquela trazida por Layrargues e Lima (2014): os autores apresentam uma tendência à realização de ações em educação ambiental alinhadas à macrotendência Pragmática, de um modo geral. Essa constatação nos mostra que, apesar do avanço dessa macrotendência, o conservacionismo é ainda muito presente nas ONGs Ambientalistas.

Pudemos notar, em diversos momentos, contradições entre a concepção teórica e a terminologia usada pelos entrevistados e as ações em educação ambiental realizadas pela ONG. O uso do termo “crítico” quando em referência ao caráter da educação ambiental, por exemplo, é bastante comum, apesar de raramente ter o sentido crítico ao modo de produção capitalista e sua sociedade.

A falta de continuidade nas ações em educação ambiental se confirmou como uma das questões mais preocupantes e limitantes sobre a atuação das ONGs, como imaginávamos de início. As ações pontuais são predominantes e as que recebiam maior importância da maioria das ONGs Ambientalistas. Pudemos, ainda, perceber que ONGs mais próximas da macrotendência político-pedagógica Crítica de educação ambiental tendem a realizar ações com maior continuidade, apesar de não podermos dizer que a continuidade é exclusividade sua.

A análise das fontes de financiamentos das ações desenvolvidas por ONGs se mostrou surpreendente. Mesmo com a confirmação da sua influência nas ações desenvolvidas, surpreendeu-nos o fato de não notarmos uma maior influência de empresas privadas nas

ações realizadas pelas ONGs. Pelos relatos dos entrevistados, independentemente do financiamento ser público ou privado, há influência do financiador no caminho tomado pelas ações educacionais. É importante ressaltar, porém, que muitos dos entrevistados que se disseram cientes dessa influência, também afirmaram que sua organização não se curvava a todas as exigências dos financiadores, estando sempre atentos aos princípios éticos e objetivos da ONG.

Ainda sobre o financiamento das ONGs, nossos resultados trazem à tona uma questão colocada por Pinto (2006). A autora discute que a atuação por meio de projetos de curta duração pode levar a um processo de autorreferência muito grande, ou seja, a ONG tende a buscar financiamentos para sua própria manutenção, e não para a “causa” que defende, em nosso caso, a educação ambiental. Nesse sentido, é importante que a própria organização tenha ciência desse processo e busque fundamentação teórica para sua atuação: percebemos que há uma tendência, nas ONGs Ambientalistas paulistas, a uma atuação ativista, com pouca fundamentação teórica.

Identificamos também que as ONGs Ambientalistas tendem a buscar formas de organização mais democráticas, aproximando-se de preceitos defendidos pela economia solidária, pelo menos em seu discurso. Tal ponto nos levantou um questionamento sobre o método escolhido para a coleta de dados sobre a organização estrutural das ONGs: até que ponto as informações fornecidas pelos/as coordenadores/as das atividades de educação ambiental ou presidentes das ONGs entrevistados/as são confiáveis e refletem a realidade? Então, avaliamos que a coleta de dados realizada através da Pesquisa-Ação ou Estudos de Caso talvez sejam mais apropriados nesta situação – o que justifica a realização de estudos mais localizados e de maior duração, quase impossível com o prazo que temos para os estudos de pós-graduação, especialmente em nível de mestrado.

Com essas questões colocadas, podemos dizer, ainda que cientes das imprecisões deste tipo de simplificação, que de acordo com sua proximidade teórica em relação às macrotendências político-pedagógicas de educação ambiental, as ONGs Ambientalistas tendem a apresentar algumas características em comum. A maioria das ONGs Ambientalistas com perfil Conservacionista tende a realizar ações pontuais, serem autogestionárias e mais fortemente financiadas pelo estado; as ONGs Ambientalistas com perfil Pragmático tendem, majoritariamente, a também realizarem pontuais de educação ambiental e serem autogestionárias, apesar de serem predominantemente financiadas por empresas privadas; por outro lado, ONGs com perfil Crítico tendem, em sua maioria, a possuírem ações contínuas em educação ambiental, apesar de também tenderem a ser autogestionárias e financiadas com mais frequência pelo estado (Quadro 10).

Quadro 10. Características predominantes nas ONGs Ambientalistas de acordo com sua macrotendência político-pedagógica de educação ambiental¹⁴

Indicador	Macrotendência de educação ambiental		
	Conservacionista	Pragmática	Crítica
Continuidade das ações em educação ambiental	Pontuais	Pontuais	Contínuas
Fonte de financiamento	1º Setor	2º Setor	1º Setor
Organização estrutural	Autogestão (Hierarquizada participativa)	Autogestão (Hierarquizada participativa)	Autogestão (Horizontal)

O que temos, ao fim de todo esse processo investigatório, é que o alcance das ações em educação ambiental realizadas por ONGs no estado de São Paulo, pelo menos em termos

¹⁴ Compreendemos o quadro-resumo como uma ferramenta para resumir os resultados obtidos e já discutidos nas seções anteriores. É importante ressaltar que ele **não** representa a diversidade de informações obtidas nas entrevistas. Para determinar qual característica prevalece em cada categoria, usamos os seguintes valores (para, respectivamente, conservacionistas, pragmáticas e críticas):

- Continuidade: **64,0% pontuais**/ 36,0% contínuas; **71,4% pontuais**/28,6% contínuas; 20,0% pontuais/ **80,0% contínuas**.

- Fonte de financiamento: **79,2% 1º Setor**/ 54,2% 2º Setor/ 12,5% Outros; 64,3% 1º Setor/ **85,7% 2º Setor**/ 14,3% Outros; **80,0% 1º Setor**/ 60,0% 2º Setor/ 0,0% Outros.

- Organização estrutural: **56,0% Autogestão**/ 44,0% Heterogestão; **64,3% Autogestão**/ 35,7% Heterogestão; **80,0% Autogestão**/ 20,0% Heterogestão.

quantitativos, é relativamente grande. Por outro lado, qualitativamente, ele é limitado: entendemos que as ONGs Ambientalistas têm uma ótima oportunidade para promover ações em educação ambiental crítica, que contribuam para a transformação da sociedade, mas como elas têm limitado a dimensão educativa, tendem a ter ações sem estes objetivos. Os motivos que levam a esse tipo de ação observada na maioria das ONGs Ambientalistas entrevistadas ainda carecem de debates mais aprofundados, mas acreditamos ser essencial que os atores que as promovem tenham uma formação política mais sólida e crítica e que as ONGs Ambientalista entendam seu papel fundamental numa sociedade onde o estado tende, continuamente, a negligenciar a realização de ações de interesse público.

Esse panorama visualizado no estudo nos deixa, ao mesmo tempo, preocupados e esperançosos: se por um lado, ainda há muito a caminhar para que tornemos as ações em educação ambiental com perfil Crítico predominantes, as ONGs já mostraram que, mesmo com poucos recursos e diversas adversidades, é possível realizar ações educativas de qualidade.

Todo o processo investigatório nos mostrou o quão amplo e complexo é esse universo de atuação das ONGs Ambientalistas. Como encontramos na literatura da área, corremos um sério risco ao agrupar todas essas organizações na mesma definição, dada suas diferentes formas de atuação, manutenção, financiamento e objetivos. Ele nos mostra, ainda, que este é um amplo campo de estudo e que carece de uma discussão mais aprofundada, tomando os devidos cuidados para não generalizarmos situações tão diversas: neste sentido, reforçamos que as conclusões trazidas nesta pesquisa têm como objetivo oferecer reflexões críticas à atuação dessas organizações, as quais já são, de fato, muito importantes no movimento de contestação e superação da crise do sistema capitalista de produção.

REFERÊNCIAS



ABONG. **O dinheiro das ONGs:** Como as Organizações da Sociedade Civil sustentam suas atividades – e porque isso é fundamental para o Brasil. 2013, 56 p.

ALBUQUERQUE, A. C. C. **Terceiro setor:** história e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006. 152 p.

ALMEIDA-JÚNIOR, A. R.; GOMES, H. L. R. M. Gestão ambiental e interesses corporativos: imagem ambiental ou novas relações com o ambiente? **Ambient. soc.** [online], v.15, n.1, p. 157-177. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2012000100011>>. Acesso em: 5 set. 2013.

ANÁLISE GESTÃO AMBIENTAL 2013/2014. São Paulo: Análise Editorial, dez. 2013. Anual.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979. 231 p.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese:** Revista Eletrônica Dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.68-80, 2005. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br>>. Acesso em: 10 out. 2012.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 10 de maio de 1988. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 mar. 2014.

BRASIL. Lei nº 9637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. **Lei Nº 9637/1998.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm>. Acesso em: 20 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Política Nacional de Educação Ambiental.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 6 fev. 2014.

BRASIL. Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Código Civil.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 30 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 11127, de 28 de junho de 2005. Altera os arts. 54, 57, 59, 60 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, e o art. 192 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e dá outras providências. **Lei Nº 11.127/2005.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11127.htm>. Acesso em: 26 set. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas.** [2013]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/cnea/cnea.cfm>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** 3. ed. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2004, 199 p.

CAPRA, F. et al. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável.** 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2007, 312 p.

CARLETON-HUG, A.; HUG, J. W. Challenges and opportunities for evaluating environmental education programs. **Evaluation and Program Planning**, [online], v. 33, n. 2, p.159-164, maio 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.evalprogplan.2009.07.005>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

COCHRAN, W. **Sampling Techniques.** 3. ed. New York: John Wiley, 1977. 448 p.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** 6. ed. São Paulo: Hubitec: NUPAUV-USP/CEC, 2008. 189 p.

EAMES, C.; COWIE, B.; BOLSTAD, R. An evaluation of characteristics of environmental education practice in New Zealand schools. **Environmental Education Research**, Hamilton, Nova Zelândia, v. 14, n. 1, p.35-51, 11 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13504620701843343#.UwTkmfldWyU>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Estud. av.**, São Paulo, v. 22, n. 62, Abr. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 Jan. 2015.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém Público: o Terceiro Setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relum e Dumará, 1994.

FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.** Rio de Janeiro, 1995.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, 53 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, V. S. As Relações Humanas e as Relações de Trabalho em uma Organização Cooperativista. In: **Anais do XIII SemeAd – Seminários em Administração.** São Paulo: FEA-USP, 2010. 15 p. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/321.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

GHANEM, E. As ONGs e a responsabilidade governamental com a escola básica no Brasil. **Pro-Posições** [online], v. 23, n. 2 (68), p. 51-65, maio/ago, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072012000200005>>. Acesso em: 5 set. 2013.

GOODMAN, L. A. Simultaneous confidence intervals for contrasts among multinomial populations. **Annals of Mathematical Statistics**, v. 35, n. 2, p. 716-725, 1964.

GOODMAN, L. A. On simultaneous confidence intervals for multinomial proportions. **Technometrics**, v. 7, n. 2, p. 247-254, 1965.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: A conexão necessária**. 14 ed. São Paulo: Papirus, 2012, 126 p.

GUANABARA, R.; GAMA, T.; EIGENHEER, E. M. Contribuições para a construção de uma matriz para avaliação de projetos de educação ambiental. **Educ. Pesq.**, São Paulo, v. 35, n. 2, p.399-411, maio/ago. 2009. Quadrimestral. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022009000200012>>. Acesso em: 17 out. 2013.

GUERRA, I. C. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso**. 1. ed. Parede/Portugal: Princípia Editora, 2006. 95 p.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HIGUCHI, M. I. G.; AZEVEDO, G. C. Educação como processo na construção da cidadania ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, v. il., p. 63-70, nov. 2004. Disponível em: <http://www.cpd1.ufmt.br/remtea/revbea/pub/revbea_n_zero.pdf#page=63>. Acesso em: 6 jan. 2015.

IBGE, 2010. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp>>. Acesso em: 3 set. 2014.

IPEA (Brasília). **As Entidades Sem Fins Lucrativos e as Políticas Públicas Federais: tipologia e análise de convênios e organizações (2003-2011)**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. 56 p. Autores: Felix Lopez & Leonardo Barone. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1896.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 1, p.23-40, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

LOMBARDI, J.C. Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels. In: LOMBARDI, J.C. & SAVIANI, D. (Orgs.) **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2. ed., Campinas: Autores Associados, p.1-38, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MADE IN FOREST. **ONGs Educação e Cultura Ambiental**. Disponível em: <<http://www.madeinfores.com/?ong/listar/pas/31/cid/9/ufs/SP>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 80 p.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento Interpessoal**. 22 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013, 400p.

OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S. Organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cad. Pesqui.** [online], n. 112, p. 61-83, mar, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000100003>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts**. Nova Iorque: United Nations Publication, 2003. 316 p. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesf/seriesf_91e.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2014.

PINTO, C. R. J. ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. **Dados** [online], v. 49, n. 3, p. 651-670, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582006000300008>>. Acesso em: 17 out. 2013.

RODRIGUES, J. N.; LOUREIRO, C. F.B. A crise socioambiental e a atuação de ONGs Ambientalistas no campo educacional. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, n.36, p. 379-394, maio/ago, 2012.

SAITO, C. As mútuas interfaces entre projetos e ações de educação ambiental e de gestão de recursos hídricos: subsídios para políticas de estado. **Ambient. Soc.**, Campinas, v. XIV, n. 1, p.213-227, jan./jul. 2011.

SÃO PAULO. COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cadastro de Entidades Ambientalistas do Estado de São Paulo**. 2013. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/cadea/files/2013/04/entidades-cadastradas.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In. SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Org.). **Educação ambiental**. Porto Alegre: Artmed, p. 17-46, 2005a. 228 p. Tradução de Ernani Rosa.

SAUVÉ, L. Currents in Environmental Education: Mapping a Complex and Evolving Pedagogical Field. **Canadian Journal of Environmental Education**, Thunder Bay, Canadá, v. 10, n. 1, p. 11-37, 2005b. Disponível em: <<http://cjee.lakeheadu.ca/index.php/cjee/article/viewFile/175/9>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 33. ed., Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev., 1ª reimpr., Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SILVA, M. R. **Educação Ambiental e atuação das ONGs**: uma análise das ações da ECOA em Mato Grosso do Sul. 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2012. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-geografia/dissertacoes/DISSERTACaO_MARIA_RIVELIZA.pdf>. Acesso em: 5 set. 2013.

TEIXEIRA, L. A. **Análise dos projetos ambientais desenvolvidos em um bairro de Bauru (SP) sob a perspectiva educativa**. 2009. 222 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2009.

TEIXEIRA, L. A.; TALAMONI, J. L. B.; TOZONI-REIS, M. F. C. A relação teoria e prática em projetos de educação ambiental desenvolvidos em um bairro em Bauru, SP, Brasil. **Ciênc. Educ.** [online], Bauru, v. 19, n. 3, p.657-676, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132013000300010>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

TIC. **Organizações Sem Fins Lucrativos 2012**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em organizações sem fins lucrativos brasileiras. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. 320 p. Coordenação de Alexandre F. Barbosa. Disponível em: <[http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC OSFIL 2012 – Livro Eletronico.pdf](http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_OSFIL_2012_-_Livreletronicopdf)>. Acesso em: 23 set. 2014.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação Ambiental**: natureza, razão e história. Campinas: Autores Associados, 2004.

TOZONI-REIS, M. F. C.. Pesquisa-Ação: Compartilhando saberes; Pesquisa e Ação educativa ambiental. In: FERRARO-JÚNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos**: Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 269-276. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2015.

TOZONI-REIS, M. F. C. A pesquisa-ação-participativa e a educação ambiental: uma parceria construída pela identificação teórica e metodológica. In: TOZONI-REIS, M. F. C. **A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental**: reflexões teóricas. São Paulo: Anna Blume. p. 121-161, 2007.



Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continua)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site) ¹⁵
Agência Ambiental Pick-Upau	São Paulo	contato@pick-upau.org.br	(11) 3542-3480	http://www.pick-upau.org.br
Agência Nacional de Desenvolvimento Eco-Social – ANDES	Santos	contato@andesbrasil.org.br	(13) 3237-0846	http://www.andesbrasil.org.br
Aliança Internacional do Animal – AILA	Cotia	aila@aila.org.br	(11) 3749-0800	http://www.aila.org.br
Ambiental Litoral Norte – ALNORTE	São Sebastião	alnorte@alnorte.org.br	(12) 3892-6700	http://www.alnorte.org.br
Amigos da Terra	São Paulo	contato@amazonia.org.br	(11) 3887-9369	http://www.amigosdaterra.org.br
Anauá Grupo de Educação Sócio-Ambiental	Santa Cruz das Palmeiras	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Arrastão Movimento de Promoção Humana – Projeto Arrastão	São Paulo	comunicacao@arrastao.org.br	(11) 5843-3366	http://www.arrastao.org.br

¹⁵ O termo “Facebook” indica que a organização não possui sítio eletrônico próprio, e sim uma página nessa rede social. O termo “Não disponível” indica que o telefone, sítio eletrônico ou endereço de correio eletrônico não foi encontrado nos cadastros consultados ou não era válido ou não foi permitido ser publicado pela ONG após a realização da entrevista.

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
ASACAR Eduardo Lustoza	Santos	Não disponível	(13) 97808-7668	http://www.asacar.org.br
Ashoka Brasil	São Paulo	mfidelholc@ashoka.org	(11) 3085-9190	http://www.ashoka.org.br
Associação Águas Claras do Rio Pinheiros	São Paulo	contatos@aguasclarasdoriopinheiros.org.br	(11) 3031-2632	http://aguasclarasdoriopinheiros.org.br
Associação Aliança-Luz	São Bernardo do Campo	aliancaluz@hotmail.com	(11) 2677-2221	http://www.aliancaluz.org
Associação Ambientalista Copaliba	Socorro	atendimento@copaiba.org.br	(19) 3895-8382	http://www.copaiba.org.br
Associação Ambientalista Protetora da Bacia Parapanema – AADEP	Bernardino de Campos	aadep@aadep.org.br	(14) 3346-2433	http://www.aadep.org.br
Associação Amigos da Lagoa do Santa Rosa e Meio Ambiente – Amigos da Lagoa	Piracicaba	corsinonovy@bol.com.br	(19) 3423-3208	Não disponível

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Associação Barco Escola da Natureza	Americana	barcoescola@barcoescola.org.br	(19) 3465-2761	http://www.barcoescola.org.br
Associação Bike Brasil	São Paulo	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Associação Biomas	São Caetano do Sul	contato@projetobiomas.org	(11) 2759-0094	http://www.projetobiomas.org
Associação Brasileira das Empresas de Consultoria e Engenharia Ambiental – AESAS	São Paulo	aesas@aesas.com.br	(11) 3868-0722	http://www.aesas.com.br
Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto – ABREA	Itapevi	abrea@abrea.com.br	(11) 3681-2710	http://www.abrea.com.br
Associação Caiçara Juqueriquerê	Caraguatatuba	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Associação Civil Ambiental Amigos da Serra	Taquaritinga	acitq@terra.com.br	(16) 3252-2811	Não disponível

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Associação Civil Eco Mantiqueira	Espírito Santo do Pinhal	Não disponível	Não disponível	Facebook
Associação Civil Eco Vida Ambiental – EVA	Valinhos	arq.alexandre.tonetti@gmail.com	(19) 3869-1074	Facebook
Associação Civil Greenpeace	São Paulo	vanessa.leal@greenpeace.org	(11) 3035-1155	http://www.greenpeace.org.br
Associação Comunitária Amigos do Juquehy	São Sebastião	juquehy.samju@uol.com.br	(12) 3863-1272	http://www.samju.com.br
Associação Comunitária Habitacional Vargem Grande – ACHAVE	São Paulo	faleconosco_achave@ig.com.br	(11) 5921-9268	http://www.achave.blogger.com.br
Associação Cultural e Comunitária Zagaia	Carapicuíba	contato@zagaia.org.br	(11) 4186-0827	http://www.zagaia.org.br
Associação Cultural e Ecológica Ogawa Butoh Center	São Simão	info@butoh.com.br	Não disponível	http://www.butoh.com.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Associação Cultural e Ecológica Pau-brasil – ACEPB	Ribeirão Preto	contato@paubrasil.org.br	(16) 3610-8679	http://www.paubrasil.org.br
Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta – ACIA	Ubatuba	ass_cunhambebe@yahoo.com.br	Não disponível	http://cunhambebe.org.br
Associação das Empresas de Turismo de Brotas – ABROTUR	Brotas	secretaria@abrotur.com.br	(14) 3653-8667	http://www.abrotur.com.br
Associação de Amigos da Natureza da Alta Paulista	Tupã	contato@amigosdanatureza.org.br	(14) 3441-4945	http://www.amigosdanatureza.org.br
Associação de Amigos do Camanducaia – AMICA	Jaguariúna	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Associação de Amigos do Grande Parque Ecológico de Caraguatatuba – ONG Caraguatá	Caraguatatuba	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Associação de Amparo Aos Animais – AAA	Diadema	Não disponível	Não disponível	Não disponível

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Associação de Defesa do Meio Ambiente de Avaré – ADEMA	Avaré	adema@adema.org.br	(14) 3733-1888	Não disponível
Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo – ADEMA-SP	São Paulo	nogueira-neto@uol.com.br	Não disponível	Não disponível
Associação de Esportes Radicais e Ecoturismo da Praia Grande – ASSERECO	Praia Grande	ecoadm@hotmail.com	(13) 98137-9274	http://www.assereco.blogspot.com
Associação de Proteção dos Animais – APAB	Brotas	Não disponível	(14) 99112-5905	http://www.apabrotas.blogspot.com.br
Associação de Recuperação Florestal das Bacias Hidrográficas e Sistema Cantareira – Flora Cantareira	Amparo	contato@florestalcantareira.org.br	(19) 3893-3468	http://www.florestalcantareira.org.br
Associação de Recuperação Florestal do Médio Tietê – Flora Tietê	Penápolis	floratiete@floratiete.org.br	(18) 3652-2623	http://www.floratiete.org.br
Associação de Reposição Florestal do Pardo Grande – Verde Tambaú	Tambaú	verdetambau@verdetambau.com.br	(19) 3673-1179	http://www.verdetambau.com.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Associação Direcionada na Preservação de Animais Silvestres – ADIPA	Jundiáí	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Associação do Grupamento Ambientalista – AGA	Birigui	aga@agabrasil.org.br	(18) 3642-7156	http://www.agabrasil.org.br
Associação do Verde e Proteção do Meio Ambiente – AVEPEMA	São Paulo	Não disponível	Não disponível	Facebook
Associação dos Amigos e Moradores das Áreas Verdes de Itanhaém – AAMAVI	Itanhaém	aamavi.ita@gmail.com	(13) 3426-0784	Facebook
Associação e Centro de Pesquisas Ecológicas de Ubarana – ACEPEUB	Ubarana	acepeubecologia@hotmail.com	(17) 98159-8716	Não disponível
Associação e Organização Ecológica Ibiunense de Proteção ao Meio Ambiente – AME-IBIÚNA	Ibiúna	Não disponível	(11) 99402-1300	Não disponível
Associação Eco Juréia – AEJ	São Paulo	ecojureia@ecojureia.org.br	(11) 3801-2667	http://www.ecojureia.org.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Associação Ecológica Ambiental Praia Brava – AMBRAVA	São Sebastião	presidencia@ambrava.org.br	(11) 7862-5930	http://www.ambrava.org.br
Associação Ecológica Brasil Verde – ASSEBRAVE	São Paulo	Não disponível	(11) 3902-2888	Não disponível
Associação Ecológica e Defesa do Meio Ambiente Álvares Machado – ASEDEMA	Álvares Machado	ong_ambiental_asedema@hotmail.com	(18) 99112-5583	Não disponível
Associação Ecos do Vitória – Educação e Gestão Ambiental – ECOS do Vitória	São Paulo	contato@ecosdovitoria.org.br	(11) 98701-3149	http://ecosdovitoria.org.br
Instituto Elo	Botucatu	marco@elo.org.br	Não disponível	http://elo.org.br
Associação em Defesa do Meio Ambiente e da Cidadania – Caminho Verde	Campo Limpo Paulista	ongcaminhoverde@gmail.com	(11) 4812-7218	Facebook
Associação em Defesa do Rio Paraná, afluentes e mata ciliar – APOENA	Presidente Epitácio	apoena@apoena.org.br	(18) 3281-3371	http://www.apoena.org.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Associação F. G. Guidotti para Estudo e Preservação da Natureza – AFG	Piracicaba	contatoafg.vida@gmail.com	(19) 3433-0480	http://www.afg.org.br
Associação Faça sua parte	São Caetano do Sul	dtolomelli@ig.com.br	Não disponível	http://www.facasuaparte.org.br
Associação Fartura de Alimentos	Sorocaba	debora@farturaalimentos.org.br	(15) 3417-1777	www.farturaalimentos.org.br
Associação Global de Desenvolvimento Sustentável – AGDS	São Bernardo do Campo	nelson@pedroso.pro	(11) 4365-1976	http://www.agds.org.br
Associação Guardiã da Água – AGUA	São Paulo	agua@agua.bio.br	(11) 98684-6540	http://www.agua.bio.br
Associação Holística de Participação Comunitária Ecológica – AHPCE	Osasco	falecom@ahpce.org.br	(11) 2867-2773	http://www.ahpce.org.br
Associação Igtiba	São Paulo	contato@aguanajarra.com.br	(11) 98556-2884	http://www.aguanajarra.com.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Associação Jaguamimbaba para o Desenvolvimento Sustentável – AJADES	Cruzeiro	eliasadriano@ig.com.br	Não disponível	http://ajades.blogspot.com.br
Associação Mata Ciliar	Jundiaí	crisrina.adania@mataciliar.org.br	(11) 4815-5777	http://mataciliar.org.br
Associação Mucky de Proteção aos Primatas	Itu	coordenadora@projetomucky.org.br	(11) 4023-0143	http://www.projetomucky.org.br
Associação Nascentes	Botucatu	contato@nascentes.org.br	(14) 3880-7210	http://www.nascentes.org.br/portal
Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico	Campinas	gpgenesis@gmail.com	(11) 2729-9874	http://www.novoencanto.org.br
Associação OISCA Brasil	Jacareí	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Associação para Conservação das Aves do Brasil – Save Brasil	São Paulo	aves@savebrasil.org.br	(11) 3815-2862	http://www.savebrasil.org.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Associação para Proteção Ambiental de São Carlos – APASC	São Carlos	ilsevallilo@yahoo.com.br	(16) 3374-2653	http://www.apasc.org.br
Associação PARCEL	Bertioga	cassiacontinental@gmail.com	(13) 99778-7986	Facebook
Associação Parque Maracá	Guaíra	apama.org@gmail.com	Não disponível	Não disponível
Associação Paulista das Empresas de Tratamento e Destinação de Resíduos Urbanos – APETRES	São Paulo	clisol.santos@gmail.com	(11) 97899-3622	Não disponível
Associação Paulista de Consultores em Meio Ambiente – APCMA	São Paulo	Não disponível	(11) 3719-5502	Não disponível
Associação Plantando Paz na Terra	Campinas	associacao@plantandopaznaterra.org.br	Não disponível	http://www.plantandopaznaterra.org.br
Associação Plante Vida	Itobi	trogiani@yahoo.com.br	Não disponível	http://www.plantevida.com.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Associação Protetora dos Animais Silvestres de Assis – APASS	Assis	apass_ong@yahoo.com.br	(18) 98134-4527	http://www.apasspan.org.br
Associação Protetores do Amigo Bicho – PROAMBI	São José do Rio Preto	contato@proambi.org.br	Não disponível	Não disponível
Associação Reciclázaro	São Paulo	cido@reciclazaro.org.br	(11) 3871-5972	http://www.reciclazaro.org.br
Associação Santuário Ecológico Rancho Dos Gnomos – ASERG	Cotia	contato@ranchodosgnomos.org.br	(11) 4616-2703	http://www.ranchodosgnomos.org.br
Associação Socioambientalista Somos Ubatuba – ASSU Ubatuba	Ubatuba	contato@assu.org.br	Não disponível	http://www.assu.org.br
Associação Terceira Via	Joanópolis	gianmarco@terceiravia.org.br	(11) 4539-7405	http://www.terceiravia.org.br
Associação Tuim Proteção e Educação Ambiental – Tuim Ambiental	Santos	anipaty@yahoo.com.br	(13) 99102-5906	Não disponível

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Associação Universidade da Água – UNIAGUA	São Paulo	Não disponível	Não disponível	http://www.seloazul.org
Associação VERDEVER – Curadores da Terra	São Paulo	curadoresdaterra@gmail.com	(11) 3804-0571	http://www.curadoresdaterra.com.br
Associação Vidas Verdes de Estudos Ambientais – AVV	Parquera-Açú	avvmonitores@hotmail.com	(13) 3856-2272	Não disponível
Associação Viva O Centro	São Paulo	cristina@vivaocentro.org.br	(11) 3556-8999	http://www.vivaocentro.org.br
Autonomia Libertária	Cotia	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Catalisa – Rede de Cooperação para Sustentabilidade	São Paulo	Não disponível	(11) 4156-6758	http://www.catalisa.org.br
Centro de Amigos da Natureza – CAMIN	São José dos Campos	veassis@uol.com.br	(12) 3323-2473	Não disponível

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Centro de Estudos Ornitológicos – CEO	São Paulo	webmaster@ceo.org.br	(11) 99938-9949	http://www.ceo.org.br
Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada – COATI Jundiaí	Jundiaí	coati@coati.org.br	(11) 99694-6477	http://www.coati.org.br
Centro de Reabilitação de Animais Silvestres Associação Bichos da Mata	Itanhaém	faleconosco@bichosdamata.org.br	Não disponível	http://www.bichosdamata.org.br
Circuito Netas	São Paulo	lara@spaventura.com.br	(11) 4081-7755	http://www.circuitonetas.com.br
Clube dos Amigos da Natureza e da Ecologia – CANECO	Santo André	clubedeparanapiacaba@bol.com.br	(11) 99839-0927	Não disponível
Comissão de Defesa e Preservação da Espécie e do Meio Ambiente – CDPEMA	Guarulhos	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Conselho Brasileiro de Construção Sustentável	São Paulo	secretaria@cbcs.org.br	(11) 4191-0665	http://www.cbcs.org.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Conselho Nacional de Defesa Ambiental – CNDA	São Paulo	celina.adm@cnda.org.br	(11) 3168-7944	http://www.cnda.org.br
CPA Pe. Bello	São Paulo	pedagogico@cpa.org.b	(11) 2732-2222	http://www.cpa.org.br
Eco Associação para Estudos do Ambiente	São Paulo	Não disponível	Não disponível	Facebook
Ecoforça Pesquisa e Desenvolvimento – Ecoforça	São Bernardo do Campo	alejo@ecof.org.br	Não disponível	http://ecoforca.blogspot.com.br
Ecolmeia	São Bernardo do Campo	contato@ecolmeia.org.br	(11) 4330-8907	http://www.ecolmeia.org.br
Econg – Organização Não-Governamental de Defesa ao Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	Castilho	econgregional@yahoo.com.br	(18) 3741-3628	Não disponível
Ecophalt	Praia Grande	projetoecophalt@gmail.com	(13) 3026-7527	http://www.projetoecophalt.org

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Educação, Treinamento, Transformação, Informação e Comunicação Ambiental – Ettica	Santos	anaaugust@uol.com.br	(13) 3221-6242	Não disponível
Elo Ambiental	Vinhedo	elo@eloambiental.org.br	(19) 3876-1287	http://www.eloambiental.org.br
Entidade Ecológica dos Surfistas – ECOSURFI	Itanhaém	ecosurfi@ecosurfi.org	(13) 3426-8138	http://www.ecosurfi.org
Entidade Ecológica e Educacional do Vale do Paranapanema – ENVAPA	Assis	envapa@envapa.org.br	(18) 3321-2580	http://www.envapa.org.br
Entidade Ecológica Milênio Verde	São Paulo	mlenioverde@hotmail.com	Não disponível	www.ongmlenioverde.blogspot.com
Espaço de Formação Assessoria e Documentação – Espaço	São Paulo	espaco@espaco.org.br	(11) 5666-5407	http://www.espaco.org.br
Espeleo Clube de Avaré – ECA	Avaré	Não disponível	(14) 3722-0941	Não disponível

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Espeleo Clube de Rio Claro – EGRIC	Rio Claro	egric@bol.com.br	Não disponível	http://www.egricunesp.wordpress.com
Estação Eco Guanhanhã	Peruíbe	wradv@uol.com.br	(13) 3594-5971	Não disponível
Estação Luz	Ribeirão Preto	estacao.luz.rp@gmail.com	(16) 3636-8801	http://www.estacao luz.org
Florespi	Piracicaba	florespi@florespi.org.br	(19) 3434-2328	http://www.florespi.org.br
Fundação AlphaVille	Barueri	evelyn@alphaville.com.br	(11) 3030-5251	http://www.fundacaoalphaville.org.br
Fundação Cedic – Centro de Experimentação e Divulgação Científica	Atibaia	cedic@cedic.org.br	(11) 4413-4100	Não disponível
Fundação Christiano Rosa – FCR	Piquete	fundacaochristianorosa@bol.com.br	(12) 3156-1192	Não disponível

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas	São Paulo	central@fundespa.org.br	(11) 3816-2737	http://www.fundespa.org.br
Fundação Espaço Eco	São Bernardo do Campo	espacoeco@basf.com	(11) 2349-3000	http://www.espacoeco.org
Fundação Fórmula Cultural	Pindamonhangaba	diretoria@formulacultural.org.br	(11) 3853-1556	http://www.formulacultural.org.br
Fundação Lymington	Juquitiba	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Fundação SOS Mata Atlântica	São Paulo	restauracao.educacao@sosma.org.br	(11) 3262-4088	http://www.sosma.org.br
Gaivotas Educação Ambiental Ecoturismo	São Paulo	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Green Building Council Brasil	Barueri	cezarvb@gbcbrazil.org.br	(11) 4191-7805	http://www.gbcbrazil.org.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Grupo de Ação e Estudos Ambientais	Amparo	projetos@gaea.org.br	(19) 3807-1230	http://www.gaea.org.br
Grupo de Ação Verde – GAV	Jundiaí	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Grupo Ecológico Água – GEA	Socorro	geaceli@hotmail.com	(19) 99439-3156	Facebook
Grupo Ecológico Amigos do Ciclismo	São Caetano do Sul	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Grupo Ecológico de Conscientização Ambiental – GECA	Taubaté	matpoder@ig.com.br	(12) 3025-3620	Não disponível
Grupo Ecológico Nascentes do Tietê – GENT	Salesópolis	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Grupo Ecológico Nativverde – GEN	São José do Rio Pardo	Não disponível	(19) 3608-4791	Não disponível

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Grupo Ecológico Olho D'Água	Mococa	contato@grupoecologicoolhodagua.org	(19) 3656-3199	http://www.grupoecologicoolhodagua.org
Grupo Eré – Centro de Estudos e Ações Sociais, Culturais e Ambientais	São Paulo	grupoere@grupoere.org	(11) 2995-4404	http://www.grupoere.org
Grupo Pró-Terra	Guararema	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Historiarte Associação Cultural e Educacional	São Paulo	info.historiarte@gmail.com	(11) 97335-3956	http://www.historiarte.org.br
IBDE do Brasil Meio Ambiente	Mauá	ambiente.ibdedobrasil@gmail.com	(11) 3421-0915	http://ibdeambiental.zip.net
In-Pacto – Instituto de Proteção Ambiental Cotia/Tietê Oeste	Cotia	Não disponível	(11) 9979-6729	Não disponível
Instituto Acqua	Ribeirão Pires	cassia.rodrigues@institutoacqua.org.br	(11) 4823-1800	http://www.institutoacqua.org.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Instituto Águas Do Prata – IAP	Campos do Jordão	iap1@terra.com.br	(12) 3662-5768	http://www.iapbrasil.org
Instituto Akatu	São Paulo	katia.arima@akatu.org.br	(11) 3179-1170	http://www.akatu.org.br
Instituto Albatroz – IA	Santos	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Instituto Ambiental e Cultural Terra Azul – IACTA	Guarulhos	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Instituto Ambiental Vidágua	Bauru	contato@vidagua.org.br	(14) 3281-2633	http://www.vidagua.org.br
Instituto Ambiente Vivo – IAV	São Paulo	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IA-RBMA	São Paulo	cnrhma@uol.com.br	Não disponível	http://www.rbma.org.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Instituto Argonauta para a Conservação Costeira e Marinha – IAPACCM	Ubatuba	institutoargonauta@uol.com.br	(12) 3833-4863	www.institutoargonauta.org
Instituto Árvore da Vida – IAV	Campinas	Não disponível	(19) 99454-4933	http://institutoarvoredavida- iav.blogspot.com.br
Instituto Baraeté	São Paulo	baraete@institutobaraete.org	(11) 5561-6047	http://www.institutobaraete.org
Instituto Bicho Preguiça	Ubatuba	Não disponível	(12) 99732-3322	Não disponível
Instituto Bioleo de Desenvolvimento Sustentável	São Paulo	contato@bioleo.org.br	(11) 3845-7292	http://bioleo.org.br
Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza – IBDN	São Paulo	ibdn@ibdn.org.br	(11) 2097-9783	http://www.ibdn.org.br
Instituto Brasileiro de Defesa Do Consumidor – IDEC	São Paulo	coex@idec.org.br	(11) 3874-2150	http://www.idec.org.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Instituto Brasileiro de Educação para a Vida – IBEV	Rio Claro	ivana.ibev@gmail.com	Não disponível	http://www.ibev.org
Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental – PROAM	São Paulo	proam@proam.org.br	(11) 3032-4481	http://www.proam.org.br
Instituto Caá-Oby de Análises e Protagonismo Socioambiental	Santos	caaoby@caaoby.org.br	(11) 97475-6452	http://www.caaoby.org.br
Instituto Chão Verde – ICV	Franco da Rocha	icv.brasil@hotmail.com	(11) 4811-7069	Não disponível
Instituto Costa Brasilis – Desenvolvimento Sócio-Ambiental	São Paulo	denadai@costabrasilis.org.br	(11) 3714-8477	http://www.costabrasilis.org.br
Instituto da Árvore	Ubatuba	ragrilo@terra.com.br	(12) 3833-7701	http://institutodarvore.blogspot.com.br
Instituto da Consciência Ambiental – INCA	Piracicaba	ong_inca@hotmail.com	(19) 99690-3715	http://onginca.wordpress.com

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Instituto de Biologia Marinha e Meio Ambiente – IBIMM	São Paulo	ibimm@ibimm.org.br	(11) 2682-9489	http://www.ibimm.org.br
Instituto de Desenvolvimento Ambiental Sustentável – IDEAS	Capão Bonito	comunicacao@portalideas.org.br	(15) 3542-3609	http://portalideas.org.br
Instituto de Desenvolvimento, Logística, Transporte e Meio Ambiente – IDELT	São Paulo	idelt@idelt.org.br	(11) 3068-6868	http://idelt.org.br
Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental – 5 Elementos	São Paulo	monicab@5elementos.org.br	(11) 3871-1944	http://www.5elementos.org.br
Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde	Taquaritinga	contato@planetaverde.org.br	(16) 3253-3500	http://www.planetaverde.org.br
Instituto de Energia e Meio Ambiente – IEMA	São Paulo	energiaeambiente@energiaeambiente.org.br	(11) 3476-2850	http://www.energiaeambiente.org.br
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) ONG Taipal	Piedade	miyojim@gmail.com	(15) 3244-4209	http://ipdtaipal.blogspot.com.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – IEPÉ	São Paulo	iepe@institutoiepe.org.br	(11) 3746-7912	http://www.institutoiepe.org.br
Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE	Nazaré Paulista	ipe@ipe.org.br	(11) 4597-1327	http://www.ipe.org.br
Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais – IPESA	São Paulo	contato@ipesa.org.br	(11) 2985-2385	http://www.ipesa.org.br
Instituto de Reciclagem do Adolescente	São Paulo	reciclar@reciclar.org.br	(11) 3768-3607	www.reciclar.org.br
Instituto Dom Bosco	São Paulo	bete@idb.org.br	(11) 3329-7999	http://idb.org.br
Instituto e Ação Cultural e Ecológica – IACE	São Paulo	Não disponível	(11) 6864-4243	Não disponível
Instituto ECOAR para a Cidadania	São Paulo	miriam@ecoar.org.br	(11) 3129-5765	http://www.ecoar.org.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Instituto EcoFaxina	Santos	ecofaxina@gmail.com	(13) 3301-2391	http://www.institutoecofaxina.org.br
Instituto Ecofuturo – Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	São Paulo	parquedasneblinas@ecofuturo.org.br	(11) 3503-9710	http://www.ecofuturo.org.br
Instituto Ecológico e de Proteção aos Animais – IEPA	São José dos Campos	iepa@iepa.org.br	(12) 99713-5794	http://iepanews.blogspot.com.br
Instituto Ecológico e Sócio-Ambiental Homem & Natureza – IH&N	São Caetano do Sul	institutohomemenatureza@gmail.com	(11) 3483-6336	Facebook
Instituto Educa Brasil – IEB	São Paulo	paulodorego@institutoeducabrazil.org.br	(11) 3892-2763	http://www.institutoeducabrazil.org.br
Instituto Ekos Brasil	São Paulo	instituto@ekosbrasil.org	(11) 5505-6371	http://www.ekosbrasil.org
Instituto ESTRE	Paulínia	muralsp@institutoestre.org.br	Não disponível	http://www.institutoestre.com.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Instituto Fama	São Paulo	contato@institutofama.org.br	(11) 5508-1181	http://institutofama.org.br
Instituto Floravida	Botucatu	simonebressan@floravida.org.br	(14) 3815-4255	http://www.floravida.org.br
Instituto Foco	Mairiporã	instfoco@gmail.com	(11) 4485-4061	http://www.ecofotografias.fot.br/instituto-foco
Instituto Gea – Ética e Meio Ambiente	São Paulo	institutogea@uol.com.br	(11) 3058-1088	http://www.institutogea.org.br
Instituto Giramundo Mutuando	Botucatu	diretoriageral@mutuando.org.br	(14) 3354-7868	http://mutuando.org.br
Instituto Gondwana – IGOND	São Sebastião	institutogondwana@yahoo.com.br	(12) 3867-2569	http://www.gondwana.org.br
Instituto Guatambu de Cultura – IGC	Mairiporã	guatambu@guatambu.org	(11) 4485-2373	http://www.guatambu.org

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Instituto Harmonia na Terra	Cotia	Não disponível	(11) 97621-9710	http://www.harmonianaterra.org.br
Instituto Ilhabela Sustentável	Ilhabela	contato@nossailhamaibela.org.br	(12) 3896-3015	http://www.nossailhamaibela.org.br
Instituto Itapoty	Itatinga	juliana@itapoty.org.br	(14) 3848-1484	http://www.itapoty.org.br/2010/instituto.asp
Instituto Jatobás	Pardinho	institutojatobas@institutojatobas.org.br	(11) 3473-4554	http://www.institutojatobas.org.br
Instituto Jequitibá	Campinas	institutojequitiba@gmail.com	(19) 98158-5375	Não disponível
Instituto Laje Viva	Santos	faleconosco@lajeviva.org.br	(13) 97815-0800	http://www.lajeviva.org.br/port
Instituto LASSUS	Iguape	alycosta@lassus.org.br	(13) 98142-7939	http://institutolassus.wordpress.com

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Instituto MAIS	São Paulo	institutomais@institutomais.org	(11) 3257-9660	http://www.institutomais.org
Instituto MARAMAR	Santos	fabricio@institutomaramar.org.br	(13) 2202-8506	http://www.institutomaramar.org.br
Instituto Mata Nativa – MN	Cajamar	matanativa@matanativa.org.br	(11) 4447-2205	http://www.matanativa.org.br
Instituto Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Proteção Ambiental – INDESPA	São Paulo	Não disponível	(11) 5083-1967	Não disponível
Instituto Nacional de Preservação Ambiental – INPA	São Paulo	inpa@inpa.org.br	(11) 2642-7039	http://www.inpa.org.br
Instituto Neotropica	São Paulo	neotropica@neotropica.org.br	Não disponível	http://www.neotropica.org.br
Instituto O Direito por um Planeta Verde	São Paulo	planetaverde@planetaverde.org	(11) 5575-4255	http://www.planetaverde.org

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Instituto Oikos de Agroecologia	Lorena	oikos@institutooikos.org.br	(12) 3153-2368	http://www.institutooikos.org.br
Instituto para Conservação dos Carnívoros Neotropicals – Pró-Carnívoros	Atibaia	procarnivoros@procarnivoros.org.br	(11) 4411-6966	http://www.procarnivoros.org.br
Instituto Para Desenvolvimento Ambiental Tecnológico – Lotus	São Paulo	lotusambiental@lotusambiental.org.br	(11) 3499-7384	http://www.lotusambiental.org.br
Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira – IDESC	Registro	idesc@idesc.org.br	(13) 3822-2787	http://www.idesc.org.br
Instituto Pau Brasil de História Natural	Arujá	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Instituto pela Revitalização da Cidadania – RECIVITAS	São Paulo	recivitas@recivitas.org.br	(11) 5548-3908	http://www.recivitas.org.br
Instituto Physis Cultura & Ambiente	São Paulo	Não disponível	(11) 5575-6001	Não disponível

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Instituto Planeta Azul – IPA	São Paulo	Não disponível	(11) 3044-0329	Não disponível
Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental Planeta Terra	Itapeva	celia_pedroso@yahoo.com.br	(15) 3521-3077	Facebook
Instituto Putzgrila	São Paulo	contato@putzgrila.org.br	Não disponível	http://www.putzgrila.org.br
Instituto Recicle Milhões de Vidas – IRMV	São Paulo	institutorecicle@institutorecicle.org.br	(11) 5549-9807	http://www.institutorecicle.org.br
Instituto Refloresta	São Paulo	refloresta@refloresta.org.br	(11) 2574-1626	http://www.refloresta.org.br
Instituto Sagatiba	São Paulo	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Instituto Serrano Neves – ISN	Pindamonhangaba	Não disponível	Não disponível	http://www.serrano.neves.com.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Instituto Socioambiental – ISA	Registro	ivy@socioambiental.org	(13) 3871-1697	http://www.socioambiental.org
Instituto Supereco	São Paulo	comunicacao@supereco.org.br	(11) 3578-8887	http://www.supereco.org.br
Instituto Terra & Mar	São Paulo	contato@terraemar.org	Não disponível	http://www.terraemar.org
Instituto Trata Brasil	São Paulo	rubens.filho@tratabrasil.org.br	(11) 3021-3143	http://www.tratabrasil.org.br
Instituto Triângulo	Santo André	faleconosco@triangulo.org.br	(11) 4428-2812	http://www.triangulo.org.br
Instituto Vale das Garças – IVG	Campinas	contato@institutovaledasgarças.org.br	(19) 3287-5234	http://www.institutovaledasgarças.org.br
Instituto Verdescola	São Paulo	verdescola@verdescola.org.br	(11) 3038-4300	http://www.verdescola.org.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Instituto Via Viva	São Paulo	viaviva@viaviva.org.br	(11) 3032-3588	http://www.viaviva.org
Instituto Viver Sorocaba	Sorocaba	vladimir_iviso@yahoo.com.br	Não disponível	Facebook
International Paper	São Paulo	leandra.leite@ipaperbr.com	0800 70 300 70	http://www.internationalpaper.com/BRAZIL/EN
Instituto Terra, Meio Ambiente e Inclusão Social – IT+	São Paulo	Não disponível	Não disponível	http://itmais.org.br
Jardim Botânico Plantarum	Nova Odessa	vanessa@plantarum.org.br	(19) 3466-5587	http://www.plantarum.org.br
Kouprey Amigos dos Santuários de Animais – KASA	São Paulo	elias@kasa.org.br	(11) 5054-3189	http://www.kasa.org.br
Mata'dentro Ecoturismo (Alaya Ecoturismo)	Brotas	brotas@alaya.com.br	(14) 3653-5656	http://www.alaya.com.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
MONGUE Proteção ao Ecossistema Costeiro	Peruíbe	pliniomelo10@gmail.com	(13) 3457-1004	http://www.mongue.org.br
Mountarat Associação de Proteção Ambiental – Mountarat	Santo André	montarate@uol.com.br	(11) 4994-1601	Não disponível
Movimento Ambiental de Gestão e Organização Social – MAGOS	Ribeirão Pires	contato@magosambiental.org.br	(11) 99305-6400	Não disponível
Movimento Amparo Ecológico – MAE Natureza	Barra Bonita	ongmaenatureza@gmail.com	(14) 3641-3425	http://www.maenatureza.org.br
Movimento em Defesa da Granja Viana – MDGV	Carapicuíba	mdgy@globomail.com	(11) 7880-0241	http://www.granjaviana.blogspot.com
Movimento em Defesa da Vida – MDV	Diadema	Não disponível	(11) 97644-1205	Não disponível
Mundo Verde Proteção Ambiental	São Bernardo do Campo	Não disponível	Não disponível	Não disponível

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
New World Green	São Paulo	contato@nwgbrasil.org.br	(11) 3744-6234	http://www.nwgbrasil.org.br
Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia – NAPRA	São Carlos	comunicacao@napra.org.br	Não disponível	http://www.napra.org.br
Núcleo de Estudos de Direito Ambiental de Jundiaí – NEDAJ	Jundiaí	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Núcleo Ecológico de Cubatão – NEC	Cubatão	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Núcleo Internacional de Educação e Gestão Ambiental – NIEGA	São Paulo	niega.brasil@gmail.com	(11) 3926-3566	http://www.niega.org.br
ONG Comunidade – Cooper 3R Rio Mogi Guaçu	Mogi Guaçu	Não disponível	Não disponível	Não disponível
ONG Árvores Centenárias	Campinas	arvorescentenarias@sulstyleist.com	(11) 5341-0021	Facebook

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
ONG de Preservação Ambiental Águas do Serrote – Águas do Serrote	Duartina	Não disponível	(14) 3282-1100	Não disponível
ONG Mirim – Defensores dos mananciais	Jundiaí	emaziero@jundiai.sp.gov.br	(11) 4584-2897	http://www.ongmirimddm.blogspot.com.br
ONG Nossa Tribo	São Paulo	Não disponível	(11) 3868-1505	http://www.nossatribo.org.br
ONG Ramudá – Ramos que brotam em tempos de mudança	São Carlos	ramuda@ramuda.org	(16) 3371-9791	http://ongramuda.blogspot.com.br
ONG Rio Vivo	Brotas	fabio.marques@agenciabwm.com.br	(14) 3653-5282	http://www.movimentoriovivo.zip.net
ONG SAI Ubatuba	Ubatuba	atendimentosai@itamambuca.org.br	(12) 3845-1098	http://www.itamambuca.org.br
ONG Trevo	São Paulo	trevo@trevo.org.br	(11) 2061-3867	http://www.trevo.org.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Organização Ambientalista AMAINAN Brasil	Sorocaba	Não disponível	(15) 3222-0013	Não disponível
Organização Bio-Bras – OBB	Mogi das Cruzes	nadja@biobras.org.br	(11) 4799-8199	Facebook
Organização Comunidade Ambiente Sustentável – OCAS	Cordeirópolis	joaquim_dutra2@hotmail.com	(19) 3546-2080	Facebook
Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental – AMA-Brasil	São Paulo	luiz@amabrasil.org.br	(11) 3168-6260	http://www.amabrasil.org.br
Organização Não-Governamental – ANGICO	Cajobi	rubens.marcelo@gmail.com	(17) 3563-1626	Não disponível
Origem – Associação Ambientalista De Marília	Marília	luizlemepesquisa@gmail.com	(14) 3432-4175	http://www.ongorigem.org.br
Oxigênio	São Paulo	adm@oxigenio.org.br	(11) 3051-3420	http://www.oxigenio.org.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Pé de Planta	Sorocaba	vitor@pedeplanta.eco.br	(15) 3346-3090	http://pedeplanta.eco.br
Pela Vida Pela Paz Movimento em Defesa de Ubatuba – MDU	Ubatuba	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Pira 21 – Piracicaba Realizando o Futuro	Piracicaba	contato@pira21.org.br	(19) 3422-7371	http://www.pira21.org.br
Poluição Zero – PZ	Araçatuba	poluicaozero@gmail.com	(18) 3621-7701	http://pzambiental.wix.com/poluicaozero
Proaqua – Produção Aquática, Preservação Ambiental e Educação	São Carlos	proaqua@proaqua.org.br	(16) 3271-5726	http://www.proaqua.org.br
PROGER	São Paulo	projetosgeracoes@ig.com.br	(11) 2948-1513	Não disponível
Programa da Terra – Assessoria, Pesquisa e Educação Popular no Meio Rural – PROTER	Registro	programadaterra@uol.com.br	(13) 3821-6983	Não disponível

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Projeto Biopesca	Praia Grande	contato@biopesca.org.br	(13) 3473-5414	http://www.biopesca.org.br
Projeto Pérola	Sorocaba	viviane.goncalves@perola.org.br	(15) 3222-1234	http://www.perola.org.br
Projeto Semente	Itapevi	fernandopapa@projeto-semente.org.br	(11) 4321-4300	http://www.projeto-semente.org.br
Projeto TAMAR	Ubatuba	tamaruba@tamar.org.br	(12) 3832-6202	http://www.tamar.org.br
Radical Green	São Paulo	contato@radicalgreen.org	(11) 2369-0274	http://www.radicalgreen.org
Recicla Mundo	São Paulo	sandranascim1@gmail.com	(11) 96654-7800	http://www.reciclamundo.org.br
Rede Sol	São Paulo	tales.redesol@gmail.com	Não disponível	http://redesol.yolasite.com

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Renovatec	Bertioga	contato@renovatec.org.br	(11) 5908-4000	http://www.renovatec.org.br
Salva Vidas Mirim – Sociedade Civil	São Paulo	Não disponível	Não disponível	Não disponível
SerrAcima Associação de Cultura e Educação Ambiental	Cunha	serracima@serracima.org.br	(12) 3111-1744	http://www.serracima.org.br
Sociedade Brasileira de Espeleologia – SBE	Campinas	secretaria@cavernas.org.br	(19) 3296-5421	http://www.sbe.com.br
Sociedade de Defesa Regional do Meio Ambiente – SODERMA	Ribeirão Preto	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Sociedade de Defesa, Preservação e Conservação do Meio Ambiente Tamburi – Sociedade Tamburi	Ribeirão Preto	sociedadetamburi@yahoo.com.br	(16) 3975-7125	http://sociedadetamburi.blogspot.com.br
Sociedade de Preservação do Meio Ambiente – SUPREMA	Holambra	geraldo@hc2solucoes.com.br	(19) 3802-1057	Facebook

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Sociedade dos Passaricultores e Embu Guaçu e região – SPEGRE	Embu-Guaçu	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Sociedade Ecológica Amigos de Embu – SEAE	Embu	contato@seaembu.org	(11) 4781-6837	Não disponível
Sociedade Ecológica de Osasco	Osasco	seosasco@uol.com.br	(11) 3686-7111	http://sociedadecologicaosasco.wordpress.com
Sociedade Ecológica De Santa Branca – SESBRA	São Paulo	Não disponível	(11) 3088-2562	Não disponível
Sociedade Humana Despertar – SHD	Sumaré	ambiental@shd.org.br	(19) 3828-9494	http://www.shd.org.br
Sociedade Ibiré	Ribeirão Preto	Não disponível	(16) 99232-1565	Não disponível
Sociedade para Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba – SODEMAP	Piracicaba	katiadelmonte@bol.com.br	Não disponível	Não disponível

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
SOS Cuesta de Botucatu	Botucatu	soscuesta@soscuesta.org.br	(14) 3815-2802	http://www.soscuesta.org.br
Sos Manancial – SOSMAR	São Paulo	sosmanancial@uol.com.br	(11) 3885-1490	http://www.sosmanancial.org.br
SOS Peace	São Paulo	portal@sospeace.org.br	(11) 98766-2425	http://www.sospeace.org.br
SOS Praias Brasil	São Paulo	sospraiasbrasil@gmail.com	Não disponível	http://www.sospraiasbrasil.org.br
SOS Rio Dourado	Lins	alessandra@ceteclins.com.br	(14) 3533-3263	Facebook
The Green Initiative – TGI	São Paulo	contato@iniciativaverde.org.br	(11) 3647-9293	http://www.iniciativaverde.org.br
Unavale – UMA	Taubaté	unavale@gmail.com	(12) 3432-1727	www.unavale.org

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Continuação)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
União dos Escoteiros do Brasil	São Paulo	sustentabilidade@escoteiros.org.br	(11) 3237-1588	http://www.escoteiros.org
União Pró Jaú – UPJ	Jaú	ong.projau@gmail.com	Não disponível	http://ongprojau.blogspot.com.br
União Sanjoanense de Proteção aos animais – USPA	São João da Boa Vista	uspanimais@gmail.com	(19) 99131-2498	http://www.uspa.org.br
Vale Verde – Associação de Defesa do Meio Ambiente	São José dos Campos	valeverde@valeverde.org.br	(12) 3921-6199	Não disponível
Vento em Popa	São Paulo	vep@ventoempopa.org.br	(11) 3864-2741	http://www.ventoempopa.org.br
Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz	São Paulo	rborn@vitaecivilis.org.br	(11) 4686-1814	http://www.vitaecivilis.org.br
Vivamar	São Paulo	vivamar@vivamar.org.br	(11) 5093-8362	http://www.vivamar.org.br

Anexo 1 – Quadro 1. Organizações levantadas na pesquisa e seus contatos

(Conclusão)

Nome da Organização	Município	Correio eletrônico (E-mail)	Telefone	Sítio eletrônico (Site)
Zeladoria do Planeta do Brasil – ZPB	São Paulo	zpb@zpb.org.br	(11) 97763-1000	http://www.zpb.org.br

Anexo 2 – Quadro 2. Objetivos das ações em Educação Ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas

(Continua)

Nome da organização	Trechos da entrevista ou do sítio eletrônico ¹⁶
Associação Barco Escola da Natureza	Sensibilizar crianças, jovens e adultos em relação a atual situação de degradação ambiental encontrada no Reservatório de Salto Grande, relacionando-a com a problemática ambiental nacional e planetária.
	Introduzir e discutir conceitos de: bacias hidrográficas, reservatórios, usos múltiplos da água, mata ciliar, consumo consciente e responsabilidade social.
	Discutir o processo de perda da qualidade e quantidade das águas do Reservatório e as consequências para a população local e regional.
	Oferecer subsídios para o desenvolvimento de um cidadão consciente do ambiente total, preocupado com os problemas associados a este, e que propriedade e disponibilidade para atuar como defensor da preservação da natureza.
	Promover a integração do ser humano com a natureza.
	<i>“a gente vai falar de água, a gente vai falar de resíduo, de mata. Com o pessoal mais velho a gente busca trabalhar temas mais complexos, como sustentabilidade, consumo sustentável, agroecologia”.</i>
Associação Poluição Zero	<i>“Sensibilizar população em geral sobre os problemas ambientais causados pelo descarte irregular do lixo eletrônico”.</i>
	<i>“Despertar através de ações variadas a necessidade da preservação ambiental”.</i>
Movimento de Amparo Ecológico – MAE Natureza	<i>“(...) o foco é tratar sobre os cuidados que a gente tem que ter com a água”.</i>
	<i>“(...) com escolas ou com nosso passageiro comum, as viagens [no barco] são sempre narradas. É um cuidado que a gente sempre teve pra despertar nas pessoas o interesse pela preservação. Mostrar que nossos rios precisam ser preservados”.</i>
	<i>“É preciso conhecer, para depois amar e depois preservar”.</i>
	<i>“Eu não acredito em educação ambiental feita entre quatro paredes – é preciso inovar”.</i>
	Estimular as práticas de uso racional da água.
	Promoção de atividades de educação ambiental, do fortalecimento da capacitação institucional das organizações não-governamentais, que permitem à sociedade gerir sustentavelmente os recursos naturais em que se apoia a vida.
	Estímulo, do reconhecimento e da valorização das iniciativas que visem o crescimento e o desenvolvimento conservacionistas.
	Estímulo à redução da poluição e do desperdício de recursos.
	Promoção da conscientização da população para a necessidade de conservar a natureza.
	Fomento do uso sustentável dos recursos naturais, para promover o desenvolvimento econômico e social.
	Executar e apoiar iniciativas que visam à conservação e o desenvolvimento sustentável dentro dos biomas terrestre e marinho.

¹⁶ Apresentamos entre aspas e em itálico os trechos retirados diretamente das entrevistas; consultamos, também, os sítios eletrônicos das organizações, elencados no estilo normal e sem aspas.

Anexo 2 – Quadro 2. Objetivos das ações em Educação Ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas

(Continuação)

Nome da organização	Trechos da entrevista ou do sítio eletrônico
Instituto Floravida	<i>"(...) o objetivo geral é a sensibilização. Como eu tenho pouco tempo com esses grupos, eu não consigo fazer muita coisa."</i>
	<i>"aqui, nessa visita, se procura resgatar essa relação com a natureza."</i>
	<i>"o próprio consumidor-gerador de resíduo precisa entender a responsabilidade dele."</i>
	<i>"A ação do Floravida, a educação ambiental, é nesse sentido, que o poder público sempre nos convida, nos chama pra gente vir antes preparando, fazendo um trabalho de informar, sensibilizar, conscientizar, pra que na hora que o processo passe a acontecer, essas pessoas estejam preparadas [implantação do processo de coleta seletiva no município]."</i>
Instituto ELO	<i>"A questão da educação ambiental, no fundo, não podia ser uma coisa específica no nosso trabalho. A gente não acha que 'Vamos agora fazer educação ambiental agora'. Tudo é educação ambiental. Porque tudo que trata das condições de vida do ser humano na sua relação com o planeta tem que ser com esse ponto de vista."</i>
	<i>"Tudo tem que ser, de alguma maneira, dentro desse espírito do entendimento do que cabe nas relações humanas e na relação com o planeta. Essa que é a nossa visão de mundo."</i>
Instituto Jequitibá	<i>"A gente prevê formar agentes ambientais. São pessoas que vão conhecer os problemas, vão saber diagnosticar os problemas, vão saber não causar esses problemas, e saber mostrar pra sociedade."</i>
ONG Árvores Centenárias	<i>"O objetivo [do curso organizado pela ONG] é justamente a preservação. Porque, para nós, o que importa: nós não vamos ter tempo. O que está acontecendo hoje com a atmosfera, que é falta de água e oxigênio, não adianta plantarmos árvores pequenas (...)."</i>
	<i>"Sustentabilidade você não pode levar em consideração o seu quintal, sua cidade, seu país, é global. Se não for global, você não está falando uma linguagem atual do que está acontecendo."</i>
ONG Caminho Vede	<i>"O objetivo da nossa ONG é a proteção da Serra dos Cristais, Japí e região."</i>
	<i>"Os objetivos são que as pessoas realmente se engajem na causa ambiental, que elas percebam a realidade, principalmente do projeto 'Onde eu moro'. (...) que eles percebam o quanto a ação de cada um é importante na recuperação, preservação e defesa do meio ambiente onde a gente vive."</i>
Organização Comunidade Ambiente Sustentável – OCAS	A OCAS – Organização Comunidade Ambiente Sustentável é uma ONG criada com o objetivo de proteger o meio ambiente – fauna e flora.
	<i>"A conscientização ambiental e a formação são os objetivos [para se dar continuidade no programa desenvolvido pela ONG]."</i>
SerrAcima Associação De Cultura e Educação Ambiental	Apoiar o desenvolvimento rural sustentável em seus aspectos ambientais (recuperação da Mata Atlântica), econômicos (geração de renda para o agricultor familiar) e sociais (combate ao êxodo rural).
	<i>"Acreditava-se que a agroecologia atenderia essa demanda porque, além de preservar ambientalmente o lugar, ele envolvia mão de obra familiar e a questão da economia solidária para comercialização, acesso a políticas públicas via PNAE, geração de renda às famílias e, principalmente, a conservação do meio ambiente através da agroecologia."</i>

Anexo 2 – Quadro 2. Objetivos das ações em Educação Ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas

(Continuação)

Nome da organização	Trechos da entrevista ou do sítio eletrônico
SerrAcima Associação De Cultura e Educação Ambiental	<i>“A ideia era desenvolver a comunidade em prol do trabalho com as mulheres. E esse trabalho envolvia a questão da produção de alimentos, de hortaliças, principalmente.”</i>
Sociedade de Preservação do Meio Ambiente – SUPREMA	<i>“Nosso objetivo é formar uma nova consciência nos educadores.”</i>
Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental Planeta Terra	<i>“Quando nós iniciamos, no primeiro ano, nós estávamos trabalhando o social. Mas, aí nós vimos que não era legal o social porque na nossa região o meio ambiente era muito agredido, muito prejudicado, destruído.”</i> <i>“Então, a educação ambiental é pra isso: trabalhar com as crianças, jovens e adultos para resgatar o meio ambiente.”</i>
Associação Terceira Via	<i>“Quando a comunidade olha, se organiza, e trabalha, propõe soluções para o problema, você prepara tanto a comunidade quanto o poder público para sentar, dialogar e resolver o problema, aí muda. Fica um ambiente um pouco mais seguro pros dois lados (...), de possibilidade de realização.”</i> <i>“Quando a gente fez o trabalho no Coletivo Mantiqueira, (...) a gente estava trabalhando percepção ambiental, problema ambiental, conscientização, tomada de consciência pelo homem, ecologia profunda (...). na prática, a gente não conseguia perceber transformação. A gente não estava transformando nada.”</i>
Associação Terceira Via	<i>“Quando a comunidade olha, se organiza, e trabalha, propõe soluções para o problema, você prepara tanto a comunidade quanto o poder público para sentar, dialogar e resolver o problema, aí muda. Fica um ambiente um pouco mais seguro pros dois lados, uma zona de menos conflito e, portanto, de possibilidade de realização.”</i> <i>“Porque, aquele negócio do ‘vai lá, conscientiza e espera que um dia aconteça’ é muito lento... Eu brincava: esse modelo de educação ambiental quase que não serve pra nada se a gente não empoderar, não der ferramentas para um segundo degrau de realização, que comprometa tanto a comunidade quanto o poder público.”</i> <i>“Esses projetos (de educação ambiental) estão focando comunidades. (...) A ideia é formar lideranças comunitárias.”</i> <i>“Promover a cooperação entre comunidade e instituições para que possam garantir a realização de seu pleno direito ao desenvolvimento econômico, humano, natural e socialmente sustentável.”</i>
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Ecológico e de Assistência Social – IBDE do Brasil Meio Ambiente	<i>“(...) a ONG tem como seu objetivo principal a promoção do bem-estar socioambiental das pessoas e do planeta, assegurando assim a dignidade e uma vida socialmente justa e ambientalmente equilibrada que todo cidadão tem por direito.”</i> <i>“O IBDE vem desenvolvendo projetos educativos que integram a comunidade e o meio ambiente, agindo como um facilitador no processo de construção de um modelo de sociedade e vida sustentáveis.”</i>
Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE	<i>“Ele é um projeto cujo o tema central é a restauração florestal.”</i> <i>“Então a gente precisa preparar uma atividade, trabalhar esse tema com a comunidade, fazê-los entender a importância da mata, a relação da floresta com a água, com a conservação da qualidade da água do reservatório.”</i>

Anexo 2 – Quadro 2. Objetivos das ações em Educação Ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas

(Continuação)

Nome da organização	Trechos da entrevista ou do sítio eletrônico
Organização Bio-Bras – OBB	<i>“(...) objetiva a mudança de comportamento e melhoria na qualidade do ambiente.”</i> <i>“Trabalha com a recuperação e gestão da bacia do Tietê.”</i>
Instituto Plantarum	<i>“O que a gente fez pra que toda a pessoa que viesse aqui [no Jardim Botânico] tivesse uma educação ambiental: a gente não tem lixeiras dentro do jardim; o lixo é seu, carregue-o consigo, por favor.”</i> <i>“A gente procura salientar as ações positivas do meio ambiente. O que você pode fazer, o que você ganha cuidando do meio ambiente? Então, a gente sempre salienta isso (...) Por que a gente tem que cuidar do meio ambiente, o que o meio ambiente influencia na sua vida?”</i>
Associação Vidas Verdes de Estudos Ambientais – AVV	<i>“Os objetivos envolveram também essa questão cultural (nós temos duas aldeias indígenas aqui no nosso município).”</i> <i>“A AVV resolveu focar nessa questão de trabalhar essa consciência justamente para manter esse ambiente do jeito que está pra gente, no futuro, viver basicamente do turismo, que é o foco principal do nosso trabalho, também.”</i> <i>“A nossa organização foi criada para trabalhar com a questão do turismo. Só que, no começo das atividades, a gente viu que essa parte de meio ambiente é foco do que os turistas buscam aqui. A questão da preservação do meio ambiente, que hoje nossa região é muito bem preservada. E a gente não tinha uma consciência tão grande desse alunos, dessas pessoas da região mesmo, sobre a questão da preservação.”</i>
Associação de Recuperação Florestal do Médio Tietê – Flora Tietê	<i>“Nós criamos uma trilha com animais confeccionados em concreto, da nossa fauna, em torno de 26 animais, e por um sistema de som eles conversam com as crianças. Então, eles passam pra elas um pouco da descrição de cada um, emite o som, explica porque eles estão em extinção, o que as pessoas podem fazer para reverter esse quadro.”</i> <i>“Nosso objetivo principal é colocar na cabeça das crianças essa conscientização da importância em se preservar as nossas florestas e os animais.”</i> <i>“(...) mostrar pra elas [as crianças] a importância das árvores e da fauna.”</i>
Associação Amigos da Lagoa do Santa Rosa e Meio Ambiente	<i>“O objetivo é conquistar o bairro primeiro. Aí, depois, conquistar a cidade criando modelos de projetos (...). A gente vai oferecer pra cidade uma coisa chamada turismo alternativo.”</i> <i>“Nesse turismo alternativo, há levantamento de fauna, de flora, aí você trabalha a educação ambiental (...). Aí sim, a gente vai reivindicar uma área [apontou a área da lagoa] que a gente vai querer que seja um horto.”</i>
Ecophalt	<i>“Inicialmente, a nossa intenção na nossa ONG é a logística reversados pneus inservíveis. Enquanto o sistema não é implantado na cidade, nós estamos realizando um trabalho de conscientização.”</i> <i>“Então, nosso foco é este: a educação ambiental nas escolas e nas comunidades [com o objetivo de] mostrar a essas pessoas que os pneus têm uma destinação correta, que eles devem ser levados às revendedoras de automóveis.”</i>

Anexo 2 – Quadro 2. Objetivos das ações em Educação Ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas

(Continuação)

Nome da organização	Trechos da entrevista ou do sítio eletrônico
Ecophalt	<i>“O que eu sinto das pessoas é uma resistência, uma dificuldade pra entender a importância de reciclar.”</i>
Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil – ACEPB	<i>“O objetivo da educação ambiental é sensibilizar as pessoas pro tema e principalmente na tentativa de mudança de comportamento. Eles terem conhecimento dos processos produtivos, dos ciclos, ciclo de vida, de produção, do processo de produções, consumo... Elas terem consciência, depois de um longo processo de sensibilização, informação de muito tempo...”</i>
	<i>“Então o objetivo principal da nossa educação ambiental é que elas tenham o conhecimento e mudança de comportamento, atuar diferente, transformar situações precárias, de melhoria de qualidade de vida... Elas almejam principalmente a melhoria da qualidade de vida, esse é um dos objetivos principais das ações que a Pau Brasil faz.”</i>
	<i>“O objetivo dessas ações é exatamente sensibilizar as pessoas para essas questões, fazer com que elas agissem em relação a isso.”</i>
	<i>“A educação ambiental de fundamentação teórica, de formação de educadores ambientais populares (...), que é o pessoal da comunidade, militantes, líderes comunitários, membros das ONGs (...), começou com entrada da ONG no Coletivo Ipê-roxo como um trabalho de formação teórica e prática especificamente na educação ambiental, buscando leituras, textos... Uma educação ambiental crítica, emancipatória, transformadora.”</i>
	<i>“A educação ambiental que a Pau Brasil sempre fez desde a sua fundação foi aquela educação ambiental intrínseca na militância, no movimento ambientalista.”</i>
Agência Nacional de Desenvolvimento Eco-Social – ANDES	<i>“(...) na hora que você oferece a ele (ao adulto) a capacitação para o trabalho e gerar renda (não é muito, mas qualquer coisa ajuda) junto com a questão do ambiente, a questão ambiental. Você começa a mostrar pra ele que a ação dele, a ação individual, a contribuição de cada pessoa é fundamental.”</i>
	<i>“Há outras questões também: a reciclagem, mostrar que uma garrafa PET pode virar um vasinho, uma floreira, uma sementeira, enfim.”</i>
	<i>“(...) a cada dia, o que eu acredito mais, André, que o que falta no Brasil é informação. A educação ambiental... Se você não passar pra ela uma série de informações, ela não vai nem entender porque se chama educação ambiental. Eu acho que, antes, devia rer algo chamado informação ambiental ou formação ambiental.”</i>
Instituto Caá-Oby de Análises e Protagonismo Socioambiental	<i>“Os objetivos das ações eu acredito que sejam sempre os mesmos: buscar conscientização, buscar uma expansão da consciência humana, buscar que as pessoas compartilhem o que gente acredita ser coerente.”</i>
	A Caá-Oby tem por missão transformar a realidade social a partir de atuações locais. Objetiva, assim, não só contribuir para a construção de “um outro mundo possível”, baseado em relações, práticas e atividades permeadas pela tolerância à diversidade de pensamentos e culturas, cooperação e solidariedade, como também estabelecer as bases para uma sociedade sustentável
Não fomos autorizados a divulgar o nome desta ONG	Não fomos autorizados a divulgar trechos da entrevista.

Anexo 2 – Quadro 2. Objetivos das ações em Educação Ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas

(Continuação)

Nome da organização	Trechos da entrevista ou do sítio eletrônico
Ecolmeia	Grupo que se dedica voluntariamente pela valorização humana e busca da sustentabilidade ambiental, pela multiplicação, por meio de ações transformadoras e pela Educação Ambiental. <i>“Então a educação ambiental é levar uma consciência de que o ser humano é parte desse sistema, e que temos que mudar nossas atitudes para continuar sendo parte desse sistema.”</i>
Associação Global de Desenvolvimento Sustentável – AGDS	<i>“A gente capacita as pessoas que locam esse espaço no sentido de informar sobre a preservação, o porquê de preservar.”</i>
Associação Biomas	Nossos projetos visam contribuir para a melhoria dos hábitos, dos valores e com o bem-estar social e ambiental. Assim, antes de empreender ações de recuperação ambiental, visamos à preservação e conservação de áreas nativas remanescentes aliadas ao desenvolvimento sustentável e a conscientização da sociedade. <i>“O interesse nosso [com a coleta de óleo de cozinha usado] não é receber uma verba. Nossa ideia mesmo é encucar, através de ações o que significa realmente a educação ambiental. Porque a coleta, a reciclagem do óleo é só um dos eixos. O que nós queremos explicar é o caminho todo do óleo até chegar.”</i> <i>“Nós temos duas linhas: uma é do bioma em si. Em populações que moram em zonas de proteção ambiental ou população ribeirinha, nosso foco é preservação. Nós somos uma ONG meio radical nesse ponto (...). Nosso principal objetivo é reduzir o desmatamento e o extrativismo. (...) E a outra, no ambiente, nosso principal objetivo é trazer o meio ambiente e a preocupação ambiental para as crianças, para as pessoas.”</i>
Fundação SOS Mata Atlântica	<i>“O principal objetivo do projeto é integrar a comunidade regional (...), por meio do estudo do meio com as atividades que o centro de experimentos florestais desenvolve.”</i> <i>“O objetivo principal do projeto é tentar levantar temas como meio ambiente, sustentabilidade (...), a questão de consumo a gente levanta bastante (as crianças, às vezes, não conseguem identificar tudo que elas comem).”</i>
Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza – IBDN	<i>“O nosso foco são temas diversos: uso racional da água, uso responsável da energia elétrica, reciclagem, sustentabilidade, tráfico de animal silvestre, aquecimento global e educação global.”</i> <i>“O objetivo hoje de educação ambiental (...) é resgatar a sintonia que a gente perdeu... O objetivo hoje é educar a criança para ser um ser humano melhor”.</i>
Instituto ECOAR para a Cidadania	<i>“Nós temos o entendimento de que não é possível você mudar, que as pessoas mudem sua atitude em relação ao ambiente se não tiverem a compreensão do porquê isso é necessário. Porque você fazer conservação ambiental, recuperação de áreas, de bacias, diminuir as emissões de carbono, tudo que a gente for fazer em prol de uma melhoria ambiental requer a mudanças onerosas financeiramente, requer uma mudança de atitude, e isso a gente só consegue fazer com a compreensão do contexto, do porquê. E isso só se dá por meio da educação, de uma educação libertária, educação ambiental que não seja neutra, que seja realmente inclusiva... Então, nós temos essa compreensão.”</i>

Anexo 2 – Quadro 2. Objetivos das ações em Educação Ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas

(Continuação)

Nome da organização	Trechos da entrevista ou do sítio eletrônico
Instituto ECOAR para a Cidadania	O envolvimento, a participação, o pertencimento, a autonomia e a emancipação do público-alvo são foco e estratégia.
	Os projetos desenvolvidos pelo Ecoar estão permanentemente imbuídos de uma intencionalidade emancipatória e mantém-se fiel a um compromisso filosófico com enfoque transformador no que se refere à relação dos seres humanos entre si e com a natureza.
	<i>“Nós trabalhamos com os princípios de uma educação ambiental que a gente até chama de socioambiental porque a gente acha que não dá pra dissociar o social do ambiental. Nós, desde o começo, nunca fomos uma ONG preservacionista, daquelas ONGs que colocam a preservação dos ecossistemas acima dos interesses sociais (...) A gente acha que tem que conciliar.”</i>
	<i>“Nossa missão é contribuir com a construção de sociedades sustentáveis (...). E sustentabilidade pressupõe muito mais que a preservação ambiental, ela pressupõe também uma sociedade mais justa, mais equitativa, o profundo respeito à cultura local, à diversidade...”</i>
Instituto Refloresta	<i>“O objetivo do Refloresta é conseguir trazer a cultura de floresta para as pessoas em qualquer espaço (...). A ideia é entender a importância da floresta para a condição de vida do planeta.”</i>
Associação Igtiba	<i>“A ‘Iniciativa Água na Jarra’ foi criada há mais ou menos 4 anos atrás com o objetivo de valorizar a água tratada e incentivar o consumo da água filtrada para mudar essa cultura de consumo em larga escala de água em garrafa”.</i>
	<i>“Então, inicialmente a gente estava bastante focada na questão de redução de embalagens descartáveis, menos uso de plástico, menos geração de lixo, mas, ao mesmo tempo, a gente foi vendo tanto preconceito da população com relação à água tratada que a gente até entendeu que o trabalho era um pouco maior do que isso.”</i>
Associação Civil Greenpeace	<i>“O que a gente espera mais desse projeto é criar uma consciência ambiental, um senso crítico nos alunos e incentivar as escolas a trabalharem com o tema meio ambiente.”</i>
Instituto Costa Brasilis – Desenvolvimento Sócio-Ambiental	<i>“Quando a gente apresenta em eventos, diretamente para as crianças (...), é mais de promover uma brincadeira e ao mesmo tempo conscientizar as crianças sobre os problemas ambientais, é uma ação mais direta de conscientização, de sensibilização das crianças.”</i>
	<i>“Agora essas outras atividades (...) de elaboração de material didático e fazer oficinas com os coordenadores pedagógicos, aí seria num nível mais avançado, de fornecer materiais (...) para eles passarem isso a seu público.”</i>
Instituto Ecofuturo – Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável	<i>“Um dos grandes objetivos que a gente tem é aproximar os gestores das escolas municipais de uma importante remanescente florestal que a gente tem por aqui (...) para despertar um pouco a consciência em relação à conservação da Mata Atlântica especificamente, e trazer um pouco da valorização da região e estimular o potencial uso de diferentes contextos de aprendizagem.”</i>
Instituto Akatu	<i>“O Edukatu nasceu como um projeto pra gente trabalhar as questões de consumo consciente e educação para estilos mais sustentáveis de vida ou para a sustentabilidade.”</i>

Anexo 2 – Quadro 2. Objetivos das ações em Educação Ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas

(Continuação)

Nome da organização	Trechos da entrevista ou do sítio eletrônico
Instituto Akatu	<i>“(...) o Edukatu é uma rede de aprendizagem voltada ao consumo sustentável.”</i>
Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental – AMA-Brasil	A Ama Brasil quer preservar nosso patrimônio histórico, artístico e ambiental, contribuindo para a valorização da história, da biodiversidade e também para o desenvolvimento cultural e social do país. <i>“O segundo (Museu da Ciência) ele faz uma linha entre a escola, a universidade e o empreendedorismo, já duas economias que a gente está tecendo: uma é de fármacos, de fitoterápicos, e a outra é de madeira que é a construção com uso sustentável da madeira.”</i>
Associação Ambientalista Copaíba	<i>“Nossa missão é conservar e restaurar a Mata Atlântica, nas bacias do rio do Peixe e Camanducaia.”</i> <i>“Nós temos quatro áreas importantes de atuação dentro da Copaíba: restauração, produção de mudas nativas, sensibilização ambiental e políticas públicas.”</i> <i>“A gente chama de sensibilização porque a gente entende que a educação é ao longo da vida das pessoas, então a gente não se sente no poder de educar ambientalmente ninguém. Então, a gente atua mesmo sensibilizando as pessoas.”</i>
Projeto Pérola	<i>“Nossa ideia foi pegar as maiores problemáticas do mundo e o que a gente mais gostaria de mudar com relação às dificuldades do mundo.”</i> <i>“Na área do meio ambiente a gente trabalha muito a devastação que tem aqui pela criação de novos prédios, por exemplo. Ou seja, como ter o desenvolvimento econômico da cidade e ao mesmo tempo você não deixar de lado o meio ambiente no geral.”</i>
Sociedade Humana Despertar – SHD	<i>“A ideia era começar pelas crianças e adolescentes, pedir para eles saírem às ruas, verem o que está errado, mostrar a cara deles lá fora (...) e colocar o jovem em contato com o meio ambiente no município e ver o que eles podem fazer.”</i> <i>“Temos um projeto de recuperação de matas ciliares.”</i> <i>“Então eles perceberam era tão comum se deparar com o lixo que achavam que aquilo era comum.”</i>
Instituto da Árvore	<i>“O instituto surgiu em 2005 com o intuito de produzir mudas, especialmente para famílias de baixa renda que são multadas pela Polícia Ambiental.”</i> <i>“A gente juntou um grupo de ambientalistas com a função de ajudar as crianças, os filhos, os pais, através da educação, a viver na mata sem destruí-la.”</i>
Projeto TAMAR	<i>“Além dessas [atividades de sensibilização] O objetivo-fim do Tamar que é cuidar das tartarugas, contribuir com a conservação das tartarugas marinhas e cuidar do mar, das águas, da vida... Compartilhar o espaço de uma forma mais integrada.”</i> <i>“Essas atividades que a gente está trazendo para o guia tem um objetivo de valorizar as relações [entre as pessoas].”</i>
Elo Ambiental	<i>“(...) é uma educação ambiental com objetivo claro de chamar à atenção para uma realidade que a gente quer mudar e a gente conseguiu [de conservação dos corpos hídricos].”</i>

Anexo 2 – Quadro 2. Objetivos das ações em Educação Ambiental desenvolvidas por ONGs Ambientalistas

(Conclusão)

Nome da organização	Trechos da entrevista ou do sítio eletrônico
Elo Ambiental	<i>“Aí, entrou na Elo uma advogada. E essa advogada, quando viu essa situação, ela começou a pegar firme. Ela fez pareceria com o Ministério Público e a gente começou a fazer Educação Ambiental – porque eu não acho que deixa de ser educação, mas não é uma educação formal, sabe. Há a educação pelo amor, que é você ensinar na escola (...). Tem também a educação pela dor (...). Digo que é educação pela dor é você através da Promotoria denunciar no jornal, pôr a boca no trombone sobre o que está sendo feito errado. É um tipo de educação.”</i>

Anexo 3. Testes de Associação de Goodman (GOODMAN, 1964, 1965), considerando o nível de 5% de significância.

Convenção:

i-) Letras minúsculas: Comparação de grupos (linhas) fixada a categoria de resposta (coluna).

ii-) Letras maiúsculas: Comparação de categorias de respostas (colunas) dentro de grupos (coluna).

Tabela 1. Distribuição da Continuidade segundo Macrotendência

Macrotendência	Continuidade		Total
	Pontuais	Contínuas	
Conservacionista	16(0,640) aA	9(0,360) aA	25
Pragmática	10(0,714) aA	4(0,286) aA	14
Crítica	1(0,200) aA	4(0,800) aA	5

Tabela 2. Distribuição da Estrutura segundo Macrotendência

Macrotendência	Estrutura				Total
	Diretoria	H.N. Participativa	H. Participativa	Horizontal	
Conservacionista	5(0,200) aA	6(0,240) aA	12(0,480) aA	2(0,800) aA	25
Pragmática	1(0,071) aA	4(0,286) aA	8(0,571) aA	1(0,071) aA	14
Crítica	0(0,000) aA	1(0,200) aA	1(0,200) aA	3(0,600) aA	5

Tabela 3. Distribuição do Financiamento segundo Macrotendência

Macrotendência	Financiamento				Total
	1º Setor	2º Setor	Ambos	Outros	
Conservacionista	8(0,333) aA	2(0,083) aA	11(0,458) aA	3(0,125) aA	24
Pragmática	1(0,071) aA	3(0,214) aA	8(0,571) aA	2(0,143) aA	14
Crítica	2(0,400) aA	1(0,200) aA	2(0,400) aA	0(0,000) aA	5

Tabela 4. Distribuição do Financiamento segundo Influência

Influência	Financiamento				Total
	1º Setor	2º Setor	Ambos	Outros	
Sim	8(0,308) aA	3(0,115) aA	12(0,462) Aa	3(0,115) aA	26
Não	2(0,143) aAB	3(0,214) aAB	8(0,571) aB	1(0,071)aA	14

Obs: Nº de respostas(proporcional)

